



Anais da Assembléia

N.º 156

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 242ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Dácio Leonel, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares e Domício Scaramella.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Pasa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Antes da votação, requeremos a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Deferido. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal.
- (É feita a chamada).

Responderam a chamada 48 Srs. Deputados.

Sobre a Ata. A Ata de hoje necessita uma correção, porque consta que, para discutí-la, usaram da palavra diversos Deputados. Entretanto, foi para encaminhar a votação. Nessas condições, a Mesa devolve a Ata para ser corrigida.

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 441/76, veto apostado ao Projeto de Lei número 138/76, de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia De Ordem Política e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. Parecer da C.C.J., CONTRÁRIO ao veto, por maioria. —

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Novamente, há um veto do Poder Executivo que chamo a atenção do Poder Legislativo, principalmente pelo fato de que nas suas ponderações, o Sr. Governador se afasta em verdade do exato sentido do projeto aprovado por esta Casa.

Aprovado e remetido a S. Exa. para a devida sanção. O Projeto estabelece a proibição da exigência de atestado ideológico, naturalmente certidão da Delegacia de Ordem Política e Social e qualquer repartição direta ou indireta do Estado e diz mais. (Lê):

“As portarias ou resoluções de qualquer repartição que fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei”.

Como parece tratar-se de matéria válida e exclusiva à administração pública, o Governo diz. (Lê):

“4. Vale, ainda, ressaltar o fato de que a Delegacia de Ordem Política e Social — DOPS, órgão competente para expedição dos questionados atestados, vem assegurando bom atendimento aos pedidos que lhe são dirigidos, fornecendo tais atestados com a maior rapidez e mediante o pagamento de módica taxa”.

Parece matéria aceita unanimemente pela Casa de que esta afirmativa não corresponde à realidade. É possível até que a administração pelos seus mais altos postos, entende desnecessária a apresentação desses atestados. Entendendo também que os mesmos não são exigidos, mas seja por uma ou outra causa, a verdade, a realidade é de que as repartições em cursos, em concorrências, todos os atos em que o interessado a ela se vincula, não deixa de apresentar esta exigência e na realidade, trata-se de uma exigência que contraria dispositivo da própria Constituição. Por consequência, não seria demais de se assegurar a todos estes interessados, a dispensa de tal atestado, que se constitui praxe na administração direta e indireta, como bem acentua e fizemos essa referência ao encerrarmos a nossa justificativa, como bem acentua o ilustre autor do Projeto, Deputado Osvaldo Macedo, ilustre Líder da nossa bancada, moradores das mais diferentes e distantes cidades do nosso Estado, são obrigados a se deslocar a Curitiba com perda de dias de trabalho, e com enorme despesa de hospedagem e transporte.

São conclusões da justificativa de um projeto aceito, discutido e aprovado por esta Casa.

Não vemos portanto, razões aceitáveis entre as apresentadas pelo Sr. Governador, para vetar o projeto.

Mesmo porque S. Exa. não se estribou em nenhum artigo da lei, conseqüentemente, como nos termos do espírito das nossas constituições. Nenhum cidadão brasileiro, deve deixar de fazê-lo ou fazer alguma coisa se não em virtude de lei, e como essa exigência está se tornando numa prática e numa praxe que entendeu esta Casa ser abusiva com relação a todos os cidadãos. Acreditamos que deva se tornar expressa essa garantia, estabelecida na Proposição número 441/76, e que ninguém é obrigado nos casos em que a lei especifica da apresentação de: atestado ideológico.

Era o que nos cabia neste instante, Sr. Presidente, reiterando o nosso apoio ao projeto que se discute.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação a Proposição número 441/76.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, e portanto,

rejeitam o veto, queiram conservar-se como estão.— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, portanto, rejeitam o veto, queiram levantar-se.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa pede aos Srs. Deputados que conservem os seus lugares para que possa contar.

Vinte e sete (27) dos Srs. Deputados aprovam o Projeto.

O SR. ENÉAS FARIA — Vinte e oito (28), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa contou vinte e sete, Srs. Deputados (PAUSA).

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. Dezesesseis dos Srs. Deputados rejeitam o projeto. MANTIDO O VETO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Há vinte e oito Deputados aprovando o projeto. Há um erro de contagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Havendo vinte e oito ou havendo vinte e nove, ainda está mantido o veto. Se dezesesseis Deputados rejeitam o projeto, precisaria trinta e dois votos para um projeto, para rejeitar o veto. A Mesa vai contar novamente os vinte e oito.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. A Mesa confirma, vinte e sete (27) Deputados aprovam o projeto e dezesesseis rejeitam. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente, dois terços dos presentes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Exato. Precisa trinta e dois para rejeitar o veto.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, quanto é dois terços de quarenta e três?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Dezesesseis Deputados votaram pela rejeição do projeto e precisa o dobro dos Deputados para aprovar o projeto e rejeitar o veto.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente, Sr. Presidente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Existem, Sr. Presidente e votaram vinte e sete Deputados favoráveis ao projeto, ou vinte e oito.

Dezesesseis (16) contrários. Temos quarenta e quatro ou quarenta e três Deputados presentes.

Eu pergunto à Mesa quanto é dois terços de quarenta e quatro Deputados, ou quarenta e três?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — São dezessete Deputados e para fazer dois terços precisaria trinta e quatro Deputados.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente a minha questão de ordem foi a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa vai responder a sua questão de ordem. V. Exa. quer saber se dois terços votaram com o Projeto?

O SR. OSVALDO MACEDO — Dois terços dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Evidentemente. Então dois terços de dezesesseis.....

O SR. OSVALDO MACEDO — Não é de dezesesseis, é de quarenta e três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Eu estou somando para V. Exa. e, V. Exa. quer me deixar responder a sua questão de ordem?

O SR. OSVALDO MACEDO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Eu estou respondendo a sua questão de ordem. Existe no Plenário quarenta e três Deputados. Desses quarenta e três Srs. Deputados, dividindo por três, para haver dois terços seriam vinte e oito.

Votaram dezesesseis, dezesesseis por vinte e sete. V. Exa. bem pode ver como pode fazer dois terços?

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, só que há vinte e oito Deputados votando favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Mas mesmo que votem vinte e oito Srs. Deputados.....

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Se for por questão de matemática, não concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, é questão de Ata. Requeiro a V. Exa. que fizesse a fineza de constar na Ata a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — 43 e não 44.

O SR. ENÉAS FARIA — Que conste, na Ata, que 16 Srs. Deputados votaram com o veto e 28 com o projeto.

O SR. PRESIDENTE — Constará na Ata, mas 16 contra 27, total de Deputados: 43.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra pela Ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem Sr. Presidente, como ficará a Ata?

O SR. PRESIDENTE — A Ata constará 28 Srs. Deputados a favor do Projeto, 16 contra.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem - Sr. Presidente, votaram favoravelmente, ao projeto, 24 Srs. Deputados do MDB - o Deputado Domício Scaramella não está presente e 3 Srs. Deputados da ARENA, portanto, 27 Srs. Deputados.

Porque, Sr. Presidente, não posso admitir que nos passem um "atestado de burrice". E solicito de V. Exa. que conste, na ata a contagem correta.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está respondendo uma questão de ordem, de aritmética primária.

Eu peço aos Srs. Deputados que raciocinem um pouco. Dois terços é o dobro de um terço; logo, para ter dois terços tem que ter o dobro de dezesesseis e só pode ser com trinta e dois.

Não é possível que com menos de trinta e dois faça dois terços. Isto é aritmética elementar.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 313/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 439/76, Mensagem 140/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de LOANDA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo, por artigo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela Ordem - Sr. Presidente, que se cumpra o Regimento Interno.

Sr. Presidente, desejo apenas fazer um reparo ao tratamento que a Mesa concede a determinados Deputados.

Espero que a Mesa tenha o equilíbrio emocional que não observe no Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa pede desculpas por ter ficado emocionada por uma simples questão tão fácil, por uma questão de divisão, questão primária. Mas, os ânimos estavam exaltados e ocasionaram toda essa discussão.

Peço desculpas ao Plenário por me ter, em determinados momentos, me excedido por uma questão tão simples.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 2, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 453/76.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 313/76.
E, marcando ainda uma sessão extraordinária, para sexta-feira, dia 03, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 314/76.
Levanta-se a sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 243ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1976**

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Leopoldo Jacomel, Dácio Leonel, Egon Pudell, Lázaro Dumont e Luiz Roberto Soares (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 136/76, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Terras e Cartografia área de terras que especifica.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução número 254/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI e outros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer

preferência de discussão e votação do Projeto de Resolução número 264/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI e outros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução número 268/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI e outros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução número 269/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI e outros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução número 242/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o art. 100 do Regimento Interno, requer preferência para o Projeto de Lei número 112/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário dispensa de publicação de pauta, para os Projetos de Lei números 54/75, 41/76, 120/76, 128/76, 130/76, 132/76, 135/76, 137/76, 138/76, 139/76 e dos Projetos de Resolução números 315/76, 316/76, 317/76, 318/76, 319/76, 320/76, 321/76, 322/76, 323/76, 324/76, 325/76, 326/76, 327/76, 328/76, 329/76, 330/76, 331/76, 332/76, 333/76, 334/76, 335/76, 336/76, 337/76, 338/76, 339/76, 340/76, 341/76, 342/76, 343/76, 344/76, 345/76, 346/76, 347/76, 348/76, 349/76, 350/76 e 351/76.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que ao final subscreve, requer após aprovação do Plenário, o envio de expedientes ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, reivindicando e enfatizando a necessidade do asfaltamento da estrada que liga a cidade de Terra Rica ao Porto Euclides da Cunha, divisa com o Estado de São Paulo, numa extensão de 23 quilômetros.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado de São Paulo, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem está procedendo a pavimentação do percurso objetivando ligação com nosso Estado, através do Porto Euclides da Cunha, no Rio Paranapanema. Não se pode conceber, portanto, dada a importância da comunicação viária do Noroeste paranaense com o vizinho Estado, que a ligação Paranaíba-Terra Rica, via Guairacá, tenha seu ponto final estabelecido na cidade de Terra Rica. Urge que se dê continuidade à pavimentação no sentido de se atingir as margens do Rio Paranapanema, no Porto Euclides da Cunha.

É esta nossa sugestão ao Governo do Paraná e dele esperamos a merecida atenção para atendimento imediato à reivindicação de tamanha relevância, cujos resultados refletir-se-ão na solidificação da economia da Região e do próprio Estado. Também a Câmara Municipal de Terra Rica, através do vereador Hélio Real, manifestar-se-á sobre o assunto.

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja endereçado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, Dr. Jayme Armando Prosdócimo, no sentido de que seja antecipado, até o dia 20 do mês em curso, o pagamento da 2ª parcela do I.C.M. aos municípios, a fim de permitir que os Chefes dos Executivos Municipais tenham condições de saldar seus compromissos financeiros ainda no presente exercício e, principalmente, para pagamento dos vencimentos de seu funcionalismo, para um natal mais alegre e feliz.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o douto Plenário, requer seja enviado ao Dr. RUY NEVES RIBAS, Diretor Presidente da CIBRAZEM, em seu Escritório em BRASÍLIA, pedido de construção de GRANELEIROS junto à CIBRAZEM da cidade e município de GOIOERÊ.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A safra de soja aumenta assustadoramente naquele município e toda região do Vale do Piquiri. Embora exista uma Cooperativa — COAGEL — não tem tido a condição de atender aos agricultores, necessariamente, além de cobrar abusivas taxas, mesmo insuportáveis pelos agricultores, para o armazenamento do produto. Com um ou mais graneleiros junto à CIBRAZEM estaria o problema dos agricultores resolvido plenamente. Por isso há necessidade urgente da medida requerida.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Gazeta do Povo" de hoje, em sua primeira página, estampa a seguinte notícia: "Anuidades escolares sobem 40 por cento". A professora Edília Coelho Garcia, da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Federal de Educação, confirmou ontem o percentual de aumento das anuidades escolares para os estabelecimentos da rede privada de ensino em 1977, passará dos 40 por cento".

"O Estado de São Paulo" de ontem, traz uma manchete humilhante para o Brasil. "Brasil, menor gasto com o ensino. Washington — O Governo Brasileiro é o que menos gasta em

Educação em toda a América Latina, segundo documento revelado em Washington pelo Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante um seminário organizado pela entidade para debater problemas referente a financiamentos educacionais. E, na lista apresentada, o Brasil gasta menos do que Costa Rica, Bolívia, El Salvador, Equador, Jamaica, Colômbia, Barbados, Peru, Honduras, Paraguai, México, Uruguai, Guatemala, Chile, Argentina, Nicarágua Panamá, República Dominicana, Trinidad, Venezuela, Haiti. O Brasil ocupa a humilhante posição de 22º, último lugar dos países sul-americanos no investimento à educação".

Mas este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um País que vai prá frente. Poucas palavras bastam para grandes idéias, poucos heróis chegam para a história de um povo, mas é necessário muita coragem e despreendimento para ser herói, para escrever a história. Vivemos num mundo capitalista em que o dinheiro é a pedra angular de todo um sistema de vida em que se baseia a nossa sociedade de consumo. Quem tem mais dinheiro, pode mais do que quem tem menos. Quem investe mais, assegura melhor futuro que quem investe menos. Investimento é meio de se conseguir tranquilidade para o amanhã e melhor investimento para um povo, para a Nação, para um País, para um Estado, do que a educação, até agora, nenhum tratadista, nenhum político, nenhum filósofo ou estadista ousou defender.

Realmente é pacífico que a educação é a verdadeira mola propulsora de todo progresso e desenvolvimento humano. Esta premissa entre os brasileiros ficou tão profundamente marcada que passou a incorporar-se na nossa legislação como exigência da aplicabilidade orçamentária de vinte por cento, no mínimo.

Afirma, intensiva e ostensivamente o Governo de que este é um País que vai prá frente. Como a notícia que eu li no "O Estado de São Paulo" de ontem, foi a Nação brasileira cientificada de uma das mais tristes e lamentáveis realidades que um povo pode constatar. As cifras são por demais evidentes, pois do relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Brasil aplica apenas 7 por cento em Educação. O País que vai prá frente é o que menos gasta em educação, perdendo, inclusive para as chamadas "Repúblicas Sul-Americanas".

Seria de indagar-se para que frente está indo a Nação brasileira, quando deixa de investir condizentemente em educação? Seria de interrogar-se, aqui no Paraná, para que frente vai a nossa educação enquanto se aumenta o número de salas de aula, mas diminuiu-se o número de professores? Para que rumo irá a nossa cultura enquanto os índices assustadores e alarmantes da queda de qualidade de ensino continuar conquistando posições deste gênero?

Como entender e explicar que o nosso governo tem revelado índices de crescimento econômico, que o produto interno bruto continuaria a aumentar, que as reservas nacionais continuariam a melhorar, se este propalado progresso, se este decantado crescimento não se traduz, não se materializa na nossa educação?

Razoável que se entendesse o aumento da dívida externa como causa de investimentos, mas ao não se investir na educação apenas e tão somente se compromete o futuro desta Nação.

Seria pois este o País que vai prá frente? — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta tarde, é o encaminhamento de um requerimento ao Diretor-Presidente da CIBRAZEM, com escritório em Brasília, no sentido da construção de graneleiros em Goioerê, para atender as necessidades dos lavradores da região.

Goioerê, Sr. Presidente, é centro de uma grande região no cultivo da soja. Concentra Goioerê as atenções de Mariluz, Mo-

reira Sales, Formosa do Oeste, Nova Aurora, Janiópolis e Boa Esperança.

Embora, Sr. Presidente, tenhamos lá uma grande cooperativa, ela não tem tido condições de dar atendimento para armazenamento de todos os produtos da região. A safra de soja aumenta assustadoramente em toda aquela região, do Vale do Piquiri. A Cooperativa, vem cobrando dos plantadores de soja, abusivas taxas para a guarda do produto. Somente 1/3 dos lavradores são cooperados. Fica o restante dos lavradores sem condições de atendimento junto à Cooperativa, porque não são cooperados.

Quando concede o atendimento, os lavradores têm que pagar uma taxa abusiva e pesada. Eles têm de se socorrer da CIBRAZEM, e a CIBRAZEM não tem condições de atender a população. Por isso este nosso pedido para que se encaminhe à Brasília, aos escritórios da CIBRAZEM o nosso pedido e o pedido dos lavradores da região, no sentido de se construir mais um granelheiro para atendimento do povo da região do Vale do Piquiri. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado João Cioni Netto.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao apagar das luzes do ano legislativo nós fazemos uso da palavra nesta Casa, para dizer ao Sr. Presidente e demais colegas desta Casa de leis, que para nós é uma hora de muita alegria e sentimos muita tristeza ao mesmo tempo. Alegria, porque atendemos o chamamento de uma comuna paranaense, chamada Umuarama, onde aquela nos escolheu para levar os destinos daquele município, até 1981, se Deus quiser.

E, tristeza, porque é despedida desta Casa maravilhosa, desta Casa onde desde a nossa entrada em seus alicercês, fomos prestigiados de uma maneira espetacular, começando de S. Exa. o Sr. Presidente, os demais componentes da Mesa e os nossos amáveis colegas Deputados; enfim, dos diretores desta Casa aos mais pequeninos cargos, todos eles nos receberam de braços abertos e, nós, entusiasmados e honrados, entramos nesta Casa de Leis e 2 anos aqui trabalhamos juntos, para o Paraná e, agora, resta uma despedida; não uma despedida, definitivamente, para nunca mais, porque aqui estaremos juntos, se Deus quiser, trabalhando a favor de um só ideal, um só pensamento; eu, na Prefeitura e os Srs. Deputados aqui na Assembléia, vamos trabalhar para o Paraná, para fazer um Paraná maior e mais feliz, que nós sentimos e percebemos que é o pensamento de todos nós.

Eu quero dizer, neste momento, às duas bancadas, à Liderança do meu Partido, Aliança Renovadora Nacional, e também aos componentes de nosso Partido, eu quero dizer e me dirigir à Liderança do MDB e também seus componentes, que estamos felizes, repito; entramos felizes e vamos sair felizes desta Casa, apesar de levar, como já disse, tristeza em precisar deixar, mas muitas saudades levamos em nosso coração.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Deputado João Cioni Netto, muito antes de V. Exa. chegar a esta Casa, como Deputado Estadual, eu já o conhecia de nome pela magnífica gestão que realizara à frente da Prefeitura Municipal de Umuarama. Se este município conseguiu alçar-se a privilegiada posição que hoje desfruta no Estado do Paraná, e também perante a Nação, não se deve apenas à fertilidade de sua terra e ao labor incansável e ininterrupta de sua gente. Acredito que se não houvesse V. Exa. liderado por 4 anos o povo de Umuarama, o município não seria o que é hoje. S. Exa. usou o termo "tristeza" para com ele definir o sentimento que lhe vai n'alma, neste instante, eu quero me permitir dizer-lhe que também, de minha parte, há tristeza pela despedida. É que o convívio com V. Exa. nestes dois anos veio mostrar que a imagem que eu fazia de João Cioni Netto, era imperfeita, porque dessa imagem eu só tinha a idéia de um

grande administrador e por isso mesmo, que o responsável homem público, na estranha convivência aqui, ao vê-lo lutar durante todo este tempo em favor dos interesses de Umuarama. Foi uma convivência que ao tê-lo tão perto e desfrutar da amizade de V. Exa., é que fazem com que, neste momento, eu sinta dentro de mim ao lado da euforia de sabê-lo vitorioso, o mesmo sentimento de tristeza de que falou V. Exa.

É que se Umuarama, recebe de volta a partir de 31 de janeiro o seu grande Prefeito.

Umuarama também perde aqui na Assembléia, o seu melhor representante, durante os tempos. E mais particularmente, eu perco a convivência diária, que para mim era útil, porque Com V. Exa. aprendi muito. Era ideal porque sempre tive em V. Exa. a mais absoluta lealdade, e era importante, porque sempre tive em todas as horas que isso foi necessário, a sua mão amiga estendida, para me socorrer.

Devo dizer a V. Exa. francamente, como já disse, quando pela primeira vez, me comunicou que seria candidato a Prefeito de Umuarama. Lamento a sua decisão, mas reconheço que este lamento, é profundamente egoísta.

Porque penso em mim, e penso nesta Casa, e V. Exa. é muito mais altruísta, porque não pensa nem em V. Exa., mas no povo de Umuarama.

Era o aparte.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Obrigado pelo aparte, Deputado Accioly Neto.

E queremos dizer, respondendo o aparte de V. Exa., creio eu que Umuarama não perdeu, mesmo aqui na Assembléia, porque aqui deixo 54 amigos, 54 companheiros para todas as horas fáceis e difíceis no município de Umuarama. E que quando necessário for, no Poder Legislativo de nosso Estado, aqui estarei batendo nesta porta, e aqui serei recebido, Umuarama, será recebida da maneira que sempre fui, e todos os Srs. Deputados, sem exceção, votarão favorável aos destinos e às necessidades de Umuarama, para que façamos aquela terceira comunidade do Paraná. A terceira população de nosso Estado, mais feliz, com a nossa administração e com a cobertura de V. Exa. O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, nós que tivemos a felicidade de conhecê-lo há mais tempo que a maioria de nossos colegas desta Casa, porque, eu o conheço desde a nossa Sabáudia, eu o conheço de perto como Prefeito que foi de Umuarama, vejo, hoje, o nosso companheiro da bancada arenista, voltando a seu município de origem, como grande líder.

Vejo, em V. Exa., nobre Deputado, a confirmação de um conceito já bem antigo, um conceito sobre V. Exa., de homem perseverante; o conceito de homem religioso, o conceito, sobretudo agora comprovado, através da sua votação esmagadora, para reeleição à Prefeitura de Umuarama. É muito fácil, nobre Deputado, ser líder por uma vez; mas é muito difícil manter a liderança por muito tempo. E V. Exa., em sua região, demonstrou uma liderança incontestada, principalmente, quando se tem conhecimento que, mesmo os líderes de maioria absoluta, não subsistiam naquela cidade. Umuarama é uma cidade que cresce e seus representantes encontram uma dificuldade muito grande em manter liderança naquela cidade, junto à opinião pública porque ela é muito heterogênea.

Mas, considerando particularmente a sua capacidade de Líder, e com doutrinas próprias e desconhecidas até para mim que, há 10 anos estou na política do Paraná e conheço muito sobre literatura política, aprendi com V. Exa. muito, com o trabalho de V. Exa., aqui nesta Casa. E olhando o Gabinete de V. Exa., que é ao lado do meu, olhando, sobretudo, seu trabalho, o modo de V. Exa. tratar o povo.

E hoje, dizendo a nossos companheiros de Casa, àqueles que não o conhecem tão bem quanto eu, que o povo de Umuarama o escolheu por uma esmagadora maioria. Pois que, nas

urnas, em 15 de novembro, o povo de Umuarama reconheceu o seu grande valor, deu-lhe a vitória que V. Exa. bem merecia.

Acompanhei, de perto a campanha de V. Exa.. E V. Exa. mesmo, não podia acreditar que, numa população, num colégio eleitoral de quase 50 mil eleitores, pudesse, em nossos dias, um homem, um líder como V. Exa., conseguir somar outros quatro candidatos, dos dois Partidos, e sobrar ainda 4 mil e tantos votos.

Assim quero, juntando ao conceito de homem de luta, de homem capaz, de homem cumpridor de seus deveres, quero somar ainda um mérito que, todos nós, desta Casa, lutando todos os dias, soubemos reconhecer em V. Exa. ou seja a manutenção de vossa liderança.

Porque o líder tem todos os dias de lutar pela sua liderança. De maneira que, com nossa liderança, se nos apresenta V. Exa. nobre Deputado Cioni Netto, V. Exa. que é uma escola na lideteratura política do Paraná, porque os recursos, as disponibilidades com que V. Exa. fez sua eleição, posso dizer para gáudio nosso, de sua família, da família arenista e política brasileira, que V. Exa. é uma página histórica da liderança política de nosso Estado e nosso País.

Felicidades, meu caro colega Cioni Netto, que quis e sabe porque quis voltar à Umuarama e porque Umuarama quis a volta de seu grande líder, porque aquela terra que tanto progrediu, haverá mais ainda de progredir quando na chefia do Executivo estiver V. Exa., seu líder.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Nós é que agradecemos e queremos dizer a V. Exa. que na verdade tivemos uma votação maravilhosa. Na verdade conseguimos a maior votação de nosso Estado. Mas esse mérito não é só nosso. Esse mérito é extensivo também a V. Exas., Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aos meus companheiros de trabalho desta Casa Legislativa. Esse mérito todos nós temos, com respeito a V. Exa., Sr. Presidente, e às duas bancadas arenistas e emedebistas, com os companheiros de rádio credenciados nesta Casa. Com os Diretores e todos os funcionários, porque todas as vezes que o povo de Umuarama batia à nossa porta, em busca de remédio para sua doença, eu também pedia para que V. Exas., estendessem a mão para nos ajudar. E sempre obtivemos esse êxito nesta Casa Legislativa. Sempre encontramos nesta caminhada de dois anos, como legisladores do Paraná. Por isso é que V. Exa. também participa desse mérito.

O Sr. Luiz Carlos Zuk — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Cioni Netto, nós que conhecemos sua pessoa, suas atitudes, seu procedimento e a lisura do comportamento de V. Exa., como homem público, verificamos que alguma coisa mais, além da contribuição de todos desta Casa, de todos os Srs. funcionários, alguma coisa mais prendeu-se à sua eleição, além de sua liderança. Acredito que a proteção de Deus, haverá de permanecer no seio de sua família.

Queria nesta oportunidade, além de cumprimentá-lo, estender nossos cumprimentos à sua família, porque um homem público sem ajuda de sua família, sem ajuda de seus amigos, não consegue galgar os degraus de sua representação popular.

Queria fazer um pedido a todos os presentes desta Casa, e a todos os ausentes, que continuem a copiar bons exemplos deixados aqui neste plenário, de Deputados da estirpe de V. Exa.

Além do abraço fraterno deste seu companheiro de representação nesta Casa, o abraço fraterno do povo de Ponta Grossa, que temos também como V. Exa. a condição de representar como Prefeito Municipal.

Que tenha o nosso próximo mandato eletivo, a mesma amizade, a mesma sinceridade de propósitos e a mesma harmonia que nós desfrutamos como Deputados Estaduais, e que pudéssemos já no dia de amanhã antever que em novas jornadas

o João Cioni Netto estivesse também ao nosso lado, nos postos eletivos que o futuro dirá quais serão.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Nós é que agradecemos o aparte de V. Exa., Deputado Zuk, e queremos aproveitar nesta oportunidade, em abraçá-lo também e desejar muitas felicidades pela nova jornada que V. Exa. tem à frente, que é o Prefeito eleito daquela cidade maravilhosa que é Ponta Grossa, e que nesses 4 anos, Sr. Deputado Zuk, iremos nos encontrar muitíssimas vezes nessa jornada paranaense, quando um lá, de um lado do Paraná e outro aqui perto da Capital, em Ponta Grossa, estaremos comungando os mesmos ideais, trabalhando para fazer as nossas comunidades grandes, e torná-las maiores e com isso é o Paraná que granha; com isso é o nosso povo e, sobretudo, Deputado Zuk, é nossa família, é, como se diz na gíria, quem leva um tento também, porque nós sem a família, como bem diz V. Exa., sem os amigos, quase nada podemos realizar.

Mas, com a família, com os amigos, a grande família em Cristo, realizaremos grandes coisas para o Paraná, para o Brasil.

Queremos neste momento, nos despedir, como já disse, e estaremos até 31 de janeiro fazendo parte desta Casa legalmente, porque estamos usando hoje da palavra, porque são os últimos dias que temos no ano legislativo. Estamos prestes ao recesso. Mas, repito, juntos estaremos sempre, porque jamais esqueceremos desta amizade, Sr. Presidente, jamais esqueceremos, Srs. Deputados, desta passada que tivemos aqui nesta Casa de Leis, jamais esqueceremos desses abnegados, desses maravilhosos, desses sinceros funcionários, que nos prestigiaram em todos os lances de nossa tarefa, de nossa jornada aqui nesta Casa.

Aqui fica o nosso agradecimento, mas aqui fica o nosso pedido que Umuarama, a Prefeitura Municipal daquela cidade, estará de portas abertas para esta Casa em geral.

Eu quero receber todos os Srs. em nossa casa, em Umuarama, cidade onde os amigos se encontram, cidade em que fomos muito felizes desde 1965. E o 4º diploma vamos pegar agora, outorgado pelo povo daquela comunidade, que sempre com votações expressivas, nos tem prestigiado.

Nós voltamos para nossa casa felizes porque lá vamos realizar trabalhos benéficos a favor daquela comunidade.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Cioni Netto, efetivamente, esta Casa está triste, com bastante razão Deputado, porque quando nos vemos privados de um amigo, é motivo para que todos nós sintamos uma tristeza imensa. Mas, em compensação, Deputado Cioni Netto, se por um lado esta Casa se entristece, o povo de Umuarama se alegra e, se alegra e, ao mesmo tempo, demonstra que sabe o que quer; aquele povo de Umuarama, Deputado Cioni Netto, entendeu que, digo, como nós também entendemos que V. Exa., vitorioso que foi nestas últimas eleições àquela Prefeitura, levaria, com toda certeza, o apoio das 2 Bancadas, o apoio do Governo do Estado para que Umuarama, através de vosso dinamismo que, tenho certeza, quando procurar as Secretarias e os órgãos do Governo do Estado do Paraná, terá sempre as portas abertas porque V. Exa., com a permanência de 2 anos nesta Casa, conseguiu o seu objetivo. V. Exa. teve todo o trâmite por onde passou e Umuarama sabendo disso, levou-o de volta, levou de volta, V. Exa.

Mas, nós, Deputado Cioni Netto, que o conhecíamos aqui e neste pouco espaço de tempo o admiramos tanto, e o ficamos querendo tão bem, queremos participar desta tristeza porque quando aqui voltamos em fevereiro de 1977, aquela sua cadeira não será ocupada por V. Exa. e nós olharemos tristes para sua ausência.

Mas pedíamos, Deputado Cioni Netto, que aquela cadeira que V. Exa. deixará vazia, quando aqui a mesma for ocupada pelo primeiro suplente da Arena, o meu particular amigo Augusto Carneiro, quando ele se assentar àquela cadeira, que se lembre

do Deputado João Cioni Neto e que siga a sua trilha, porque ele seguindo os seus exemplos, Deputado Cioni Neto, eu tenho certeza que nós não vamos perder, que é a Casa, que é a Assembléia, que também vai ganhar um excelente Deputado. Porque o vosso exemplo é marcante, Sr. Deputado, para todos que por aqui passaram por outras legislaturas.

Deputado Cioni Netto, queremos desejar a V. Exa. uma feliz administração para que Umuarama continue por todo o sempre sendo um município, se me permite, modelo do Estado do Paraná. E que V. Exa. quando precisar deste Deputado, principalmente, tenha a certeza que estarei a seu lado, ao lado de Umuarama para aquilo que V. Exa. bem entender.

O meu abraço, as minhas felicitações e tudo de bom para V. Exa. e Umuarama, Deputado Cioni Netto.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre Deputado que está esgotado o tempo regulamentar que lhe é reservado, e lhe concede mais dois minutos para a conclusão de sua oração.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado, Sr. Deputado Jurandir Messias, pelo aparte.

V. Exa. dizia que Umuarama nos chamou de novo. É uma verdade. Quando fazíamos a campanha de Deputado, aquele povo em uma só voz dizia: Você, filho, deixa a casa paterna por uma temporada. Você filho, vai cumprir uma missão de dois anos, mas você deve voltar em 1976, porque Umuarama necessita de sua presença. O povo desta comunidade precisa de você para administrar por quatro anos este município. E era a verdade que está aí.

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Com muito prazer, mas só concluirei a resposta. Era a verdade que saía daqueles corações porque as urnas contaram que aquela comunidade necessitava e almejava e queria mesmo a nossa presença. E também o ponto que V. Exa. se referiu com referência ao primeiro Suplente, será otimamente representada esta cadeira. O meu companheiro e amigo Augusto Carneiro será um Deputado com muito mais brilho, é o que esperamos e desejamos dele.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Seremos breves, apenas para nos congratularmos com V. Exa., apesar do tempo estar esgotado e o Presidente estar um pouco irrequieto, mas queremos dizer ao Deputado Cioni Netto que leva o nosso carinho, como leva também o nosso querido companheiro Deputado Zuk, que há de representar a cidade da Princesa dos Campos dignamente e à altura, como V. Exa. representará Umuarama.

E no dia de hoje, com um misto de alegria e de tristeza, porque vemos dois companheiros na chefia do Executivo de duas cidades importantes do Paraná, levem Deputado Cioni Neto e Deputado Zuk, o nosso abraço e a nossa admiração, e seguindo o velho adágio "o bom filho à casa torna".

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Nós agradecemos o aparte, e confiamos no Deputado Zuk e confiamos naquilo que V. Exa. falou há pouco. O Deputado Zuk vai ser um exemplo de administrador.

E para terminar, mais uma vez deixamos a nossa palavra de gratidão, o nosso abraço amigo a toda essa gente excelente, gente maravilhosa, povo amigo que aqui nos recebeu de braços abertos. Começando por S. Exa. o Sr. Presidente, ao menor cargo desta Casa. A todos o nosso abraço, a nossa consideração e o nosso muito obrigado, e Umuarama conta com todos os Senhores. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da bancada da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado, Prefeito eleito, João Cioni Netto.

Não poderia abancada da ARENA e do Governo nesta Casa numa tarde que poderia oferecer a V. Exa., significar todo o apreço e todo o respeito que devota à figura do eminente companheiro e líder de nosso partido. Preferi, Deputado João Cioni Netto, desta tribuna, usando da prerrogativa regimental, dizer que a convivência que tivemos com V. Exa. nos últimos anos nesta Casa, serviu para fortalecer em nós, o espírito de solidariedade humana, de companheirismo e lealdade e, acima de tudo, fortaleceu a amizade que sempre devotamos a alguém, que sendo político antes de tudo, é o amigo, o companheiro, que nós sabemos, pai exemplar, esposo dedicado, o líder religioso, que é e sempre o foi, da grande terra, que é Umuarama.

Em nome da bancada da ARENA, João Cioni Neto, receba V. Exa., primeiro, os cumprimentos, pela espetacular vitória eleitoral obtida no dia 15 de novembro, quando disputou pela segunda vez, a preferência do eleitorado daquele município, que mais uma vez, consagrou entre os milhares de eleitores daquele município, o preferido.

Preferido porque o povo quando escolhe alguém, para digirir os destinos de sua comunidade, exige que este alguém, possua qualidade, primeiro, inerente à grande responsabilidade que o exercício das funções de Prefeito Municipal, exigem que um homem possua.

Mas nós verificamos na análise que fizemos, do resultado das últimas eleições de 15 de novembro, que foi V. Exa., eminente Deputado João Cioni Netto, entre todos os candidatos a Prefeito Municipal deste Estado e quicá do Brasil, a obter no percentual dos eleitores que compareceram às urnas, o maior índice, o mais elevado índice que nós, no Estado, tivemos.

V. Exa., porisso mesmo, demonstrou ao Paraná, que o povo, o eleitor, quando chamado a exercer a prerrogativa, o direito de escolher os seus dirigentes, o faz sempre com muita sabedoria, com grande descortínio. V. Exa., Deputado Cioni Netto, deu a mim, nesta Casa, grandes exemplos de maturidade política, de comportamento de parlamentar, de ética parlamentar, o que é importante que eu ressalte aqui, o companheirismo que muitas vezes até, a simpatia daqueles que, assistindo as sessões deste Poder, esperavam, como esperam, que o nosso comportamento seja sempre o mais simpático.

Porque, muitas vezes, ser Governo não situa o representante do povo numa situação e numa contingência de adotar posições até antipáticas, na defesa do interesse maior do Estado e do povo, porque o Estado é povo.

Quantas incompreensões, eminente Deputado. V. Exa. deve ter sofrido da parte daqueles que confiaram em V. Exa. na eleição de 74, sufragando o nome de V. Exa. e mandando-o para esta Casa, na certeza de que V. Exa. poderia aqui, neste Poder Legislativo, honrar, com honrou; dignificar, como dignificou; engrandecer, como engrandeceu, o município de Umuarama.

E o povo daquela cidade, vendo que V. Exa. em todos os momentos que aqui viveu com os Parlamentares da ARENA e do MDB, jamais se deixou levar pelas paixões, nem pelas paixões político-partidárias.

E nunca nesta Casa, alguém poderá dizer que V. Exa. em algum instante, deixou de ser cavalheiro, deixou de ser o homem bom, deixou de ser o homem que coloca a educação, o coração, a amizade e o cavalheirismo acima de tudo.

V. Exa. até nos entrecosques que, muitas vezes, aqui se travaram, mesmo quando nós, experientes da vida parlamentar, pediríamos a calma, V. Exa. nunca perdeu a calma, nunca perdeu a serenidade.

V. Exa. nos deu, por isso mesmo, principalmente a mim, uma lição de grandeza.

V. Exa., nobre Deputado, é um homem espiritualmente bem dotado.

Invejo V. Exa. pela sua formação de homem correto; de homem decente; de homem íntegro.

Quando V. Exa., das poucas vezes que visitou a minha residência, numa delas cumprimentava uma das minhas filhas, no dia seguinte, à hora do almoço, ela me perguntava: "Papai, como é o nome daquele Deputado simpático, que nos visitou ontem à noite?"

V. Exa. onde vai, com sua conversa, conquista todos.

Porisso, V. Exa. conquistou a esmagadora maioria do povo de Umuarama. E nós sabemos que V. Exa. não é somente companheiro político do povo; V. Exa. é amigo do povo. Porque V. Exa. não se deixou dobrar com as promessas e até pelo poderio econômico, usado nas eleições, contra a candidatura de V. Exa.

Todos sabemos das vicissitudes de V. Exa. como político, passou, como nós todos temos passado.

Mas, com alegria, constatamos que V. Exa. venceu mais uma vez.

V. Exa. começou por baixo, primeiro, conquistando a preferência do povo para representá-lo na condição mais humilde de representante do povo, ou seja, como Vereador. Depois V. Exa. foi eleito Prefeito Municipal. O Paraná todo, eminente Deputado, soube do que V. Exa. fez em favor daquela população. V. Exa. deixou engrandecer sua obra administrativa com a implantação da rede escolar, no saneamento das finanças, no revestimento de vias públicas, a abertura de estradas, a construção de pontes, a eletrificação, a assistência social, porque nós todos sabemos agora mais do que antes, porque agora conhecemos V. Exa., sempre ao lado da lei, o homem que sabe administrar, que sabe o que quer para seu município, sempre colocou V. Exa. o coração e a bondade com sua maneira franca, cordial e amiga. V. Exa. vai deixar nesta Casa uma lacuna aberta, que dificilmente será preenchida.

Sabemos que vem para cá, substituindo V. Exa., um grande companheiro de nosso Partido, suplente da ARENA, que constitucionalmente haverá de fisicamente substituí-lo. Mas, permanecerá na Casa, o vazio, a ausência do amigo, do companheiro que sempre foi leal. Lealdade que sempre esteve acima de qualquer coisa, mesmo quando a administração não podendo resolver a curto prazo determinado problema de seu município, sabemos que V. Exa. sempre soube dizer ao seu povo e seus eleitores, "estamos no mesmo barco" defendendo os mesmos ideais e mesmas idéias.

Fique certo V. Exa., que a unanimidade dos companheiros da Arena nesta Casa, terá sempre em V. Exa. mais do que o Prefeito João Cioni Neto, o Deputado João Cioni Neto. Nós estaremos aqui todos prontos para subscrevermos aqui em seu nome os projetos de lei que V. Exa. solicitar e que serão apresentados para atenderem os problemas do município de Umuarama.

Estaremos aqui para avalisarmos as solicitações de V. Exa., porque elas sempre foram e serão, no futuro, as reivindicações do povo, da coletividade. Nós todos queremos a honra de subscrever, em nome de V. Exa., todos os projetos de lei que V. Exa. considerar necessários, para facilitar a obra administrativa que V. Exa. vai iniciar em 31 de janeiro de 1977.

Mas eu que não sou de profetizar, me arrisco, eminente Deputado, de antever, encerrada a gestão de Prefeito Municipal de Umuarama, V. Exa. só terá a viver um dilema, saber escolher se em 82 pretende ser Deputado Estadual ou Federal.

E até dizemos, V. Exa. haverá de saber como resolver e eu sei porque V. Exa. haverá de resolver, atendendo antes dos interesses pessoais, o interesse da coletividade que V. Exa. tão bem soube representar.

Receba, nobre Deputado João Cioni Neto, o abraço, não do líder nem do Governo nem da Arena, não do Deputado, mas do amigo que no quarto andar do edifício antigo deste Poder, vizinho de sala, durante dois anos, teve a felicidade de encontrá-lo e discutir com V. Exa., problemas da região.

Talvez fique a saudade, da ausência física, mas espiritualmente V. Exa. fincou nesta Casa um marco indiscutível. Esse haverá de permanecer, por isso cumprimento V. Exa., e sei que o faço em nome da Casa. Seja feliz, administrando mais uma vez Umuarama de perto, presente sempre, como V. Exa. sempre desejou.

Nós sabemos o sacrifício que V. Exa. fez durante este período, permanecendo aqui de segunda a sexta-feira, permanecendo sexta, sábado e domingo em Umuarama, dividindo-se entre o compromisso, a família, o Município e o Estado.

Agora V. Exa. há de concentrar toda a energia, toda a sabedoria, todo o conhecimento de administrador inato que V. Exa. é, em favor do desenvolvimento daquela comunidade e em favor da felicidade, da dignidade da população de Umuarama.

Meus cumprimentos, Deputado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa concede a palavra à Liderança do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, a Liderança do MDB tem a honra de transferir o seu tempo para falar em seu nome e para suas despedidas, ao Deputado Luiz Carlos Zuk, que, para honra do Paraná, acaba de ser eleito Prefeito Municipal de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de nos fazermos presentes nesta Casa com a nossa palavra, queríamos cumprimentar os ilustres companheiros, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, da Aliança Renovadora Nacional, Fidelcino Tolentino e José Domingos Scarpelini, os dois companheiros do Movimento Democrático Brasileiro, que têm na nossa pessoa, e acredito na pessoa de João Cioni Netto, a mesma galhardia e a mesma euforia nossa de vencedores no último pleito do dia 15 de novembro.

Se eles não conseguiram as suas eleições, deram uma amostra que nesta Casa aqueles que foram aqui chamados pelos seus domicílios eleitorais, responderam presente, e não se ausentaram mesmo sabendo das dificuldades que iriam encontrar, e lá estiveram contra tudo e contra todos, fazendo suas presenças como candidatos a Prefeito Municipal das cidades de Maringá, Cascavel e Umuarama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes nesta Casa. Poderíamos iniciar nosso pronunciamento rememorando 1968, primeira vez na qual fomos eleito Vereador no Município de Ponta Grossa. Eleição difícil, difamação, calúnia e injúria contra nossa pessoa. Nova eleição de 1972; nova injúria, nova difamação, nova calúnia na minha cidade, neste Estado.

1974, acedi ao pedido de disputa ao cargo de Deputado Estadual. Novamente, aqueles que não vêem a razão, aqueles que não enxergam às distâncias, aqueles que não medem as consequências de suas palavras, lançaram novas injúrias, calúnias, difamações contra este representante do povo e conseguimos, em 1974, setenta por cento da votação de Ponta Grossa.

Vimos a esta Casa e está registrado nos Anais deste Poder, nossa atuação juntamente a outros lúdimos representantes de nossa cidade, o ilustre Deputado David Federmann. Conseguíamos levar, em uma emenda orçamentária, a nossa Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros velhos, com o aval deste Plenário, e com o aceite do Sr. Governador do Estado. Os Anais registraram os meus trabalhos, como Vereador por duas legislaturas, e, neste curto período que aqui me encontro, como Deputado.

Cheguei a esta Casa, amadureci mais com o entrelaçamento do convívio fraterno e amigo, não só da minha bancada, mas também com os ilustres Deputados da Aliança Renovadora Nacional e desta Mesa executiva, representada pelo Deputado

Paulo Camargo. Encontramos a maior receptividade e o maior apoio possível a este Deputado. E quando tentávamos levar à Ponta Grossa a Faculdade de Engenharia Agrônômica, depois de conseguido este feito, faltando tão somente um decreto da Prefeitura de Ponta Grossa, da pessoa do Prefeito, dando à Fundação Estadual de Ponta Grossa, o acervo do antigo Colégio Agrícola Augusto Ribas, quando conseguíamos esta vitória, politicamente, o que é que fez o Prefeito de Ponta Grossa?

Entra com inquérito policial contra este Deputado na PROCURADORIA deste Estado. Mas, tivemos na pessoa deste Presidente que ali se encontra, o respaldo deste Poder, o respaldo da verdade, da razão, e principalmente, da decência política que faltou a muitos outros homens ligados ao mesmo partido do Sr. Presidente desta Casa mas, que têm um mando político executivo de minha cidade.

1976 — nova eleição. Eleição mais difícil, eleição majoritária, eleição da Prefeitura de Ponta Grossa.

Novamente aqueles pequeninos da ARENA que, graças a Deus foram banidos de Ponta Grossa politicamente nesta eleição, aquelas pessoas que, por frente, nos cumprimentam e fingem de nossos amigos e, por trás, traem como trairam Jesus Cristo, por trinta moedas de ouro, como trairam o povo de Ponta Grossa durante esses 8 anos, fazendo uma perseguição política a companheiros de David Federmann, a companheiros de Plauto Miró Guimarães, companheiros de Otto Santos Cunha, a companheiros de Eurico Batista Rosas, e companheiros de Luiz Carlos Zuk, novamente, aquele ódio, aquele racismo, e aquela indecência política presente na minha cidade. E, eu vi que havia necessidade de lá haver um candidato que não fosse vingativo, um candidato que somasse uma população, que somasse companheiros de todos os partidos, companheiros que gostassem de Ponta Grossa, e, mesmo com dor no coração, saí desta Casa, como candidato. Enfrentei, novamente, as injúrias, as difamações, as calúnias; ladrão de automóvel; ladrão em minha residência, nos telefonemas anônimos à minha família, à minha mãe, meu pai, meus irmãos, meus amigos.

Nos comícios públicos houve falta de decência do candidato da "Arena Um", mas, em contrapartida, a honestidade de propósitos do candidato da "Arena Dois", da Arena jovem de minha cidade, nas pessoas de David de Oliveira Gomes e do Professor Antonio José França Satiro.

Lá, sim, Sr. Presidente, aprendi que mesmo no partido que é nosso antagonista, existem pessoas decentes e honestas que querem fazer alguma coisa em torno da moralização que se tenta implantar neste Paraná e neste País.

Saí com dor no coração desta Casa, fui e enfrentei a tudo e a todos e, novamente, graças a Deus e ao povo de Ponta Grossa, novamente Deus e o povo de Ponta Grossa mostraram que quem chama o outro de ladrão, quem chama o outro de ladrão sem provar, quem quer que seja, que foi ou que será, teve a resposta nas urnas.

E, aquela "Arena Um" falida, forjada, desclassificada, desmoralizada, aqueles homens que me atacaram, aquelas pessoas indecentes de Ponta Grossa e que, às vezes, foram respaldadas sem qualificativo por outras pessoas, estão no lugar que merecem, estão no esgoto de Ponta Grossa, e lá ficarão muito tempo, porque novas lideranças sadias da ARENA e as lideranças de David Federmann e de outros companheiros como João Vargas de Oliveira, Mario Braga Ramos, e como outros grandes homens, de respeito, de admiração, de adversidade política, mas respeito humano, lá permanecem. E não ficou só no resultado da eleição, vieram a Curitiba, ao Diretório Regional da Arena, vieram ao Governador do Estado, vieram à liderança da Arena nesta Casa, dizer que houve traição da Arena da minha cidade.

Coisa que é mentira, coisa que não conseguiram justificar, o seu egocentrismo político, a identificação de quando batiam no peito ao Governador do Estado que ganhariam a eleição sozinhos, somando todos os candidatos, e que tiveram a resposta

das urnas. Agora sim, eles querem transferir aquela falta de competência, aquela falta de habilidade política e de respeito, a outros elementos da Arena da nossa cidade.

Não sabem nem tiveram a dignidade de perder lutando em pé, mas estão rastejando, deitados lamacentos, no lodo como se encontravam há oito anos e se encontram até o dia de hoje, tentando denegrir companheiros da sua legenda partidária.

Queria rememorar a este Plenário e a este comitê de imprensa, que em 1963, eu fui preso, e quando vim a esta Casa, alguns dos Srs. Deputados da Arena me indagaram, porque eles me picharam na campanha de 74. Fui preso, provei que não tinha nada, e que tinha uma ficha mais limpa do que a consciência de cada um daqueles que me acusaram, porque o povo da minha cidade e a Justiça Divina tardou mas não falhou.

Lá no próprio Ginásio de Esportes, onde estava sendo afeita a contagem dos votos, outorgado aos cinco candidatos de Ponta Grossa, no mesmo local, onde a polícia me levava pela mão, preso, e o inquérito policial igual a esse que o Prefeito de Ponta Grossa tenta me devolver hoje.

Pela instituição do Colégio Agrícola Augusto Ribas, de um simples decreto ao patrimônio da Universidade. Por eu querer o progresso do Ensino, a criação da Faculdade de Engenharia Agrônômica, o Prefeito me processa. E, naquela ocasião, em 1963, a Polícia querendo que o Governo ganhasse uma eleição memorável de Vicente Frare, o homem apoiado por Ney Braga em minha cidade, queria fabricar os ladrões de automóveis e identificar qualquer pessoa. E por infelicidade não minha, mas de minha família e de meus amigos que se viram humilhados, até agora se vêem ainda, mas de agora em diante não verão mais, em cada eleição que participava Luiz Carlos Zuk, era rememorado esse episódio o qual não tinha fundamento.

E Ney Braga naquela ocasião, querendo ganhar a eleição com Vicente Frare, contra o fraquíssimo José Hoffmann, queria dar uma resposta ao povo de Ponta Grossa, prendendo os ladrões de automóveis.

Fui preso, seviciado na polícia, estive preso 21 dias, mas Graças a Deus, provei que nada tinha ou devis, prenderam os verdadeiros ladrões de automóveis e fui solto. E nos soltaram na véspera do aniversário da cidade, em 15 de setembro de 63.

E até aquele dia quando nunca tinha feito um pronunciamento público, José Hoffmann que estava na saída nossa da delegacia junto com o povo, me pegou, me levou até um comício seu, para que eu descrevesse porque é que eu tinha sido preso. Pela inabilidade e incompetência da polícia da época que, inclusive, tinha um senhor que hoje é Deputado Federal chamado Ítalo Conti, que era outra pessoa despreparada para a função de Secretário de Segurança e esteve comigo na delegacia, porque eu falava que não tinha nada que ver com roubo de automóveis. E aquela pessoa me dizia, que era para dar uma satisfação política ao povo de Ponta Grossa e por isso eu me contrava preso. E que tinha que ganhar o Vicente Frare em 63, e não ganhou, foi vencedor José Hoffmann.

Então, rememorando a este Plenário e que ficará gravado nos Anais da Casa, que o Ministro da Educação, que também esteve na Delegacia me visitando, na detenção ele disse, que o problema de Ponta Grossa estaria resolvido e falou na minha frente e na frente de quatro outros companheiros. Ele teve a resposta, o Ney Braga teve a resposta não só em 68, 73, 74 e agora em 76. E acredito que agora a decência deste homem que é Ministro, não vai fazer nada a uma população de 200 mil habitantes, eu rememorei um fato que é verdadeiro. S. Exa. errou no passado, poderá errar no futuro, ele e aquele sádico que se chama Ítalo Conti.

Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa, que não somos "ladrões de automóveis" e provamos que não somos.

Isso, eu dizia naquele Ginásio de Esportes, de onde era carregado pelos braços dos policiais. E no dia seguinte, mais preci-

samente no dia 16, eu era carregado pelos braços do povo, numa comemoração que perdura até hoje, porque prometemos uma limpeza naquela cidade, inclusive, vai haver intervenção no próprio Diretório da Arena. Porque, infelizmente, lá existem muitos arenistas que não são da estirpe de João Cioni Neto, que sabe diferenciar uma luta política de uma luta pessoal, de injúrias, de difamações e calúnias.

Cumprimento o nobre Deputado Cioni Neto, neste momento, em meu nome pessoal, em nome do Deputado Osvaldo Macedo, Líder da nossa bancada. Porque todos arenistas sejam quais forem suas cidades, deveriam agir como nosso companheiro Cioni Netto, demonstrando em todas as lutas políticas, como deveria ser implantada a verdade política neste Paraná, neste País.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta despedida, que fique registrado nos Anais da Casa e na consciência de cada um, que o homem seviciado, o homem cuja família, durante 13 anos foi injuriada, por difamação por maus adversários políticos, esse homem, teve, mais uma vez, o seu nome ratificado pelo povo, nas urnas.

Por essa razão, agradeço a todos e digo, mais uma vez, que Deus protege quem está com a razão, quem diz a verdade, quem está com a consciência tranqüila.

Agradeço a todos, principalmente à minha cidade, mas principalmente, à Deus.

Concedo, inicialmente, aparte ao Deputado Accioly Neto.

O Sr. Accioly Neto — Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, me permita, se ousado e irreverente até, não ter, com a afirmação que vou fazer, o devido respeito para com V. Exa.

Mas, depois do resultado das urnas nas eleições municipais, deste ano, em Ponta Grossa, depois de conhecidos os resultados das eleições de 74 de Ponta Grossa, quero dizer quem realmente V. Exa. é. Um "ladrão", é um "refinado ladrão do coração do povo de Ponta Grossa".

Até me faz lembrar uma estória que está num livro do jornalista Sebastião Neri, volume I, "Folclore Político Brasileiro". É a estória de um jovem rapazola que assistia a comícios de um determinado candidato a Vereador e esse candidato, no final de seus discursos, costumava dizer ao povo que o ouvia: vocês todos são ladrões, ladrões, ladrões. E o povo, perplexo, ante a afirmativa não podia sequer recuperar-se do susto, porque em seguida dizia, ladrão de meu coração. E ele sempre vencía as eleições.

Esse rapazola entendeu um dia de candidatar-se e lembrou-se dessa lição que aprendera com aquele candidato. No seu primeiro comício, praça cheia, foguetes a espoucar, banda de música, crianças, e como não podia deixar de ser, pessoas embriagadas. Passou o rapazola, então, a fazer o seu discurso como candidato. E ao chegar no final, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, ele não teve dúvidas, abriu o peito, conseguiu que a multidão ficasse silenciosa e afirmou, alto e bom som "ladrões, ladrões" e a turma caiu em cima dele e matou-o a pauladas.

Isso provavelmente pode ser equiparado ao resultado de Ponta Grossa. Lá os outros candidatos que foram seus adversários, devem ter agido como o rapazola. Por isso, queria cumprimentá-lo e dizer que jamais a calúnia, jamais a injúria, jamais a difamação hão de fazer com que o povo, perca voluntariamente sua própria consciência. Ninguém consegue Sr. Deputado, e Lincoln já dizia: "Ninguém consegue enganar todo povo durante todo tempo".

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Accioly Neto e concedo o aparte ao Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Nobre Deputado, vereador atuante de Ponta Grossa, operoso dirigente partidário, líder popular corajoso e ousado. A vida pública apresenta-se sob várias facetas, e a de V. Exa. foi construída sobre a dor, a perseguição e até o

vexame. Mas V. Exa. na rememoração que fez a esta Casa, demonstrou no semblante e nos olhos que fez uma confissão, mas soube, transformar tudo o que lhe fizeram, tudo que lhe imputaram, tudo que recebeu, numa grande lição, que a harmonia, a paz e o amor é que devem comandar a vida pública. Porque a harmonia, a paz e o amor que V. Exa. vai dar ao dirigir os destinos da gente de Ponta Grossa, com o talento, a vocação e o brilhantismo de V. Exa.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Zuk, em nome da bancada do MDB, em nome da qual V. Exa. fala nesta hora, para suas despedidas, quero dizer e quero registrar, que nós não lamentaremos sua ausência neste Plenário, porque V. Exa. é um soldado de nossa causa, é um lutador do nosso Partido. Vai lutar em outra frente. Vai defender a mesma causa. Sabemos que nos faltará aqui um companheiro, sabemos que nos faltará aqui, aquele que por mais de uma vez já disse que se um concurso houvesse, seria eleito o Deputado mais simpático e mais companheiro desta Casa.

Mas sei, Deputado Luiz Carlos Zuk, que todos os companheiros todos os seus companheiros de bancada se orgulham de V. Exa. O nosso Partido se orgulha de V. Exa., porque em nome do nosso Partido e em nome de nossa causa. V. Exa. conquistou pela primeira vez, para o nosso Partido, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, uma das principais cidades do Paraná, a Capital Cívica do Paraná.

V. Exa. sabe que nós nos orgulhamos de V. Exa. e sabemos que V. Exa. daqui sai para exercer altíssima e honrosa função.

Está escrito na Bíblia que muitos são chamados, poucos os escolhidos. Sei que honra V. Exa. dentre os muitos chamados, ter sido o escolhido para dirigir os destinos da sua cidade, da nossa cidade, da paulista cidade de Ponta Grossa.

Nesta sua despedida só posso dizer em nome da nossa bancada, Deputado Luiz Carlos Zuk, vá e que Deus o acompanhe.

Nós estaremos ao seu lado, lutando pela sua causa, torcendo pelo seu sucesso e, sobretudo, Deputado Luiz Carlos Zuk, acreditando no seu futuro.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço ao Deputado Osvaldo Macedo, e concedo um aparte ao ilustre Deputado João Cioni Neto.

O Sr. João Cioni Neto — Deputado Luiz Carlos Zuk.

Não sou eu um Conselheiro. Mas, sou um amigo e falo com experiência própria.

Há pouco V. Exa. deixava transparecer suas dores. Também as nossas são idênticas.

Passamos por horas difíceis, mas eu peço e sugiro a V. Exa. Deputado Zuk, deixe que o tempo vá oferecendo as devidas respostas a seus adversários, a seus não admiradores.

É maravilhoso, Deputado Zuk, quando o tempo dá a resposta a alguém. A gente, nestes momentos, é que fica mais firme, é que se apegamos mais ao Senhor dos senhores. Porque são essas respostas que V. Exa., ou melhor, são essas respostas que o tempo já ofereceu a muita gente de Ponta Grossa, também já ofereceu a muita gente da minha comunidade de Umuarama.

E é "bacana" para nós, sentados, esperando, com toda a tranqüilidade e honestidade, dentro de um cristianismo, esperando a resposta para alguém, e ela é tão dolorida, creio eu, para esses alguns, que pregam a discórdia, o ódio, e a vingança, e quer ver o filho de uma boa família no inferno, quando a Bíblia nos ensina diferente.

Repito, Deputado Zuk não sou conselheiro, mas vamos seguir, vamos procurar imitar a Cristo, porque somos imitadores dele.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço, e, finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria agradecer a todos os funcionários desta Casa, indistintamente, a todos os companheiros Deputados, a essa Mesa Executiva, como também ao Comitê de Imprensa aqui credenciado, que nunca nos faltou com a divulgação de nossos atos, de nossas realizações aqui, como Deputado Estadual, e pediria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ficasse desde já o convite oficial do novo Prefeito de Ponta Grossa, extensivo a todos os componentes deste Poder, não só na nossa posse no próximo dia 31 de janeiro de 1977, mas a presença de todos os Srs. na nossa administração, no sentido de colaboração e reciprocidade de atenção do Prefeito do vizinho município desta Capital.

E, ao finalizar, Srs. Deputados, queríamos uma vez mais, destacar um nome nesta campanha, um nome que não conseguiu a sua eleição, mas com a sua participação no pleito e a demonstração de uma sincera amizade, deve ser citado no final desta nossa participação. Assediado que foi por aqueles elementos que mancham a Arena de nossa cidade; assediado que foi por homens perniciosos à política, foi ele, e teve ele, através de sua decência e de sua hombridade, o devido respeito a uma amizade maior, do que o sentido partidário a ser exposto na vida pública, e principalmente, em praça pública.

Refiro-me ao ilustre companheiro, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que além de tudo, deu a mostra de que uma amizade sincera vale muito mais e muito mais mesmo, Sr. Presidente, do que um afeto, um carinho e um apoio de um setor ou de diversos setores governamentais.

Deixo também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso reconhecimento público de que o Governador deste Estado, em toda a matéria atinente a Ponta Grossa, e principalmente naquela Emenda Orçamentária, respeitou ele a vontade soberana deste Plenário e acredito, ao final, deixar também o meu aperto de mão ao ilustre líder da Arena nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, que em diversas ocasiões tivemos o pensamento e atuação diferentes nesta Casa, mas que sempre tivemos e teremos a respeitabilidade humana e o comportamento decente de homens íntegros.

Deixo, através da Liderança da Arena desta Casa, um aperto e um abraço fraterno aos 27 Srs. Deputados componentes desta bancada e mais o Líder, para que tenha ele também, através o Deputado David Federmann, na nossa presença como Prefeito Municipal de Ponta Grossa, uma Casa a mais aos ilustres integrantes desta bancada.

E a vocês, meus amigos, companheiros do MDB do Paraná, de mandato e sem mandato, queria, nesta oportunidade, dizer que, nada mais pude fazer para engrandecer esta valorosa bancada de 25 membros que conseguiram algumas vitórias neste Plenário. Deixo também a resposta àqueles que exigiram mais e que não pudemos fazer mais do que fizemos.

Deixo também, Sr. Presidente, ao encerrar, a todos indistintamente, o somente muito obrigado, do Deputado Luiz Carlos Zuk.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

A Comissão Executiva da Casa, quer se associar às homenagens prestadas aos Srs. Deputados João Cioni Neto e Luiz Carlos Zuk, na sua despedida desta Casa.

Eu pessoalmente, agradeço as referências elogiosas dos dois Srs. Deputados à minha pessoa.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, devidamente apoiado, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de

Resolução número 242/76. — Em votação.

Para encaminhar, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Requeri com o apoio regimental de outros Srs. Deputados da Arena, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução 242/76.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma resolução de autoria da CCJ, ex-Proposição 379/76, em consequência de uma mensagem governamental, protocolada nesta Casa sob o número 14/76, que pretende obter deste Poder Legislativo, a aprovação dos termos em que foi elaborado o convênio, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, de um de seus órgãos a essa vinculados, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o pujante e progressista município de Salto do Lontra, objetivando construção de prédio escolar, conforme especificam os artigos, parágrafos e itens do convênio ora submetido à judiciosa consideração deste Plenário.

Convém, Sr. Presidente, que faça, desta tribuna, referências ao judicioso parecer exarado pela competentíssima CCJ, parecer que na sua discussão mereceu apoio unânime dos Srs. Deputados, integrantes daquela douta Comissão Técnica.

Mas, Sr. Presidente, o que seria do parlamentar nesta Casa, se não se valesse desta oportunidade para dizer, o que representa o Salto do Lontra para o seu progresso, para a família brasileira, operosa, ordeira, e que faz a grandeza daquele município, não fosse o cuidado com que o Governo do Estado do Paraná tem tido na condução do setor mais importante da administração pública e que é, exatamente, aquele que cuida, que zela pela educação da juventude brasileira.

Este, Srs. Deputados, é um dos documentos, um apenas, das centenas de convênios que esta Casa tem e terá, oportunidade de analisar no Governo Jayme Canet Junior.

Convênios que propiciam aos Prefeitos Municipais, recursos para que se construa salas de aula para as crianças brasileiras receberem ali, os ensinamentos não só dos números, não só das letras, mas também os ensinamentos que as laboriosas, sacrificadas professoras do Paraná, têm sabido incutir no espírito de cada brasileiro. E que é, exatamente, infundir-lhes o respeito às autoridades, aquele respeito que elas devem ter por tudo aquilo que nas nossas instituições e que nos asseguram este regime de liberdade, de paz, de ordem, de tranquilidade, que gera o progresso desta Nação.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, inicialmente, perguntaria a V. Exa. se o nobre Deputado Ivo Thomazoni está discutindo ou encaminhando a votação do requerimento de sua autoria, pedindo preferência de votação?

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está encaminhando a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Com a vênha do Deputado Ivo Thomazoni, porque acompanho com muito interesse o trabalho que S. Exa. desenvolve a respeito deste projeto de resolução, referendando um convênio de alta indagação para a vida municipal de Salto do Lontra — obra, aliás, já realizada — mas, para que não me perca — e aí confesso a minha ignorância no assunto que S. Exa. discute, ou encaminha a votação, é da proposição, ou do requerimento?

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Do requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, esse requerimento se refere, justamente ao primeiro projeto de resolução constante da Ordem do Dia. Portanto, é inócuo.

Esta a Questão de Ordem que encaminharia à Mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — Quando se diz que não tem objeto, é porque este Deputado já foi apanhado neste Plenário de calças curtas. Mas não será mais. Manda o Sr. Presidente que a ilustre bancada do MDB, a operosa fiscalizadora bancada do

MDB, leia o que preceitua o artigo que vem do 100 a 104 e seus parágrafos do Regimento Interno, para que se observe a preferência de entrada dos requerimentos que solicitam, desde a inversão da Ordem do Dia, até a preferência de votação da matéria.

Para que regimentalmente a Mesa atenda o Regimento Interno, dando preferência de discussão e votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Restam 60 segundos para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — E, Sr. Presidente, para que a Mesa, atendendo o Regimento Interno, dê preferência de votação para os requerimentos, pela ordem de entrada.

E ao MDB, que respeitosamente saúdo, hoje maciçamente nesta Casa, informo que ficarei nesta tribuna até zero hora do dia 2 de dezembro.

E não há porque esconder essa intenção de V. Exa., porque a discussão da matéria justifica essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Continua em votação o requerimento. Em votação. Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram se levantar.

24 Senhores Deputados rejeitam.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram se levantar.

7 Aprovam. REJEITADO o requerimento do Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela Ordem Sr. Presidente. Invoco o parágrafo único do artigo 102, que diz: (LÊ)

Entendo que a matéria de maior importância que se encontra em pauta, é o Orçamento do Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência pediria tão somente ao ilustre Líder que aguardasse o atendimento da questão de ordem do Deputado Trajano Bastos e, posteriormente, com muito prazer, esta Presidência atenderá a questão de ordem de V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Artigo 102, parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência, atendendo ao bom senso e ao pré-estabelecido pelo Regimento Interno da Casa, no exercício eventual das condições de Presidente desta Comissão Executiva, dar atendimento à questão de ordem argüida pelo eminente Deputado Trajano Bastos de Oliveira, e considerar matéria de maior importância à Lei Orçamentária que deve ser apreciada. E, assim sendo, dará preferência ao requerimento que...

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência confere a V. Exa. a palavra para a questão de ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — Art. 104 do Regimento Interno, parágrafo primeiro e segundo.

(Lê...) Veja o parágrafo primeiro Sr. Presidente:

(Lê...) O Parágrafo segundo. E a Assembléia recusou o meu requerimento de preferência, Sr. Presidente (Lê...)

E, portanto, Sr. Presidente nos termos do Regimento Interno, obedecida a Ordem do Dia da maneira como ela está posta, art. 104 parágrafo primeiro e segundo para que não se cometa aqui nesta Casa, Sr. Presidente, nenhuma violação ao Regimento Interno.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência concede a palavra pela ordem, ao Deputado Enéas Faria, antes de oferecer despacho à questão de ordem do eminente Deputado

Ivo Thomazoni, visto que buscamos na Assessoria as informações para avaliarmos o nosso julgamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para atender a pretensão do eminente Líder do Governo, teria a Mesa, ou não se ateve, ao fato de que a Ordem do dia, mesmo com a recusa do requerimento, não foi modificada.

A Ordem do Dia, continua idêntica, inteira.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente. A evocação do Art. 104, do eminente Líder do Governo, data vênica, quer me parecer, é sofisma.

Portanto, não se recusou a Mesa da Assembléia, em modificar a Ordem do Dia, tanto é verdade, que o eminente Líder do Governo subiu à Tribuna para justificar um pedido seu e a Mesa pôs em discussão, exatamente para modificar esta Ordem do Dia.

Conseqüentemente, o parágrafo segundo no que se refere o artigo 104 é totalmente descabível.

A questão está no parágrafo primeiro. Foram admitidas as modificações, tanto é que se discutiu o requerimento de preferência.

E a questão de ordem do Deputado Trajano Bastos é exatamente, para que a Mesa da Assembléia, no critério, do tempo de racionalidade, porque o tempo é útil, cabe à Presidência com o critério que tem, colocar a ordem que entender válidas as discussões dos projetos ou dos pedidos que pleitearem a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para uma questão de ordem.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, em questão de ordem para o qual invocamos o mesmo artigo 104, falamos em primeiro e segundo invocados pelo Líder do Governo, que mais uma vez esteve de calças curtas, que a preferência solicitada, do requerimento, foi exatamente para o Projeto de Resolução colocado em primeiro lugar na Ordem do Dia.

Portanto a Assembléia, se houvesse recusado, não recusou, nenhuma modificação nesta Ordem do Dia, manteve até agora a mesma Ordem do Dia, porque a preferência solicitada foi exatamente, para o Projeto de Resolução colocado em primeiro lugar.

Portanto, deve ser considerada como nenhuma, a questão de ordem levantada pelo eminente Líder do Governo.

E a nosso ver, acatada a questão de ordem, levantada pelo Deputado Trajano Bastos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela Ordem Sr. Presidente.

Acho que o problema todo é uma questão de interpretação.

Reforçando a palavra da liderança, quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente, por consulta prévia, verificará se a Assembléia admite a modificação da Ordem do Dia.

Então, tem que ser consultado o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Presidência agradece os eminentes Deputados pelo zelo e atenção, visando o cumprimento do Regimento Interno.

Entende o Deputado que ora preside a sessão que o Presidente efetivo deveria ter consultado o Plenário, porque, vários requerimentos foram encaminhados.

E o vício, o esquecimento, não impedem que esta Presidência, neste momento, faço a consulta ao Plenário, cuja decisão é soberana, se admite, ou não, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Assim sendo, esta Presidência concederá, após a palavra,

pela Ordem, ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o Art. 104, do Regimento Interno diz: “Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificações na Ordem do Dia”.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência faz a consulta ao Plenário, se admite, ou não, a inversão da Ordem do Dia.

Em votação.— APROVADO.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa que seja procedido um exame nos requerimentos a propósito da preferência, que tenham dado entrada, para verificar se tais requerimentos dizem respeito a projetos que já figuram na Ordem do Dia, entre os primeiros a serem discutidos e votados na Casa.

Quero fundamentar minha questão de ordem no artigo 88 do Regimento Interno.

Segundo ele a ordem dos trabalhos estabelecida no artigo precedente, é sobre os casos de preferência.

Portanto o requerimento de preferência impede a alteração da Ordem do Dia.

Ora, se há requerimento que está na Mesa e altera a Ordem do Dia, não deverá sequer ser recebido pela Mesa.

Nós estaríamos aqui a votar requerimentos que não têm nenhum sentido, nem amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência, sabe que no Regimento Interno há uma série de artigos conflitantes, que oferecem vários caminhos àqueles que assumindo esta cadeira nesta Casa, tenham necessidade de tomar decisões que contentem e descontentem os interesses das correntes políticas partidárias presentes neste Parlamento.

A ordem regimental de preferência poderá ser alterada tão somente pela deliberação da Assembléia e anuncia que o próximo requerimento solicitando preferência para apreciação, se relaciona ao Projeto de Resolução 254/76, que está cotado como 13.^o da pauta da Ordem do Dia, o referido requerimento é de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constante do expediente.— Em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Resolução 264/76. Em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução 268/76. Em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução 269/76. Em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei 112/76.— Em votação, — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Atendendo à soberana decisão do Plenário desta Casa,

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 254/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 352/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde

funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Para discutir, com a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Tão somente porque estou sem óculos e não posso divisar a hora do relógio do Plenário, que V. Exa. permitisse a este Deputado, conhecer o horário que V. Exa. vai anotar, dos 60 minutos a que tenho direito de ficar nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE — 16 horas e 52 minutos, horário que V. Exa. assomou à tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Comissão de Constituição e Justiça encaminha a Proposição 352/76, e o assunto é a Mensagem 108/76 do Poder Executivo, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria da Administração e o município de Quedas do Iguaçu, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Tiradentes, daquele município.

Inicialmente, Sr. Presidente, devo dizer que tenho a honra, a excelsa honra de, nesta Casa de Leis, representar a população do município de Quedas do Iguaçu.

Quedas do Iguaçu, Sr. Presidente, é, talvez no Brasil, o município que apresentou o maior índice de crescimento dos últimos anos.

Não há, Sr. Presidente, qualquer previsão de ordem administrativa, que possa, Sr. Presidente, por mais otimista que seja, aquilatar o que representa o crescimento daquele município: Econômico, populacional, também.

Município que, no senso de 1970, acusava uma população de cerca de 860 almas no perímetro urbano, apresenta-se hoje, Sr. Presidente, com uma população urbana, decorridos menos de 6 meses do último senso, com uma população urbana, superior a oito mil habitantes.

Um crescimento que, se contado, Sr. Presidente, além fronteiras deste País, onde tudo é possível em termos de crescimento, seríamos até acusados de mentirosos e não pretendemos usar daqui a grandeza que os filhos de Itu costumam lembrar quando falam das grandezas daquele município paulista.

Este município, Sr. Presidente, teve a grande felicidade de contar, nas duas últimas administrações municipais, com 2 homens companheiros nossos da ARENA: o primeiro deles, Pedro Girarier que infundiu uma administração voltada aos interesses de uma coletividade e implantou uma obra administrativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é digna de ser lembrada porque foi uma obra grandiosa.

Quantas estradas, Sr. Presidente, foram ali rasgadas pela administração municipal?

Algumas pelo Governo do Estado?

Serviu aquele município de sede para o maior canteiro de obras que neste Estado se presenciou antes do advento da Usina de Itaipu.

Alí, nas barrancas do Rio Iguaçu, construiu-se a grande Usina de Salto Grande do Iguaçu; usina que hoje esparrama luz e força pelos rincões deste Estado; que possibilitou a implantação de indústrias; que fez a comodidade das donas de casa; que acionou o comércio; que atende a agricultura hoje já tão exponencial na riqueza deste País, energia que nós estamos levando para os vizinhos Estados, os Estados mais meridionais deste País, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através das maiores torres de alta tensão que se tem conhecimento existam neste País.

Aqueles que vão desde as barrancas do Rio Iguaçu, este rio paranaense caudaloso mais rico em potencial energético, talvez, o que tem o melhor índice de permanência entre épocas

de chuvas e estiagem e, portanto, maior potencial permanente de energia elétrica do mundo, energia que vai levando para Santa Catarina pela rede que, saindo das barrancas do Rio Iguaçu, vai a Xanxerê, em Santa Catarina e, daí, a Passo Fundo, no Rio Grando do Sul, integrando os 3 Estados, neste desenvolvimento espetacular que nós, brasileiros, assistimos a partir de março de 1964.

Energia Elétrica, Sr. Presidente, que nós, de Quedas do Iguaçu, podemos dizer, brotou em solo de Quedas do Iguaçu.

Quedas do Iguaçu, que eu disse, veio duplicar-se numa população de 800 almas, para mais de oito mil em poucos anos.

Mas população que teve um governo estadual e federal, a implantar escolas, a fazer estradas, instalar postos de saúde, a levar agências do Banco Estadual; cidade que o governo está terminando de levar a sua água tratada, potável.

Cidade que está vendo as suas ruas sendo asfaltadas; cidade que tem suas belas praças, a sua iluminação maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Esta Presidência queria apelar ao eminente Deputado, para que falasse sobre o Grupo Escolar Tiradentes, eis que o Projeto de Resolução 254/76, versa sobre a reforma do já anunciado Grupo Escolar.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa., que tão respeitosa e eu tenho reverenciado a inteligência, o comportamento e a ética parlamentar, me autoriza a que eu diga, que no Partido de V. Exa., o valoroso MDB, justamente, onde se aplica as consciências que pregam a liberdade de expressão, a liberdade para cada brasileiro dizer o que pensa, o que sente, o que vive, para que todo brasileiro, desde que respeite o outro, tenha esta liberdade de expressão, que nós da ARENA, tanto quanto os eminentes Deputados do MDB, queremos assegurar para todos: Não se pode, o regimento não imputa a nenhum Sr. Deputado, que ao falar sobre determinada proposição deixe de cantar, Sr. Presidente a grandeza, as glórias, os feitos de um povo, que mostrando todo o seu valor, a sua coragem, desbravou este sudoeste e este oeste do Paraná.

Fez daquela região Sr. Presidente, o que muitos fizeram por Quedas do Iguaçu.

Uma obra que foi de todos. E queria, Sr. Presidente, agora, atendendo a advertência de V. Exa., lembrar, quantos desses homens, e quantas mulheres; e quantos desses jovens que serão os seguidores destes antecedentes, passaram nesses últimos anos, nas salas de aulas, do Grupo Escolar Tiradentes.

Grupo Escolar, Sr. Presidente, que teve a nominal, a inspiração dos brasileiros deste Paraná, que reverenciam a memória do maior de todos, entre todos os brasileiros aquele que muito antes de nós de dos nossos pais, lutou pela independência deste País.

Tiradentes, Sr. Presidente, o maior vulto da nossa história, eu lembro, desta tribuna, sem ser cansativo, de juntamente com outros Senhores Deputados desta Casa, quando participamos de um congresso das Assembléias Legislativas do Brasil, em Belo Horizonte, fomos visitar a terra que serviu de berço para os despojos do maior herói nacional.

E quando visitamos Vila Rica, em Ouro Preto, Sr. Presidente, quando adentramos àquela cidade tão pequena, quando vislumbramos a arquitetura barroca, quando nos aproximamos ao pedestal fincado no meio da praça ...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência suspende o seu pronunciamento por uns instantes, para atender questão de ordem do Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Apenas para uma questão de ordem à Mesa.

Sr. Presidente, discutimos em torno da questão de preferência.

Mas a mesa da Assembléia Legislativa, que se fundamen-

tou em diversos dispositivos constantes de nosso Regimento Interno, conflitou exatamente o dispositivo que regula a matéria que consta hoje com maior importância conforme já reconheceu, da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, consulte o Artigo 101 inciso quinto, do Regimento Interno.

Requeiro a V. Exa., em Questão de Ordem que se verifique a preferência concedida aos projetos de resolução sobre os quais está se debatendo, para que, em primeiro lugar, se debata a Lei Orçamentária.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente democraticamente, V. Exa. permite que eu faça uma consideração?

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Respondente a questão de Ordem do Deputado Accioly Neto, esta Presidência lembra que soberana é a decisão do Plenário que decidiu, atendendo aos artigos 104 e 103 do Regimento, aprovando as preferências para a Ordem do Dia.

Assim sendo, eminente Deputado, esta Presidência é levada a manter a decisão que não foi da Presidência, mas sim soberana do Plenário.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem Sr. Presidente, eu me permito afirmar que V. Exa., bem lembrado pelo Deputado Ivo Thomazoni, voltou atrás na decisão já firmada pelo Plenário, exatamente porque era anti-regimental.

E agora, insisto, V. Exa. adota ponto de vista contrário.

Feriu o Regimento Interno.

O Plenário é soberano, mas não contra o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência, tão somente não se convenceu, nobre Deputado e pede a V. Exa. que chegue até à mesa para, em entendimento com os assessores da Mesa e o Presidente eventual desta Casa, e o Presidente efetivo que aqui está no momento, explique o seu parecer.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela Ordem Sr. Presidente, o artigo 125 do Regimento Interno autoriza o recurso ao Plenário da decisão da Mesa.

Entendo, Sr. Presidente, que nós não podemos falar em soberania do Plenário, enquanto estiver o parecer espúrio da Comissão de Orçamento, rodando sobre as mesas desta Casa, Alí está sepultada a soberania do Plenário.

Enquanto não se ressuscitar o Plenário, data vênica, não podemos falar aqui em soberania do Plenário.

Por isso recorro da decisão de V. Exa., usando mais o argumento do Deputado Accioly Neto, de que V. Exa. já havia dado preferência ao Orçamento e voltou atrás da decisão, atendendo a uma norma do Regimento Interno.

Por isso, Sr. Presidente, como se trata de matéria regimental, como se trata de matéria de real importância, e tendo em vista ainda que nós estamos diante de uma grosseira obstrução por parte do Líder do Governo, que tem o direito de obstruir, mas é uma obstrução grosseira....

O SR. IVO THOMAZONI — Se é regimental não é grosseira.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. está interpretando literalmente o uso do vocábulo "grosseiro".

Estou falando em matéria regimental.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência apela ao Deputado Ivo Thomazoni para que não interfira.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, estou me referindo exclusivamente ao aspecto jurídico da matéria.

Na minha opinião a obstrução é grosseira, não estou dizendo que o Líder esteja sendo grosseiro.

A obstrução é grosseira porque qualquer jovem, qualquer infante vê que se trata de uma obstrução feita a grosso modo.

Está é fora dos limites até da ética parlamentar.

Mas V. Exa. há de convir que eu também fui violentamen-

te apartado. De modo que apenas prestei esclarecimentos e faço questão que meu esclarecimento conste dos Anais da Casa.

Era o esclarecimento que tinha a fazer a V. Exa. e em recurso da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Esta Presidência, antes de oferecer despachos às últimas questões de ordem, e principalmente ao Deputado Muggiati Filho, tão somente lembra aos eminentes Deputados que está na condição de Presidente eventualmente, e que este Deputado, ocupando esta função, ou na condição de homem de Plenário, na condição de Deputado, sempre primou coincidindo perfeitamente com os pontos de vista do eminente Deputado que levantou a questão de ordem — sempre primou, lutou e defendeu a soberania desta Casa, e se ela foi ofendida, foi desrespeitada, deveremos, através os caminhos regimentais e até mesmo os caminhos legais, buscar o respeito à condição de decisão soberana do Plenário Legislativo desta Casa.

Argui Deputado Muggiati Filho, o artigo 125: (LÊ).

Esta Presidência não deixou de acatar, de receber e de aceitar nenhuma proposição dos eminentes Deputados deste Parlamento.

Assim sendo, não tem como despachar ou deferir o que requereu o Deputado Muggiati Filho, provocando uma nova alteração na Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é histórico o bom funcionamento deste Parlamento, que só são sujeitos à deliberação do Plenário, requerimentos apresentados à Mesa, lidos na hora do expediente pelo Sr. Primeiro Secretário, ou fundamentados da tribuna, pelo Sr. Deputado subscritor do mesmo, durante a Hora do Expediente.

Nós estamos, Sr. Presidente, na Ordem do Dia, com uma decisão do Plenário, soberana, regimental.

Não vejo, Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pelos conhecimentos jurídicos do eminente Deputado Muggiati Filho, que se pretenda, agora, sim, ao arrepio do Regimento Interno, alterar a ordem dos trabalhos, que é matéria vencida porque já decisão do Plenário, sobre matéria apresentada por mim e por outros ilustres Deputados, tempestivamente ao início desta sessão ordinária.

Qualquer modificação desta decisão, Sr. Presidente, feita a requerimento que não tenha sido apresentado tempestivamente durante a Hora do Expediente, quer me parecer, Sr. Presidente, seria assim então um procedimento grosseiro falando a grosso modo.

Porisso, Sr. Presidente, para que todos nós tenhamos assegurado o bom andamento desta sessão, que não nos permitam, Sr. Presidente, assistir a violentação do Regimento Interno, porque já há uma decisão do Plenário, soberana, quando se manifestou sobre matéria apresentada intempestivamente.

Era a questão de ordem que queria fazer, mantendo o que já é histórico no comportamento deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Tem a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, acho que a matéria está sendo apreciada até com sutileza.

Trata-se de interpretação do texto do regimento.

Se uma coisa é considerada matéria vencida, a que se recusou em Plenário, outra coisa é que tem que ser decidida.

Não vejo como se aprovar um projeto em primeira discussão, rejeitá-lo em segunda e não constituir-lo matéria vencida.

Se não constituir matéria vencida em primeira discussão, tem que vir em segunda.

Mas desde que veio em segunda, e desde que eu tenha

oportunidade de votar novamente, eu posso recusá-la.

Não vou deixar de recusá-la porque não consta de uma matéria vencida.

Só é matéria vencida, depois que sair daqui o projeto, e estiver transposto para a Ata ou para os Anais e para o autógrafa que vai ao Governador.

Veja, V. Exa. que V. Exa. indeferiu o requerimento do Deputado Accioly Neto, que pediu que fosse observado este Regimento Interno.

E segundo informa o Regimento, os requerimentos desta natureza, são verbais.

Portanto, formalizou, o Deputado Accioly Neto um requerimento regimental a V. Exa. e V. Exa. indeferiu.

Cabe perfeitamente o recurso, com base no artigo 125 do Regimento Interno.

É um recurso que cabe ao Plenário, como cabe a V. Exa.

Veja V. Exa. o que nós não podemos agora, quando estão se extinguindo todos os prazos para a apreciação do Orçamento, nos restringir ao capricho de observações liberais sobre o Regimento Interno.

Porque V. Exa. pode aquilatar da elasticidade do Regimento Interno, lendo o artigo 24 no seu inciso 26, que diz:

“Ao Presidente cabe resolver todas as questões de ordem que ocorrerem de acordo com o Regimento”.

No inciso décimo sexto está:

“Não permitir a aplicação e expressões e conceitos vedados pelo Regimento”.

Nós temos aqui, a infração flagrante da Presidência da Casa ao encaminhar ao Plenário, matéria vencida. Esta sim, é matéria vencida, está aqui o anteprojeto sem a redação, numa afronta e num desrespeito à própria lei de responsabilidade por parte da maioria da Comissão de Orçamento desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, nós voltamos a insistir: V. Exa., está infringindo o Regimento, violando o disposto no art. 125.

Porque deve existir hoje uma maioria transitória nesta Casa, mas o direito desta maioria tem que prevalecer. Pelo menos dentro destas quatro paredes. (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) Tão somente para lembrar o eminente Deputado que faço parte da Minoria, assim que o Presidente efetivo assuma a função de comando deste Poder, estarei na luta da aprovação da Lei Orçamentária.

O SR. OSVALDO MACEDO — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, o artigo 25, do Regimento Interno, diz:

“São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I — presidir às sessões da Assembléia;

II — abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;”

E o artigo 101, diz: “Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias na ordem assim estabelecida:Lei orçamentárias”.

Desta forma, Sr. Presidente, essa preferência já é, regimental, e deve ser observada.

Gostaria de insistir que o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, e o recurso do Sr. Deputado Muggiati Filho, de não se fazer o Regimento Interno tal como está, viesse a Plenário para serem discutidos.

O SR. IVO THOMAZONI (PELA PRDEM) — Sr. Presidente invocando o artigo 82: “Na Hora do Expediente, os Deputados poderão apresentar projetos, indicações, requerimentos e fundamentá-los verbalmente, bem como fazer as considerações que entenderem sobre o público serviço”.

E o artigo 83: “A Hora do Expediente é improrrogável”.

Portanto, é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — (DEL CIEL). Esta Presidência, atendendo os eminentes Deputados, coloca em votação, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 104.

A Presidência teria que dar atendimento a essa recomendação. Na ordem de apresentação, esta Presidência colocou à decisão do Plenário. Até surpreso viu os Deputados aprovarem por unanimidade o requerimento que contrariava os interesses da bancada majoritária da Casa. Assim, esta Presidência, com o volume de questões de ordem, que nos foram encaminhados, já não tem condições de dar atendimento a elas.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem). A decisão do Plenário, concedendo preferência para as matérias aprovadas, não exclui a preferência que deve ser dada à lei orçamentária. Isso é regimental. A outra foi decisão do Plenário. Essa teria preferência. Mas, que se obedeça o Regimento e se dê preferência à lei orçamentária, como é regimental.

O SR. PRESIDENTE — (DEL CIEL). Esta Presidência continua mantendo seu despacho anterior.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, insisto na preferência regimental da Lei Orçamentária, que infelizmente não foi obedecida na confecção da Ordem do Dia de hoje. Portanto, a Ordem do Dia, deveria ter atendido a essa preferência já regimental. Portanto, se assim ocorresse, os transtornos não teriam ocorrido. Portanto, invoco mais uma vez o erro desse procedimento, para fazer valer o Regimento Interno, dando a necessária preferência à Lei Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL). — Esta Presidência é levada a reconhecer, que houve vício na confecção da Ordem do Dia da presente sessão. Deveria ter sido incluído em primeiro lugar o Orçamento do Estado.

Assim sendo, constatado o vício na elaboração da Ordem do Dia, para a presente sessão, esta Presidência vai, atendendo o artigo 125, oferecer ao Plenário da Casa a oportunidade para a correção do vício, reconhecido e admitido pelo Presidente que ora preside esta Casa.

Assim, esta Presidência não encontra outro caminho regimental, a não ser manter a decisão do Plenário.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, honestamente não posso me conformar com a decisão da Mesa, de alterar a Ordem do Dia, consultando o Plenário. Se não foi requerida a alteração como determina que seja feito os artigos 82, 83 do Regimento Interno, qualquer requerimento, Sr. Presidente, que altere decisão do Plenário, decisão adotada sobre matéria apresentada durante a Hora do Expediente, qualquer requerimento, Sr. Presidente, terá o seu adiamento para a sessão seguinte, nunca na mesma sessão. Poderá este Plenário deliberar sobre requerimento apresentado já durante a hora da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, apelo ao espírito de justiça de V. Exa. para que não permita que se cometa contra o Regimento Interno uma decisão que poderá, no futuro, Sr. Presidente, criar sérios embaraços ao bom andamento dos trabalhos deste Parlamento.

É o apelo que faço numa questão de ordem, para que se respeite não só o Regimento Interno, mas a tradição de como se tem procedido em situações semelhantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — O eminente Deputado

Ivo Thomazoni sabe o quanto pesa a condição do Deputado que se assenta nesta cadeira, e certamente há mais de 30 minutos esta Presidência vem atendendo a insistentes questões de ordem, e quando um fato novo, quando a formulação da questão de ordem se dá de forma diferente e que leva a Presidência a constatar um vício, um desrespeito, o descumprimento de um artigo regimental, eminente Deputado, pela sua consciência, atendendo ao que determina a consciência do Deputado que preside a presente sessão, e não conduzido por outros interesses e por outras vontades, esta Presidência busca encontrar um caminho para decidir a questão, sem se utilizar da condição de Presidente, da força de Presidência, para não criar um clima de insatisfação para esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Invoco agora o art. 103, mas digo antes, que a respeitabilidade de V. Exa. jamais foi posta em julgamento, porque ela está acima do entendimento que podemos ter.

Artigo 103 do Regimento Interno: (LÊ...).

A Assembléia deliberou pela unanimidade dos Srs. Deputados.

Não quero ofender ninguém, Sr. Presidente, mas quando o eminente Líder do MDB disse que eu fui apanhado de calças curtas, realmente quem esteve de calças curtas no episódio não fui eu. E não vou permitir, agora, Sr. Presidente, que se inverta uma decisão adotada, respaldada pelos arts. 82 e 83 e 103 do Regimento Interno, porque, Sr. Presidente, senão eu passaria a não crer mais em que será possível no futuro, pretender validar, as disposições regimentais e faço esta questão de ordem, respeitosamente, Sr. Presidente, porque sei que V. Exa., na Presidência dos trabalhos, haverá de saber, com descortínio, decidir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Agradeço as referências do Deputado Ivo Thomazoni e, tão somente, lembrar ao eminente Deputado que a Presidência lançou à decisão do Plenário, atendendo o artigo 104 quando se pleiteava uma reformulação na Ordem do Dia da presente sessão. Há poucos instantes a Presidência recebeu um requerimento, na questão de ordem do Deputado Osvaldo Macedo, arguindo a invalidade da Ordem do Dia formulada na sessão anterior para a sessão de hoje. E é com relação a isto que a Presidência busca a decisão do Plenário, no que, realmente, Sr. Deputado, de acordo com o artigo 101, o eminente Presidente efetivo da Casa, os responsáveis pela elaboração da Ordem do Dia, deveriam ter observado e constado de Ordem do Dia, com preferência, a Lei Orçamentária.

Assim sendo, a Presidência indaga ao eminente Deputado Accioly Neto, se deseja a palavra, pela ordem.

O SR. ACCIOLY NETO — Apenas, gostaria de saber qual a decisão final.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — A Presidência volta a anunciar a sua decisão final, considerando o vício, o erro, a falha cometida na elaboração da Ordem do Dia, a Presidência vai recorrer à decisão do Plenário para verificar se dá preferência ou não, à Lei Orçamentária na presente sessão.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, uma outra indagação, se me permite, a matéria que está em discussão, é o Projeto de Resolução 254/76. Sobre ele falava o eminente Deputado Ivo Thomazoni.

Eu pergunto, se o Deputado já concluiu a discussão da matéria.

O SR. IVO THOMAZONI — Dirijo-me a V. Exa., regimentalmente, porque não posso responder à arguição do colega.

V. Exa. havia julgado a questão de ordem. Entendi que V. Exa. colocaria à decisão do Plenário, a inversão da Ordem do Dia, ou seja, a preferência na votação, nos termos da questão de ordem do Deputado Accioly Neto para o projeto. Desci da tribuna, para votar. V. Exa. falou que consultaria o Plenário. Estou aqui para isto e poderia voltar à tribuna, se me for dado, voltaria à tribuna se achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Esta Presidência solicita ao eminente Secretário para que marque o tempo que lhe resta e, se a decisão da Casa for pela manutenção da Ordem do Dia com a focalização do Projeto de Resolução 254. Em seguida, V. Exa. voltará à tribuna, ou então, oportunamente, quando a matéria vier à pauta.

O SR. ACCIOLY NETO — A matéria continua em discussão?

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa. disse que consultaria o Plenário para a preferência da Lei do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Perfeitamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — A Mesa vai atender. O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, parece que a decisão da Mesa, está contraditando com outras decisões já adotadas. Parece que o Deputado Ivo Thomazoni, discutia a matéria porque esta oportunidade lhe havia sido dada em função deste Plenário haver, erroneamente, aprovado preferência para o projeto de resolução, superpondo ao projeto de lei orçamentária.

Eu perguntei a V. Exa., em questão de ordem, se não devia prevalecer a regra constante no artigo 101, inciso V, do Regimento Interno. V. Exa. negou em resposta à questão de ordem, que devesse prevalecer esta regra regimental, porque o Plenário já havia decidido em sentido contrário.

Assim, não podemos ficar aqui a decidir, novamente, sobre a mesma questão. Então, queria fazer um apelo a V. Exa. para que desse novamente a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, para que ele continuasse a discutir. E nós assim, respeitásemos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (DEL CIEL) — Esta Presidência decidiu buscar a decisão do Plenário, atendendo não a questão de ordem do eminente Deputado Accioly Neto, mas em atendimento à questão de ordem do Deputado Osvaldo Macedo.

O Deputado Accioly Neto, quando levantava a sua questão de ordem baseado na decisão da Presidência que atendeu tão somente a decisão do Plenário desta Casa, e a Presidência julgou que havia atendido, conforme o desejo da maioria ou da unânime decisão da Casa. Quando o eminente Deputado Osvaldo Macedo arguiu o vício na elaboração da Ordem do Dia da presente sessão, é que esta Presidência se viu convencida em buscar nova decisão do Plenário.

Não para reformular a decisão com relação ao artigo 101, mas para corrigir o vício da elaboração da Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu quero, só para fazer lembrar ao eminente Deputado Accioly Neto, que o artigo 101 dá preferência no item anterior à preferência da Lei Orçamentária.

O que não se pode é pretender uma coisa, e depois numa outra questão de ordem, invalidar a anterior...

O SR. PRESIDENTE — (Interrompendo o orador).

Esta Presidência se decidiu pela votação, e a decisão do Plenário, atendendo ao requerimento do eminente líder da bancada oposicionista, esse desejo não há, que retire do eminente Deputado Osvaldo Macedo, a sua questão de ordem e o seu requerimento. Em assim sendo se restabeleceria a ordem previamente decidida, conforme decisão da Mesa. A Mesa solicita ao Deputado Braga Cortes, para que permaneça secretariando a Mesa. (PAUSA).

A Mesa solicita ao eminente Deputado Fabiano Braga Cortes, para que retorne à Secretaria, até que o membro efetivo da Casa assuma a sua condição.

Esta Presidência suspende os trabalhos por dois minutos até que o eminente Deputado retorne à Secretaria.

— (É SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO). — Está reaberta a sessão.

A ausência do Presidente da Casa justifica-se pois que estava atendendo chamado telefônico discutindo e sabendo como está um familiar seu internado em casa de saúde.

Mas, devo dizer, que, como Presidente desta Casa, sempre assumi, e sempre assumo, os erros que posso ter cometido, nesta Presidência, mas, nunca de má fé.

Repudio as afirmativas de um Deputado quando se referiu a esta Casa como a um "circo". Esta Casa é um local de debates. Cada bancada pode usar do recurso parlamentar a que tem direito. Tem toda a liberdade de defender os seus direitos.

Acredito que nunca, nem eu, nem aqueles que passaram, eventualmente pela Presidência desta Casa, tenham cometido alguma arbitrariedade de má fé.

A Assembléia está equivocada: o prazo para votação do Orçamento estava esgotado às 18 horas, no término do expediente normal.

Mas, em comunicação telefônica com o Sr. Governador, li o requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. S. Exa. aceitou de esperar a decisão da Assembléia até às 11 horas.

Isso aí não é insulto à liberdade, mas o contrário. O Governo, esta Casa e a Presidência, estão dando oportunidade à Assembléia para apreciar o Orçamento. Acredito que nós não tenhamos mais condições de aprovar o Orçamento, a não ser que o rejeitássemos ou o aprovássemos porque não há mais condições de emendá-lo. O Plenário teria que aprová-lo sem emendas, porque senão, forçosamente, teria que ir à Comissão para nova redação. Mas a Mesa da Assembléia e a Presidência, julgando que deve se dar oportunidade, desde que o Poder Executivo me deu mais tempo, devemos aproveitar essa oportunidade para tentar ainda votar o Orçamento do Estado. Quando estou na Presidência, minhas decisões nunca foram partidárias, sempre foram decisões de consciência e regimentais. E penso que me equivoquei algumas vezes. Quem não se equivoca? Mas, de qualquer forma, vou responder às acusações. Vim hoje a esta Casa, sem condições para tal. Dificilmente outro Deputado teria condições de vir aqui, mas vim porque acho que é obrigação dos Deputados desta Casa, em todos os momentos importantes, estar aqui. E esse é um momento importante para a Assembléia.

A Mesa colocará em discussão e votação o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, mantendo, apesar de ter opinião diversa, a decisão do Deputado Del Ciel que tão bem tem presidido esta Casa, nas vezes que a presidiu, a Mesa vai por em votação a questão de Ordem do nobre Deputado Osvaldo Macedo.

Os Srs. Deputados que aprovam a questão de ordem, queiram conservar-se como estão.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Será procedida verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a questão de ordem do nobre Deputado Osvaldo Macedo, queiram levantar-se.

26 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Um Sr. Deputado rejeita.

Aprovado o requerimento.

Há número para deliberação.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 118/76, de proposta Orçamentária em que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1977. Parecer FAVORÁVEL da C.O., ao Projeto e CONTRÁRIO às EMENDAS, por unanimidade.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu peço a palavra. O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — ... Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que estão inscritos para discutir o Projeto de Lei número 112/76, dez Srs. Deputados e espera e aguarda inscrição de outros que o queiram fazer.

O SR. MUGGIATI FILHO — Requeiro, pela ordem, minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Da mesma forma, eu, Sr. Presidente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como o gás ou a energia elétrica, o Poder tende a estender-se ou avançar, até onde possa chegar, até que se constitua

ao seu redor, uma vala, um recipiente, que não possa ultrapassar nem romper.

Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vive na sessão de hoje, o derradeiro instante, que lhe é fornecido, para apreciar a proposta orçamentária para o exercício de 1977.

E o fato de ser um momento derradeiro, ainda que de todos já conhecido por se tratar de uma consequência de regra jurídica constitucional, implica mais do que nunca que na sessão de hoje, nós todos acima do partido político, passemos a refletir e meditar sobre o significado que tem para este próprio Poder, o Orçamento Geral do Estado. Vou me louvar em alguns autores para tentar transmitir aos Srs. Deputados, aquilo que a própria história deixou consagrado em relação a um poder que nasceu, com o objetivo precípua de cuidar que as finanças públicas tivessem em primeiro lugar, uma autorização prévia dos representantes do povo, e em segundo lugar, para esses mesmos representantes, fiscalizassem o soberano, quando ele passasse a utilizar os fundos que lhe eram dados, pelo parlamento ao votar o Orçamento, em outras épocas, com denominação diversa.

Mas quero me louvar em autores que escreveram e escrevem a história do Direito Constitucional Brasileiro. História que não nasceu a partir da Carta Imperial de 1824, mas a história do Direito Brasileiro, que é a reprodução de cada conquista que transformou a figura do Estado, para constituí-lo fundamentalmente, em três Poderes distintos, harmônicos e independentes entre si. E com relação a um deles — o Legislativo — desejo trazer os ensinamentos, porque a mim honra, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, homem, que, no tempo, deverá substituir a figura insigne de Pontes de Miranda, no constitucionalismo brasileiro. É que esse autor sobretudo, é homem do meu Partido, da ARENA, e também é Vice-Governador do Estado de São Paulo. Mas isso não o impediu, pela sua obra, de reconhecer que determinados princípios do Constitucionalismo não tem nada a ver com a dogmática partidária. E, por coincidência, na sessão de hoje, nós vamos viver certamente, este mesmo dilema; é que aqui, ou se ficará com a história do Poder Legislativo e de consequência com o povo; ou se ficará ao lado do príncipe e, de consequência, contra o povo.

Esse autor, em breve histórico sobre o orçamento, diz que o estabelecimento de um orçamento resultou da necessidade do consentimento dos contribuintes, para a cobrança de tributos.

Segundo regras difundidas na Europa Ocidental, desde a Idade Média, sempre que o príncipe tinha precisão de recursos, que não podiam ser satisfeitos por seus rendimentos dominiais, ou por seus direitos regalianos, ela buscava obter a anuência dos contribuintes para cobrança de tributos, para o que provocava a Assembléia dos Estados, os Estados Gerais da França, as Cortes da Espanha e Portugal e o Parlamento da Inglaterra.

Em tais ocasiões, não só se autorizava tais tributos, como se cuidava de definir sua utilização, conhecendo-se, portanto, o emprego dos recursos assim obtidos.

E é por essa razão, que desse nascedouro histórico, é que o Orçamento passou, desde então, a comportar dois fundamentos: um fundamento ético e um fundamento legal.

No Brasil colonial, até o advento do nosso primeiro regime constitucional, que ocorreu com a perda dos poderes absolutos de D. João VI, os monarcas portugueses referiam-se às despesas públicas, chamando-as de "Real Fazenda", como se tratasse do Erário ou da Fazenda Pública. O que, evidentemente, não quer dizer a mesma coisa. É exatamente o Poder que tem o monarca de dispor, livremente, de sua Real Fazenda sem prestar contas a ninguém, um dos traços marcantes do absolutismo, ainda que em tais regimes, os funcionários sempre tivessem sujeitos à fiscalização severa do príncipe, desde os tempos mais antigos.

Segundo nos mostra Pontes de Miranda, em seus "Comen-

tários à Constituição de 1946" — que lamentamos não estar em vigência — já a Constituição do Império declarava que os empregados públicos são estritamente responsáveis pelos abusos e omissões praticados nos exercícios de suas funções, e por não fazerem efetivamente responsáveis seus subalternos.

Esta fundamentação de ordem ética de um lado, e legal de outro, pressupõe, necessariamente, que o Poder Legislativo entregue ao Executivo, um Orçamento contendo receita e despesa que podem ser fiscalizadas em um orçamento que corresponda, de um lado às necessidades prementes do povo; de outro, aos interesses do Estado, representado pelo Poder Executivo, com vistas a atender, quando executar as despesas, as aspirações de seus jurisdicionados.

A isso, procurou a Assembléia corresponder quando aqui tramitou, e hoje tramita em definitivo, o Projeto de Lei número 112/76.

O texto do projeto, na sua parte legal propriamente dita, merecia algumas correções. Estas foram feitas através de emendas, no mais das vezes supressivas, mas, também outras alterando a redação que nos parecia — a todos — absolutamente defeituosa.

É que pretendíamos devolver para a sanção um projeto de lei orçamentária que desse ao Chefe do Poder Executivo, efetivamente, condições de administrar o Estado, com tais e quais recursos, como tais e quais despesas previstas.

Mas, o que não podemos aceitar é que se entregássemos ao Chefe do Poder Executivo, um texto de lei orçamentária, segundo o qual a própria Lei, aqui aprovada, não teria a menor significação. E esta afirmativa tem a sua razão de ser, quando estudamos algumas das emendas que foram apresentadas à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa interrompe o orador para por em votação requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, que será lido pelo Sr. 2º Secretário. O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lendo):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a prorrogação da presente sessão por mais de duas (2) horas.

P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO"

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido. — APROVADO.

A Mesa solicita ao Sr. 1º Vice-Presidente que assuma a Presidência alertando e determinando ao Sr. 1º Secretário que, se houver chamada nominal de Deputados, que conste a presença do Presidente da Casa que vai ao seu gabinete para entrar em contato com o Hospital.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Accioly Neto. O SR. ACCIOLY NETO — Afirmava, com o respeito que tenho aos demais Deputados que tiveram a preocupação de analisar o texto do projeto e apresentaram emendas, que desejo referir, com brevidade apenas uma das emendas, exatamente a que pretendia suprimir o artigo 7º e seus parágrafos 1º e 2º do projeto. Essa emenda visava retirar do texto do projeto as seguintes disposições legais: "Artigo 7º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 30 por cento da despesa orçamentária. (Continua lendo a emenda e a justificativa).

Esta emenda, conquanto na sua justificação estivesse cristalinamente caracterizada a inconstitucionalidade do dispositivo e a própria ilegalidade porque fere a Lei 4320, não obteve êxito na Comissão de Orçamento. Ao contrário, do que se afirma na justificativa, entendeu o eminente relator da matéria, Deputado Egon Pudell, que esse dispositivo, o artigo 7º e seus parágrafos, "trata-se apenas de autorização deste Legislativo

para abertura de crédito, importância essa já creditada à receita. E como não se pode por dispositivo constitucional, por iniciativa do Legislativo aumentar a despesa ou alterar a receita, nos parece conflitar com a lei maior, o contido na emenda, mais ainda pelo exposto na Lei 4320, em seu artigo 43, que regula matéria aqui tratada”.

Ora, Srs. Deputados, o eminente Deputado relator entendeu que a emenda é inconstitucional e ilegal, pretendendo para uso fundamentar-se em dispositivo constitucional e na Lei 4320.

De duas uma: ou o Deputado relator jamais leu a Constituição e a Lei 4320, ou ele ao justificar o seu parecer contrário à emenda, copiou a justificativa da emenda. A única conclusão a que eu posso chegar é que, afoito em dar parecer contrário, provavelmente equivocou-se ao copiar o rascunho, que deveria ter feito e, ao justificar o seu parecer, copiou exatamente a fundamentação da emenda.

Não foi por outra razão, e disso tenho certeza, que o Plenário, através de destaque, quando apreciou a matéria em segunda discussão e votação, acabou por rejeitar o artigo 7º, e, com isso, excluiu definitivamente do texto da lei essas disposições legais que dariam ao Sr. Governador do Estado, poderes que não lhe poderiam ser deferidos, em face do que dispõe taxativamente a Constituição Federal e a Lei 4320.

Mas, a tramitação desse projeto de lei não teve, como em anos anteriores, uma tramitação marcada por uma situação normal. Bem ao contrário.

Depois de aprovada a matéria em 2ª discussão, entendeu a Presidência, de acordo com norma regimental, de encaminhar o projeto à Comissão de Orçamento, para que esta procedesse à redação final em face do que havia expressamente deliberado o Plenário da Casa.

E a Comissão chegou ao projeto com uma decisão definitiva do Plenário, e cabia-lhe tão só redigir o texto do Projeto de Lei consoante havia determinado o Plenário.

Mas isto não aconteceu. E ficaríamos nós a nos perguntar se este precedente tiver prevalência, vamos alterar substancialmente o comportamento das Comissões Técnicas. Doravante nenhum Deputado poderá reclamar se determinado projeto de lei for a uma das Comissões encarregada de decidir sobre o mérito do projeto e, ao invés disso, decidir sobre a constitucionalidade e devolver a Plenário, o projeto, com dois pareceres: Um da Comissão de Constituição e Justiça, afirmando taxativamente, que o projeto não fere nenhum dispositivo legal ou constitucional; e, outro, da Comissão do mérito que, ao invés de se ocupar do assunto de sua atribuição, examina uma matéria para a qual ela não tem, pelo Regimento Interno, nenhuma competência.

Foi isto que fez a Comissão de Orçamento.

A Comissão resolveu, ao invés da redação final, talvez por comodismo, elaborar um relatório como se fosse de relatório o que este Plenário precisava para decidir sobre o Projeto de Lei número 112/76. E, fez um relatório substancial, de várias laudas e, até, com indagações jurídico-constitucionais. Obviamente, este relatório não existe. Para cá veio e assim o Plenário tem que reconhecer apenas o Projeto de Lei número 112/76, sem a redação final que a Comissão de Orçamento tinha obrigação de fazer. No entanto, é precisamente hoje, o último dia que esta Assembléia tem para devolver para sanção o projeto de lei orçamentária. Não há redação final, mas deveria haver. Corremos, então, o sério risco de não devolvermos o projeto para a sanção dentro do prazo constitucional e, isto é um fato desonroso, desprimoroso e, sobretudo, degradante para a Assembléia Legislativa.

Mas, eu questiono quem são os responsáveis pela desonra que vai macular as tradições desta Casa?

A quem deve ser remetida a responsabilidade pelo desprimor com que seremos considerados pelo povo paranaense?

A quem devemos atribuir o ônus de ter degradado a própria honra parlamentar de cada um dos Srs. Deputados?

É, este o fato que não pode passar despercebido e que não pode ficar, para sempre, esquecido depois de hoje.

É que nós devemos sair daqui com a certeza de que entre o interesse do príncipe e o interesse do povo, nós todos sempre fizemos com que o interesse do povo tivesse predominância e fosse sobranceiro.

Mas, ao contrário, nós todos, hoje, vamos nos curvar a uma situação que é quase irreversível, em face do prazo legal, sob o qual, como uma espada, nós estamos decidindo. De quem é a culpa, eu não sei, Srs. Deputados.

E nem quero, absolutamente, me arvorar aqui em acusador público. É preferível, nestas ocasiões que nós apenas nos lembremos, a partir de hoje, que se a Assembléia deixou de cumprir o seu dever, não o foi, por desídia de nossa parte. E quero me socorrer, sem que isso seja uma acusação, novamente, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho. É que ele tem comentário a propósito de um assunto, que é novo no Direito Constitucional. É o que trata da fixação de prazos para apreciação de matérias pelo Poder Legislativo. Durante todo o nosso tempo de constitucionalismo até 1946, o Parlamento jamais precisou que o Executivo determinasse que a apreciação de alguma matéria, deveria ser feita num tempo pré-estabelecido, sob pena de automaticamente, ela ser considerada aprovada.

Jamais se necessitou disso. Nós estávamos caminhando para um aperfeiçoamento das soluções parlamentares, quando se resolveu copiar um novo modelo de constitucionalismo. E não faltou até quem, na Constituinte de 1967, pretendesse incluir dispositivo na Carta Política, autorizando, como ocorre na França desde a Constituição de 1958, que o Chefe do Poder Executivo, estabelece a ordem do dia do Parlamento. Mas estabeleceram os prazos e esses, segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho, apresentam vários inconvenientes. E ele ressalta que o mais importante desses inconvenientes, é o de permitir que o governo imponha regras que seriam jamais aprovadas pelo Parlamento em deliberação normal, usando os seus partidários de obstrução, para impedir a revisão do texto, ou a sua modificação.

Esta forma de obstrução não é menos grave do que a tradicional. Pois se esta impediu ao Legislativo de cumprir com a sua função, aprovando regras jurídicas novas, aquele o impede de representar o povo, rejeitando regras jurídicas novas, pretendidas por um dos órgãos estatais, que não é, deve-se reconhecer, o que a Constituição incumbiu principalmente, de fazer leis. É esta a situação que, hoje, nós vivemos.

Não sei até que ponto poderá se orgulhar um governo por ter conseguido que a Assembléia Legislativa não lhe devolvesse, no prazo constitucional, a proposta orçamentária.

Se orgulho há, talvez isso possa, realmente se verificar, é o de que não estamos conseguindo, como disse no início, construir em torno de Poder Executivo, uma vala, ou recipiente, para que ele não possa nem ultrapassar, nem romper, as suas próprias atribuições.

E é lamentável que, para isso, tenha contribuído, não o Partido que dá sustentação política ao Governo do Estado, agremiação à qual pertencço, pelo qual fui eleito e com a qual tenho obrigação. E o que é mais lamentável, é que o desprestígio do Poder, o desprimor do conceito, a degradação e a desonra, tenham como responsável exatamente um Deputado Estadual.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo não ser prolixo, nem vou citar tratadistas, nem pretendo inovar.

Quero, Sr. Presidente, sem que para tanto tivesse que

dispor de tempo suficiente para consultar obras, ler tratados de respeitáveis juristas. Mas, procurarei, dentro de minhas limitações de homem do Interior, de brasileiro afeito aos embates políticos no campo e no Parlamento, analisar, à luz da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno, para validar o comportamento deste, ou da maioria dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional, partido que nos elegeu, que nos abrigou para que uma coletividade nos confiasse a representatividade que todos nós procuramos exercer com lealdade. Quando disputamos a eleição para Deputado Estadual, conhecíamos as regras do jogo e as limitações deste Poder. Não vele chorar nesta hora, a pouca autoridade, a escassa atribuição deste Poder, nas decisões maiores que hoje estão enfeixadas — ninguém ignora. — nas mãos do Poder Executivo. Mas venho para dizer que conscientemente agi, no sentido de que fosse respeitado o Regimento Interno, a Constituição do Estado, quando em oportunidades anteriores a esta, exerci como exerço aqui, um delicado papel na conduta de uma briosa, de uma valerosa equipe de Deputados Estaduais. E o comportamento que estamos aqui, não é para conferir que alguém se orgulhe do nosso trabalho. Mas, Sr. Presidente, estamos aqui para validar comportamentos adotados neste e em outros Estados da Federação, há um decênio, que é a de se conferir ao Executivo uma lei que não seja tão somente um elenco de intenções, mas que se constitua realmente num plano de obras viável de ser executado. E para que possa dizer também batendo no peito “minha culpa, minha máxima culpa”, para impedir que a estrutura deste Poder, arcaica ou não, não vem ao caso, não se veja apenas amanhã na análise que se possa fazer das mensagens que virão solicitando desta Casa pronunciamento, quando da abertura de créditos suplementares. Mas, devo dizer para rememorar que, em 1974, a execução orçamentária atendendo as mutações, as exigências da coletividade brasileira que mora neste Paraná, atingiu a número superior a 850 decretos que abriram créditos suplementares.

Se não tivesse esta Casa deferido ao Executivo a faculdade de suplementar verbas por decretos, teríamos que ter votado aqui 800 e tantos projetos, mensagens governamentais, quando vejo hoje, na Ordem do Dia, mensagem governamental subscrita em abril deste ano, para ser aprovada hoje. Não é incompetência de um poder, mas é Sr. Presidente de nossa estrutura que assim determina que com essa lentidão, estejamos aqui a analisar as mensagens governamentais. O que seria da execução orçamentária, o que seria do programa de governo, se o Executivo não tivesse atribuição que tem tido nos últimos 10 anos e aqui faço questão de citar: 1964, Lei 4470, de 8 de novembro de 1973, artigo 6º, que dá autorização, atendendo disposição da Lei 4320, para suplementar o orçamento por decreto.

Em 65 - Lei 4961, de 17 de novembro de 1966. Em 1966, Lei 4961. Em 1967, Lei 5420. Em 1968, Lei 5709. Em 1969, Lei 5886. Em 1970, Lei 6042. Em 1971, Lei 6175. Em 1972, Lei 6253 e assim até o atual exercício com a Lei 6643, de 04 de dezembro de 1975.

Mas, Sr. Presidente, vejamos o comportamento. Vamos por unidade federativa. Amazonas, exercício de 1976. Artigo 8º, Lei que dispõe o limite de 20 por cento do total da despesa. Maranhão, artigo 6º — 20 por cento; Paraíba, artigo 7, 40 por cento; Piauí, limite 30 por cento no artigo 8º; São Paulo, onde o MDB é maioria, artigo 6º, 20 por cento; Espírito Santo, 50 por cento; Sergipe, 20 por cento; Mato Grosso, 30 por cento; Rio Grande do Norte, 20 por cento; Rio de Janeiro, 30 por cento; Ceará, 20 por cento; Santa Catarina, 50 por cento; Pernambuco, 20 por cento; Distrito Federal, 20 por cento; Pará, 40 por cento e assim por diante.

Dei, Sr. Presidente, estes dados, apenas para dar uma idéia da generalização do emprego da medida, apresentando a posição dos vários Estados brasileiros, da concessão do Legislativo e autorização para que, no decorrer do exercício, sejam abertos

créditos suplementares por Decreto do Poder Legislativo.

Em outros Estados, deixam de ser, inclusive citados, por inexistência de informações disponíveis, mas nós sabemos que em todos eles existe a prática constitucional, e não só isso, se tira do teto dos 20, 30, 40, 50 por cento o montante dos créditos suplementares abertos para cobrir despesas com o pagamento do pessoal, verificando-se que esse percentual tem ultrapassado em muito ao limite ali fixado.

Mas, devemos dizer, Sr. Presidente, que a medida institucionalizou-se e vem sendo mantida a nível nacional, principalmente por ser bastante razoável, se considerar alguns aspectos só da questão.

Primeiro, a utilização das técnicas de planejamento e programação que constituíam procedimento relativamente recente em nosso País, sendo por isso mesmo, natural que ocorram variações entre a programação e a execução, porque muitos poderiam dizer: Por que tantos créditos suplementares? E o aperfeiçoamento da aplicação da Lei de meios nos induz a dizer que no Paraná vem sendo feito, por quê? Se em 74 tivemos editados 800 e tantos decretos suplementares; em 1975 baixou para 600 e poucos; em 76 no exercício corrente, até esta data, somando 360 e tantos decretos suplementares.

Posso também afirmar que no Estado do Paraná se mantém talvez uma das melhores execuções orçamentárias deste País.

A programação no Setor Público inicia sua montagem 9 meses antes do início do exercício a que se refere o Orçamento, ocasião portanto em que não é possível prever com exatidão as alterações ou níveis de preço que irão vigorar para o exercício, ano seguinte e nem tão pouco existe segurança sobre o montante que determinadas despesas atingirão nas diversas atividades do setor público no próprio exercício, dentro dele.

A implantação de um sistema de administração racional do setor público, se acha portanto, condicionada à existência de uma certa flexibilidade, flexibilidade que possibilite a introdução de tempestivas correções e ajustamentos durante a execução do programa. A realidade brasileira de hoje, mais do que nunca, exige que o Poder Público se ache aparelhado para responder, dinamicamente, os problemas ou situações que, sem chegar a constituir calamidade pública, requerem uma solução imediata para evitar prejuízos à coletividade, sendo tais situações dificilmente previstas à época da elaboração dos documentos orçamentários. Se V. Exa. permitir, eu continuarei e concederei a seguir.

A grande dependência, ou melhor, a inexatidão, muitas vezes, das informações prestadas sobre recursos das transferências federais à época em que se elabora a lei orçamentária, também tem sido fator preponderante para esta mutação de valor. A grande dependência que o Estado do Paraná possui das receitas geradas pelo setor primário e a grande margem de incerteza sobre a sua efetiva ocorrência por serem estas uma consequência de suas variáveis, nós poderíamos dizer, climáticas e, também, de preços favoráveis, têm sido uma exigência de se abrigar esta concessão de lei.

O Poder Executivo Estadual tem desenvolvido e implantado toda uma série de instrumentos técnicos para racionalizar a execução orçamentária de modo a executar alterações, na Lei do Orçamento, via créditos suplementares, apenas quando estas são indispensáveis, como se poderá depreender. E vamos citar:

1º — Pela análise das normas fixadas pelo decreto de programação financeira.

2º — Pelas normas que regem o procedimento de alterações orçamentárias, contidas na Resolução conjunta número 02/75, da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Planejamento.

3º — Apesar de todas as medidas adotadas, o número de créditos suplementares, em 76, como disse, ultrapassou, no últi-

mo levantamento que fizemos, a mais de 300, quando se esperava que chegassem a 200.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que afirmo que à supressão da medida, se mantida, acarretará face a exigência da prévia disponibilidade de recursos para o atendimento de despesas, a um indesejável retardo no atendimento a problemas, no mais das vezes, urgentes e a introdução de medidas corretivas visto que a abertura de créditos por via legislativa, envolve, necessariamente, procedimentos que demandam tempo e nós estamos, diariamente, a testemunhar isto.

Sr. Presidente, tenho em mãos, também, um xerox da lei que aprovou, no Congresso Nacional, o Orçamento da República e também abriga um dispositivo autorizatório para que o Executivo, por decreto, abra os créditos suplementares.

Sr. Presidente, disse que nesta Casa obedeci dispositivos regimentais e constitucionais.

E, entro agora, Sr. Presidente, no que está contido no relatório apresentado pela Comissão de Orçamento quando recebeu Projeto de Lei número 112/76, para regidir um novo parecer e para dizer-se nesta tribuna que a Comissão de Orçamento extrapolou competências, porque indicou procedimento constitucional e anti-regimental, quando apreciou em segunda discussão, a matéria, é assacar contra aquela Comissão uma inverdade, cometeu-se portanto, uma injustiça.

A Resolução 17/67, Sr. Presidente, que disciplina o Capítulo quarto, do título terceiro, do Regimento Interno, que trata da aprovação do Orçamento, ela é clara, uma clareza meridiana, não depende sequer, de interpretações, o seu texto.

Quando, sem fazer menção, respeita, acolhe, o contido principalmente no parágrafo segundo do artigo 25 de nossa Carta Estadual.

Isto, Sr. Presidente, este artigo, é da seção quinta, que trata do Orçamento. E expressamente, o parágrafo segundo do artigo 35, diz:

“Os projetos de lei, referidos neste artigo, somente receberão emendas nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa requerer a votação em Plenário, de emenda aprovada ou rejeitada”.

Lembro-me, Sr. Presidente, que quando a Comissão de Orçamento analisou o Projeto de Lei 112/76, foram naquela Comissão discutidas e votadas as emendas aprovadas ao Orçamento, entre elas uma, da lavra do eminente Deputado Accioly Neto.

Exatamente, a emenda que determinava a supressão do Artigo sétimo do Projeto de Lei 112/76; aquela que espungia, que tirava do Projeto de Lei, a autorização que a Lei 4320 faculta que se aplique na Lei, e que tantos, e no Paraná há dez anos, este Poder tem por unanimidade, a sua aprovação.

Mas, Sr. Presidente, quando da tramitação em segunda discussão e votação neste Plenário, o 1/3 dos Srs. Deputados que a Constituição e a Resolução 17/67 prometia, realmente, que o destaque para análise aqui, a ilustrada bancada do MDB abriu mão dessa faculdade. Não usou do direito de requerer o destaque para emenda apresentada na Comissão.

E, Sr. Presidente, o que assistimos aqui, feriu a Constituição e o Regimento.

Vou mais longe, o Orçamento, como disse, é um programa do Governo. Alterar dado técnico significaria portanto, tirar-lhe a essência e mudar o objetivo. E daí o parágrafo primeiro do artigo 35, da Constituição do Estado:

“Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global; ou se de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo”.

Mas, vou mais longe ainda, Sr. Presidente, este Plenário, além de requerer e rer-lhe sido deferido a votação por artigo, que é, de um lado, deveria ser votada globalmente, para que pu-

déssemos aprová-la ou rejeitá-la, trate-se, ou não, da Lei de Meios, se dá, ou se deixa de dar; se aprove ou se rejeite; tivemos, aqui neste Plenário, uma outra atitude incompreensível, sob todos os aspectos que se pretenda analisar.

Havíamos aprovado um projeto de lei do Orçamento Plurianual, válido para os exercícios de 78, 79, e na Lei de Meios, para o exercício de 77, estavam contidos valores, em alguns quadros copiados textualmente da Lei de Orçamento Plurianual. E o Orçamento Plurianual foi aprovado por unanimidade por esta Casa. Mas, que na mesma sessão, emocionalmente, se deixou de aprovar, sem que se tivesse invalidado o comportamento anterior, que abrigava importâncias para o transporte ferroviário, para a Sucepar, para a Paraná Radiodifusão. O que a Comissão de Orçamento fez, foi em instante nenhum, ofensivo à moral; em instante nenhum foi adotado arrepio à Lei Maior, ou ao Regimento Interno. O que ela pretendeu fazer, através de um parecer maravilhoso, exarado pelo Relator, Deputado Egon Pudell, e foi aprovado pela Maioria dos membros daquela Comissão.

Não houve, na verdade, comportamento anti-constitucional ou anti-regimental.

E esse parecer redigido com tanta clareza, não fala nem do mérito da matéria. Se vamos possibilitar que o Poder Executivo tenha possibilidade de agilizar a sua administração, então a Comissão tão somente analisou tecnicamente o assunto.

E concluo, Sr. Presidente, respeitando o artigo 35 e seus parágrafos da Constituição do Estado. O Parecer da Comissão de Orçamento conclui que se vote o Projeto de Resolução 17/77 originariamente, como foi enviado a esta Assembléia, sem que, sobre ele, incida qualquer modificação. Mas, disse mais essa Comissão, que o ponto de vista vencedor deveria ser aquele esposado por esta Comissão de Orçamento, em seu Parecer, anteriormente exarado e publicado no Avulso da Assembléia, de 17 de novembro. Aquele que rejeitou as emendas apresentadas tempestivamente, dentro do prazo. E emenda que não receberam a aprovação de um terço dos Srs. Deputados, conforme preceitua a Constituição.

Agora, Sr. Presidente, nesta Casa, está sendo apontado, por homens que estão a obstruir o livre pronunciamento deste Poder para que sejamos apontados como se estivéssemos aqui para nos divertirmos, quando aqui estamos talvez, para impedir a votação desta matéria. Estaremos aqui impedindo uma luta que poderá se ferir entre o Poder Executivo e o Legislativo, no Judiciário, porque não acredito que o Executivo possa se conformar com a inconstitucionalidade no procedimento da votação da matéria e, para isso mesmo, que me valho para dizer, que o nosso procedimento mais do que ser ofensivo ao Regimento Interno, porque é regimental, acima disso ele vem em socorro e respaldo do bom atendimento, da harmonia e interdependência dos três poderes constituídos.

Como ficaríamos, Sr. Presidente, se votada em terceira discussão esta matéria que implicaria a termos votado e aprovado uma lei que insere no elenco a intenção e a distribuição de recursos para um triênio e sem que tenhamos em nenhuma fase da discussão da matéria, feito menção ao que demos autorização para o Executivo, sem que tivéssemos ouvido nesta Casa nenhum argumento que invalidasse a aprovação de recursos para determinada empresa pública. Rejeita-se pura e simplesmente. Tirássemos do corpo do projeto os recursos que demos e não estamos dando. Como ficaria a Assembléia, tida por todos, e porque o é, uma Casa que abriga as maiores inteligências, exceção da figura desse desilustrado representante que está na tribuna, que poderia explicar esse procedimento. Teríamos que votar contra alguma coisa, e esta coisa que estava aqui era o Orçamento.

Talvez se tivéssemos votado este orçamento dois dias antes da eleição, quando todos estávamos esperançados em uma vitória espetacular no dia 15, este projeto de lei teria tido a

aprovação unânime dos Srs. Deputados desta Casa e até que entendendo e compreendo que tenhamos vindo a esta Casa irritados com o comportamento de alguns companheiros, alguns opositores, alguma autoridade, sei lá. Porque quando perco uma eleição, me irrito, choro, sofro, não entendo, procuro as razões e levo algum tempo. até que me apercebo que o eleitor é tão soberano ou mais soberano do que esta Casa, do que nós, quando exaramos nosso voto aqui. Então não culpo ninguém, mas não posso aceitar que me culpem. O que estou procurando regimentalmente, constitucionalmente não exercendo aqui o papel de Líder do Governo ou da Arena, que quase não sou mais, porque quem mais me contesta tem sido alguns dos Srs. Deputados do meu Partido e aceito a contestação respeitosamente.

É possível até, Sr. Presidente, que esta seja a última intervenção que eu faço em Plenário, na condição de Líder do Governo. Se Deus quiser, a partir de primeiro de março, do ano que vem, estarei no Plenário, tranqüilo, votando com o meu Partido e ajudando o Governador, que eu admiro, é um homem de bem que dirige com segurança este Estado, que está implantando uma verdadeira e extraordinária administração, traduzida em obras, em toda a parte e em todos os setores.

Mas, confesso também, que é talvez nesta Casa a atribuição mais difícil e mais espinhosa, a de ser Líder do Governo e da Arena também. Companheiros extraordinários tem o meu Partido. Os melhores companheiros que alguém possa desejar ter em qualquer Casa Legislativa, eu sei que tenho aqui. Maravilhoso. Mas, nem por isso eu deixo de ter a minha úlcera duodenal que é do sistema nervoso.

E quantas vezes eu sinto que nesses embates aqui, muitos da Oposição e da Arena não entendem a minha posição.

Sempre que faço menção do dispositivo, do Regimento, da Constituição, parece que é um desejo de colocar nas minhas palavras a intenção governamental. Quando não é, Sr. Presidente e digo desta tribuna, tenho uma preocupação que é a salvaguarda do bom nome deste Poder Legislativo, e não será, Sr. Presidente, o decurso do prazo de votação, na análise deste Projeto de Lei, que vai ferir a dignidade ou valor, ou como queiram outros, a intocabilidade respeitável de cada um deste Poder. Porque não é a primeira mensagem governamental que é aprovada por decurso do prazo, e tenho certeza de que não será a última.

Enquanto não se mudar as regras do jogo e não compete a nós pobres legisladores de âmbito estadual, mudá-las.

Enquanto existirem as disposições constitucionais que limitam a nossa ação como Poder Público, não estaremos nunca aqui para chorar.

Pelo contrário, se achamos que não queremos, então vamos para casa. Que alguém nos substitua, vamos para uma outra atividade, porque toda a atividade, quando exercida com amor, com patriotismo é útil a uma coletividade.

Estou aqui porque entendo que aceitei as regras do jogo, aceitei as limitações do Poder Legislativo e procuro dentro delas, com honestidade, jogar o jogo.

Mas nunca deixei de lutar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que haja a tão preconizada abertura, a distensão em todas as nossas declarações, Sr. Presidente. Defendemos a eleição direta para todos os cargos.

Há na Arena, Sr. Presidente, hoje, uma consciência generalizada de que o Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, que comandou esta eleição neste País, de uma forma tão democrática, valorizando a classe política, porque da política, ele participou.

Quando ouço, Sr. Presidente, dizer que o Presidente aqui participou de uma eleição, o que dizer dos Governos de um dos países mais democráticos deste mundo, os Estados Unidos da América, a participação não só da figura do Presidente, como foi o caso do Brasil, mas da máquina governamental posta a serviço do partido ainda nas prévias, nas convenções, em

toda parte, acho que nós chegaremos, Sr. Presidente, a valermos mais no elenco das decisões nacionais, nós atingiremos este desiderato quando nos convenceremos de que não será negando ao Poder Executivo, um instrumento altamente necessário para agilizar a execução de obras do Orçamento. Não será impedindo a transposição de recursos para obras tidas como urgente, na velocidade das transformações sociais que dignificam este Estado, não será votando emocionalmente que nós haveremos de servir à causa da valorização do poder político, que é o Poder Legislativo o mais autêntico de todos.

É por isso, Sr. Presidente, que eu venho à tribuna, talvez, não para justificar-me a mim, porque eu estou de consciência tranqüila, com o meu comportamento.

Mas, venho para justificar mais, aos meus eminentes companheiros de Partido, que na Comissão de Orçamento exaram um relatório, sob todos os aspectos válidos, cuidadoso, racional, aplicado pela Constituição e pelo Regimento Interno.

Quanto leio no "O Estado de São Paulo", este, talvez, o maior jornal que este País tem, um dos mais respeitáveis dentre tantos outros, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo que tem uma maioria emedebista esmagadora, rejeitou uma emenda de um Deputado do MDB que pretendia espungir do Orçamento a autorização para abertura de créditos suplementares, vejo que o MDB deste País, é realmente um partido que é um instrumento de progresso, um instrumento que visa e que está promovendo também o bem estar de uma coletividade, permitindo a agilização de uma execução orçamentária, com um governo que é adverso ao partido majoritário na Assembléia.

Quando leio, que não só no Estado de São Paulo o MDB deferiu ao Governo da Arena, esta disposição na sua Lei de Meios, quando sei que no Rio Grande do Sul, onde o MDB tem a maioria, e o Governo não é da Arena, também se confere ao Governo, esta faculdade de remanejar recursos, por decreto, dentro das disposições da Lei 4320; quando assisto que em Minas Gerais, também é assim, Sr. Presidente, como de resto, em todos os Estados da Federação, este é o comportamento. Porque é uma exigência da contingência nacional a forma com que se votou, em segunda discussão, este projeto de lei, ao arpeio digo e volto a repetir, do que preconiza o artigo sétimo da Resolução 17/76, e do que, também, com uma clareza estatui o parágrafo segundo do artigo 35 da Constituição, eu tenho que ficar triste, porque estou a antever Sr. Presidente, e Srs. Deputados, a burocratização da aplicação dos recursos do Poder Público em favor da coletividade.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Desculpe-me Deputado, só para lembrar ao Deputado Muggiati Filho que logo em seguida conferirei o aparte que me solicitou.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. levantou, e me rejubilo, porque esta sessão se encaminha para a discussão do principal. Esta discussão que deveria ter havido em tempo hábil a respeito do Orçamento. V. Exa. citou muito bem que a bancada majoritária do Rio Grande do Sul, Estado mais politizado, e no qual este Deputado reconhece estar o Governador de seu Partido, o mais político, que mantem com a bancada majoritária do MDB, pleno diálogo, eu reconheço que no Rio Grande do Sul o artigo sétimo existe um similar e tenho o Orçamento de 1976 em mãos. É no artigo quinto, mas, vejamos, Sr. Deputado, como faltou diálogo na elaboração, diálogo que nós já pedíamos em 1975, no dia 21 de 10 daquele ano, em pronunciamento desta tribuna.

O artigo quinto do Orçamento do Rio Grande do Sul, diz o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício, crédito suplementar até o limite de 10 por cento da receita tributária, e não das despesas orçamentárias, conforme o nosso Orçamento. Dez por cento da receita tribu-

tária, de conformidade com o artigo 60, I, da Constituição do Brasil.

E, segundo a conta de um fundo de reserva orçamentária destinada a atendimento de despesas relativas com pessoal e encargos sociais.

O que ocorre no Orçamento que nós estamos discutindo?

Primeiro, não é 10 por cento, não são dez por cento. São 30 por cento da despesa orçamentária; portanto, de todo Orçamento e não apenas da receita tributária.

Em segundo lugar, está consignado dentro deste Orçamento, a importância de 500 milhões de cruzeiros, como reserva orçamentária.

Então, na verdade, este Parlamento está dando 500 milhões de cruzeiros que já existe como reserva orçamentária, e mais 30 por cento do Orçamento total e, é bom que se diga, Sr. Deputado, o seguinte: 60 por cento da despesa total do Estado, são despesas fixas, facilmente previsíveis; são despesas com pessoal, são despesas correntes; sobram 40 por cento para os investimentos e sobre esses 40 por cento é que o Sr. Governador do Estado vai poder transferir. E essa transferência nós liberamos 30 por cento. O orçamento praticamente, não existe, porque ele poderá mudar a seu bel prazer. Nós estamos nesta luta, Srs. Deputados, para tentarmos, já tentamos no ano passado na discussão do Orçamento, para que se reconheça, não o direito a esta Casa que, seria inconstitucional, de discutir e emendar o Orçamento. Mas, para que o Orçamento seja alguma coisa viável, e eu tenho em mãos e V. Exa. tem este dado, deve ter de cabeça. Nós estamos votando para a construção de 4 ou 5 aeroportos, além da célebre expressão "e outros", a importância de 19 milhões de cruzeiros. V. Exa. em sua cidade está a se construir um aeroporto que custará mais de 5 milhões de cruzeiros. Um, apenas.

Então, há uma lista de intenções e, sobre isto é que estamos a nos debater. No Rio Grande, 10 por cento, é verdade, existe, nós concordamos, mas, 10 por cento sobre a receita tributária. Trinta por cento sobre a receita total, é praticamente, dizer que não existe orçamento. É liberdade total para aplicar verbas, praticamente, onde o Sr. Governador quiser.

Quero deixar consignado que o nosso posicionamento não é com relação ao Governo, ou ao Governador de hoje. Vem de longe, de longa data. E nós estamos a brigar para chamar a atenção de tecnocratas do País, para que eles respeitem esta Assembléia.

Já, no ano passado, afirmávamos da tribuna, que discutíssemos os fins, para depois os tecnocratas discutirem os meios. Que o político fosse ouvido para estudar os fins; para, depois, os tecnocratas chegarem aos meios.

Citávamos Aliomar Baleeiros que posicionou muito bem o funcionamento técnico. É isso que desejamos discutir. E quando desejamos discutir essas coisas, estamos prestando um grande serviço ao Estado, ao exigir que os técnicos aprendam a fazer Orçamento e não aberrações.

O SR. IVO THOMAZONI — Devo dizer que a reserva orçamentária do Governo do Rio Grande do Sul, que pode ser manuseado esse limite autorizado pelo Poder Legislativo daquele Estado, é constituída de valores destinados por decretos. O que, no Paraná, chamamos de reserva técnica.

Em todo o primeiro trimestre, o Executivo se permitia ao elaborar o analítico, determinar as importâncias que constituirão reserva técnica, para futuras distribuições.

Nós que somos um Poder e nos consideramos como tal, temos glosadas as nossas dotações e consignações orçamentárias, nos decretos que estabelecem as reservas técnicas também. Então, vejam V. Exas., que, realmente, no Rio Grande do Sul, o Governo não iria alterar os 10 por cento previsto na Lei de Meios, mas usaria toda a disponibilidade da reserva técnica, que lá, deve ter a consignação de reserva orçamentária.

Agora, para justificar esse termo, a Assembléia Legislativa do Estado conferiu ao Governador, autorização para contrair empréstimo no Exterior, no valor de 5 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, para dinamizar alguns setores da Administração.

Mas, vejam o bom senso do Governador, porque, mesmo dispondo de autorização legislativa, não usou totalmente, Usou somente dentro dos limites das necessidades da administração pública.

Por essa razão, por entender que estamos à frente do Executivo do Estado, um homem que, mais que político, é um homem de bom senso, um empresário, é que ousou dizer que, jamais, tomaria uma decisão de suplementar determinadas dotações orçamentárias sem que fossem absolutamente necessárias para o atendimento de um problema que se deve considerar prioritário.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite, apenas para complementar.

Quando li o artigo quinto da Lei Orçamentária do Rio Grande do Sul, li a questão do fundo de reserva orçamentário, destinado ao atendimento de despesa relativa a pessoal e encargos sociais. Já a Assembléia do Rio Grande do Sul poderia suplementar o fundo de reserva. Não existe no Orçamento do Rio Grande do Sul, a chamada reserva técnica, porque o parágrafo único define o fundo.

Então vê V. Exa. a diferença de tratamento. Não culpo o Sr. Governador pelo que vem se admitindo no Paraná, e não posso admitir que nos espelhemos em Estados como Maranhão e Piauí, mas sim nos Estados mais politizados do País.

O SR. IVO THOMAZONI — Mais uma vez me responsabilizo de público, e entendo como prática das mais salutares, a presença aqui de Secretários de Estado, para discutir problemas de obras no Estado.

Confesso que o Secretário de Planejamento ofereceu-se para vir a esta Casa discutir o Orçamento. Talvez eu seja o errado. Vou repetir o que disse a ele, Sr. Secretário, algumas vezes, alguns Secretários estiveram na Assembléia para discutir problemas de obras e validade de intenções do Governo. Infelizmente, longe da época eleitoral, quando todos estamos aqui, não mais do que meia dúzia de Deputados assistiram a reunião e dialogaram com o Secretário.

Não quero dizer mais nada. Achei que, impedindo que ele viesse aqui, eu estava também impedindo que ele constataste a falta de interesse para discussão de problema tão relevante e tão importante como o que já ocorreu no passado.

Sinceramente, esse foi o meu propósito. E culpa minha, não é do Secretário que se ofereceu para vir.

Sr. Presidente, deixo a tribuna. Não sei se compreendem a sinceridade do meu procedimento. Devemos afirmar que quando adotei comportamento ainda na tramitação deste projeto de lei, acreditem os Srs. Deputados, o fiz com a maior convicção porque não havia outro caminho melhor, tanto para este Poder, que é a Casa política, quanto para a coletividade que precisa dispor de uma administração que não esteja muito empenhada por falta de estrutura, para pedir autorização para a realização do elenco de obras que vêm se realizando no Paraná.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos justificar e nos ater à matéria, essencial do requerimento que vamos encaminhar à Mesa.

Preliminarmente, Sr. Presidente, dado o tempo em que aqui nos encontramos, mesmo na legislatura em que se discutiu o mais controverso projeto de emenda à Constituição nesta Casa, nunca se viu o encaminhamento de um monstrengo como esse que hoje se acha em pauta nesta sessão.

Na realidade, Sr. Presidente, a pauta ao dizer: "terceira Discussão do Projeto de Lei número 112/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 118/76, de Proposta Orçamentária em que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1977.

Parecer favorável da Comissão de Orçamento - ao Projeto e contrário às Emendas, por unanimidade". — além de ser mentirosa, Sr. Presidente, de fugir à verdade, de torcer os fatos, comete a maior das aberrações que se possa fazer, que se possa praticar em relação ao combalido Poder Legislativo, o que, de um lado, o próprio Líder do Governo reconheceu.

Embora, de outro lado, ele achasse que está dentro de um autêntico Poder Legislativo.

O artigo do Regimento que deve ser lido hoje, Sr. Presidente, é o artigo 10, e o artigo 10 do Regimento, ou seja, da Resolução 17/67, diz na realidade o seguinte: (LÊ....) Que o redigirá, repito, Sr. Presidente: (LÊ").

Como, Sr. Presidente, pode alguém cometer a temeridade de justificar um ato da Comissão de Orçamento que, ao cumprir o Regimento pisou sobre uma decisão da Casa, desrespeitou e violentou uma decisão da Casa, devolvendo o projeto tal qual para a Comissão foi, e se arrogando direitos regimentais que ela não possui.

Se nós fôssemos examinar a matéria à luz da Lei 1.071, que regula os crimes de responsabilidade, não foge a possibilidade de que a própria Comissão, pela sua maioria, incorresse em crime de responsabilidade, ao desrespeito de um ato da Assembléia Legislativa, da própria Assembléia a que pertence, devolvendo uma matéria deturpada para ser objeto de deliberação.

Um parecer que não encontra o menor amparo na lei ou no Regimento.

Portanto nós não conhecemos regras de jogo, Sr. Presidente.

Queremos registrar também, sem entrar na parte política e nas evasivas com que a Liderança do Governo ocupou a hora que lhe cabe ocupar na tribuna, fato também discutível, Sr. Presidente, porque se nós estamos apreciando a redação da matéria, o tempo disponível a cada orador nesta tribuna seria de 15 minutos e não de uma hora, conforme consta do Regimento Interno, artigo 154, parágrafo único: (LÊ):

"Sobre a Redação Final, o Deputado só poderá falar, para emendá-la ou sobre a emenda, apenas uma vez pelo prazo de 15 minutos.

Se o próprio Regimento na sua resolução específica diz, que o trabalho da Comissão é para redigir, nós estamos discutindo a redação final e não o projeto, e portanto, o prazo de cada um, é de 15 minutos e não de uma hora.

Mas, Sr. Presidente, nós queremos dizer, que não conhecemos e nem pretendemos conhecer, nem aceitamos, regra de jogo que não consta da Constituição.

E o jogo que consta da Constituição, o Governo, que o eminente Líder defende desta tribuna, a seguir de 1970, quando já o seu partido tirou do povo para o ano de 1974, o direito, que se achava consignado na Constituição, era o de eleger, pelo voto direto, o Governador do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, está afastada a hipótese, de que não seja uma aberração o parecer da Comissão.

Não pode, sequer, ser discutido, não poderia", data vênua" ser recebido pela Mesa, à Mesa cumpria, isso sim, fazer com que a Comissão elaborasse a redação final, não aceitando o projeto tal qual lhe foi devolvido, pela afronta que ele representa ao próprio Poder Legislativo.

Estranhamos, que a Mesa assim não tenha procedido, quando em outras ocasiões, a Mesa tem recusado liminarmente, sem discussão de Plenário, requerimentos que lhe são encaminhados durante a sessão e antes da Sessão.

E durante a sessão, o que é estranho também é que o Sr.

segundo VICE-PRESIDENTE, tivesse deixado de devolver ao Plenário, o julgamento de um recurso que lhe foi interposto de uma decisão sua, e do Presidente efetivo desta Casa.

Não pode julgar ele próprio os recursos que são encaminhados ao Plenário.

O órgão no caso, a que se recorre, é o Plenário.

Como pode o Presidente da Casa, deixar de remeter ao Plenário, matéria que lhe é encaminhada como recurso, se o recurso é previsto no Regimento Interno.

Seria a mesma coisa que um juiz de Instância inferior, ou um juiz de primeira Instância, resolvesse, ele, indeferir, recursos interpostos para o Tribunal de Justiça, ou Instância Superior.

Porque me parece que o Plenário desta Casa é ainda o órgão máximo que deve reger, nas suas dúvidas e no seu Regimento, este Poder.

Pois se é ele que decreta, é ele que aprova o seu Regimento.

Portanto, a matéria, sequer, poderia ser discutida.

Há uma notícia, dada pela Presidência efetiva da Casa, e que deve ser ressaltada neste momento, que o Chefe do Poder Executivo, receberia, até às 23,00 horas de hoje, o projeto de lei orçamentária.

Nada mais justo, porque estamos cansados também de saber que, no Poder Judiciário, os Juizes, até à meia-noite, recebem, em suas residências, recursos interpostos em casos de "habeas corpus".

Mas, dizer também que o que se fez, aqui, em Segunda Discussão, se trata de emendas, é outra aberração.

É ignorar o que seja emenda, ou o que seja votação por artigo, ou destaque.

Destaque, segundo o Regimento, não rejeição da matéria, é a extração da matéria do projeto para que ela constitua, em separado um projeto de lei.

Foi isso que fizemos, e entendemos certa essa questão.

Porque a matéria, para a qual pedimos destaque, é a relativa à Rádio-difusão estadual.

Não é emenda à votação por artigo, nem podia ser. Porque o que existe e precisa ser entendido, mas não está sendo entendido pelos Srs. Deputados, nem o foi na Comissão de Orçamento, é nós participarmos da última reunião, e é a impressão que se tem — e isso só aqueles que vierem depois irão julgar o que estiver nos Anais desta Casa. Não nos cabe julgamento. Mas, nos cabe dizer que parece, tem-se a impressão que, de um lado se fala o grego, e de outro lado, se fala o latim.

Porque, não é possível que não haja entendimento para uma coisa tão clara.

Existem duas vias para se chegar ao mesmo objetivo: tanto se pode rejeitar um artigo de um projeto, por meio de emenda supressiva como na votação por artigo.

Cada um tem o direito de escolher o caminho que entender melhor.

No processo judiciário também existem para o mesmo objetivo, diversos caminhos,

Quantas vezes, nos deparamos com caminhos diversos para chegar ao mesmo fim . . .

Portanto, como chamar de emenda a um ato que representa, na realidade, votação da matéria, por artigos, enquanto encontramos, no Regimento Interno, a matéria devidamente disciplinada, pois o Regimento prevê, especificamente, para a Segunda Discussão, a votação do projeto, por artigo.

O que tem ocorrido, nesta Casa, é a adoção de uma praxe, mas, aplicado rigorosamente o Regimento Interno, todo e qualquer projeto poderá ser votado, englobadamente, em segunda votação, se o Plenário assim o decidir.

E a Constituição do Estado, no parágrafo único do artigo 36, diz textualmente: "aplicam-se ao projeto de lei orçamentária no que não contraria o disposto nesta sessão, as demais normas relativas à elaboração legislativa.

Ondê está, Sr. Presidente, na Constituição do Estado, qualquer disposição que contrarie a votação por artigo da matéria, conforme determina o Regimento Interno.

Portanto, Sr. Presidente, fala-se em emenda. Respeitando na pessoa de cada um dos membros a maioria da Comissão, com relação ao que houve, ou seja, a votação da matéria em segunda discussão, a rejeição do artigo sétimo, dos dois ou três destaques que foram aprovados, confundir isso com emenda, ou com emendas, não aceito que seja ignorância dos ilustres integrantes da Comissão de Orçamento.

Não posso conceber.

Não dou esse atestado a essas ilustres figuras.

Aceito que se dissesse isso ou que se diga isso no debate, como alternativa para quem não tem argumentos, para quem não encontra amparo na lei, no Regimento ou na Constituição, a fim de sustentar seu ponto de vista.

Mas firmar um documento em que se pisoteia uma decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, é no meu entendimento irresponsabilidade que deve ser atribuída à Comissão.

O artigo 43 da Lei 4320, também desmente o que disse desta tribuna o ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, de que o Orçamento é intocável.

O artigo 43, vou proceder a sua leitura, com seus parágrafos, para que se possa entender aquilo que realmente existe dentro da lei.

Não só o espírito da lei, mas o que está expresso também.

Mas é preciso que se leia e se raciocine com isenção e não com o sentido de obstruir ou impedir a votação da matéria.

Artigo 43: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1- Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I — o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II — os provenientes de excesso de arrecadação;
- III — os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizadas em lei;
- IV — o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ Segundo — Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ Terceiro — Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício".

Ora, Sr. Presidente, permite claramente a lei que se mexa no Orçamento, com as regras nela contidas.

E é preciso que se diga uma coisa, que esta Lei 4320 não é produto da revolução, como muita gente pode pensar.

Porque ela data de 17 de março de 1964, e as modificações que foram introduzidas em nosso País, no tocante ao seu sistema governamental, datam de 31 de março de 1964.

Conseqüentemente, é produto de elaboração legislativa, do tempo em que o nosso País vivia democraticamente, e o Poder Legislativo tinha realmente poderes para legislar, tinha independência não obstante muitas vezes talvez não ter sido respeitada por muitos de seus integrantes, que são os principais e os únicos que poderão realmente manter a verdadeira autenticidade do Poder Legislativo.

Ou os integrantes do Poder Legislativo, são autênticos,

ou nós nunca teremos Poder Legislativo autêntico.

Por isso, Sr. Presidente, verifica-se que mesmo os destaques encontram amparo na Lei que regula o orçamento.

Mas, que fazer diante de uma realidade, quando nos encontramos talvez aos minutos finais do prazo para devolução do projeto, ou, segundo outra corrente, que estuda o escoamento do prazo, talvez a Casa ainda tenha prazo um pouco maior, e a matéria possa ser oportunamente apreciada.

Que fazer diante do nada, que é o projeto tal qual se acha em discussão.

Esta Casa não pode, Sr. Presidente, votar um projeto nas condições em que se encontra o Projeto de lei orçamentária, com os defeitos e as aberrações que lhe foram apontadas.

Haveria ainda muita matéria a ser trazida em abono do que se disse, Sr. Presidente, inclusive matéria doutrinária, mas eu quero fazer somente uma referência para ficar bem claro, Sr. Presidente, que o art. sétimo não é propriamente matéria orçamentária, é matéria estranha ao orçamento, admitida como exceção pela lei e aqui temos o conhecido comentário de Jorge Teixeira Machado Júnior e Eraldo da Costa Reys, à página 23, dizendo sobre o artigo sétimo da Lei 4320: (Lê)

E vem o comentário: (Lê) Ar. 60 e é à Constituição atual que se referem os autores:— (CONTINUA LENDO)

Conseqüentemente representa no projeto o artigo sétimo que coincide com o mesmo número do artigo citado da Lei 4320, mera delegação ao Poder Executivo.

Além do que disse o nobre Deputado Deni Schwartz, no seu ilustrado aparte ao Líder do Governo, nós gostaríamos de acrescentar que também só hoje, ao contrário do que disse o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, somente hoje, S. Exa. trouxe esta matéria ao debate, e ampliou-se, traduzindo muitas intenções que se acham no projeto, na sua justificativa, ampliando-se o debate e proporcionando o ensejo de se analisar melhor a matéria.

Mas, essa omissão não foi nossa, Sr. Presidente, e o tempo também de que dispuseram os Srs. Deputados, na sua totalidade, para o estudo da matéria, com as eleições municipais se ferindo neste ano, contribuíram para que talvez este artigo sétimo, tivesse sido escassamente analisado.

Porque a pretensão do Poder Executivo, como bem ressaltou o meu ilustre colega ao pedir 30 por cento sobre o Orçamento, de créditos suplementares, à revelia ou por delegação antecipada, ou melhor, por delegação do Poder Legislativo, à primeira vista, Sr. Presidente, coloca o próprio Poder Legislativo numa situação das mais difíceis, ou seja, de abrir mão de todas as suas prerrogativas no que diz respeito à fiscalização, sobre administração do Governo Estadual.

Por isso, quando eu quis apartear o eminente líder, aparte, que não foi concedido por S. Exa., foi para dizer-lhe, que S. Exa. repisava matéria vencida.

Nem mesmo, se fosse intenção da Oposição rever a matéria, poderia ela revê-la para encontrar a solução que talvez satisfizesse ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo.

Como seria normal, e eu acredito até, que teriam sido alcançado esses objetivos.

Mas não dependeu de nossa parte, porque, na hora da votação, a matéria foi relegada a plano secundário, pela própria liderança do Governo nesta Casa.

Se é que se possa entender como tal, o que ocorreu na segunda votação.

Mas, Sr. Presidente, também não queremos ficar em torno de matéria vencida.

E vamos encaminhar à Mesa dois requerimentos; naturalmente, vendo nestes requerimentos a única saída que se teria a ver aprovada, para que a Mesa que tem poderes, os mais amplos, resolvesse o problema, pois não se pode cogitar de outra forma se quisermos encarar a matéria com a máxima seriedade.

Não se trata de aqodamento, trata-se, isto sim, de enca-

minhamento rápido daquilo que, até certo ponto, ficou parado mais do que devia ficar, principalmente, pelo descumprimento de suas atribuições por parte da Comissão de Orçamento, que desmereceu, por sua maioria - verdade seja dita - a desconfiança por grande parte dos Srs. Deputados desta Casa.

Isso pode ser até opinião pessoal minha, mas desmereceu a confiança que lhe é depositada por esta Casa em contraste com Comissões que têm a confiança da Casa.

Diz o Artigo 23, do Regimento Interno:

"À Mesa competem além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

- I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - dirigir todos os serviços da Assembléia durante as sessões legislativas e nos seus interregnos;
- III - prover a polícia interna da Assembléia".

Em suma, na matéria de atribuições do Presidente, temos ainda, no artigo 24:

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões temporárias;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para os membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XVI - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento", o que, infelizmente, a Mesa permitiu.

Diz ainda o artigo 152:

"É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração de voto".

E data vênha, Sr. Presidente, encaminho à Mesa dois requerimentos.

O primeiro deles, com a seguinte redação. (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado estadual subscritor do presente, pede que, ouvido o Plenário, suspenda a sessão em andamento por 30 (trinta) minutos, para que a Comissão de Orçamento cumpra o disposto no artigo 10 da Resolução 17/67 e redija o projeto ora em discussão do Orçamento Geral do Estado, segundo o ponto de vista vencedor em sua segunda discussão, sob pena de responsabilização nos termos da Lei 1079, de 10 de abril de 1950, tendo em vista que a referida Comissão atenta contra o livre exercício do Poder Legislativo.

Negando-se aquela Comissão a cumprir o Regimento, seja convocada a Comissão de Redação para a tarefa, que é simples e pode ser atendida de imediato, nesta emergência de tempo.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

E o segundo requerimento diz o seguinte: (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado Estadual infra-assinado, com fundamento no artigo 156/10, do Regimento Interno requer, ouvido o Plenário, o encerramento normal da discussão do Projeto de Lei 112/76, ora em andamento.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976."

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. MUGGIATI FILHO - (PELA ORDEM). Sr. Presidente, com a devida vênha do Deputado Gilberto Carvalho e sem querer tolher sua presença na tribuna, temos a impressão de que os requerimentos encaminhados à Mesa são questão de ordem e que determinam a suspensão dos trabalhos imediatamente. Porisso requerí a V. Exa. que colocasse a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - A Mesa está estudando os seus requerimentos.

O SR. IVO THOMAZONI (PELA ORDEM) - Sr. Presidente, o Deputado Muggiati Filho invoca o artigo 156, do Regimento Interno, em seu requerimento.

O item terceiro, do § primeiro do artigo 156, diz que em terceira discussão, desde que a matéria tenha sido debatida em duas sessões, poderá ter encerrado os seus debates, a sua discussão.

Ocorre, Sr. Presidente, que a discussão propriamente dita nós a estamos fazendo nesta fase.

Embora anunciada em terceira, é a segunda sessão em que se discute a matéria.

E se atente bem para este dispositivo.

Na primeira discussão esta Casa não discutiu a matéria.

Votou apenas a constitucionalidade, nos termos do Regimento Interno.

É, portanto, esta, a segunda discussão da matéria.

Na primeira não houve sequer um Deputado que discutisse, que sequer encaminhasse a votação da matéria.

Desde que não foi objeto de discussão em duas sessões, data vênha o entendimento do eminente Deputado, não pode ser aplicado o requerimento de encerramento da fase de discussão.

É meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - A questão procede.

Inclusive o Regimento Interno, no artigo 156, item 3, diz:

"Encerrada a discussão em terceira discussão, desde que a matéria tenha sido debatida em duas sessões".

E ela foi em uma sessão.

A Mesa está com a cópia da ata do dia em que foi votada em primeira discussão a matéria, e ela não foi discutida.

O SR. ENÉAS FARIA (PELA ORDEM) - Sr. Presidente, eu acompanho a Resolução 17/76.

A matéria foi dada à primeira discussão e votação.

A matéria foi dada à segunda discussão e votação.

A matéria está dada à terceira discussão e votação.

Parece-me que não se deva confundir, ou não se deva igualar determinados termos ou determinados conceitos.

Discussão, em termos regimentais, quer dizer uma coisa e falação, Sr. Presidente, tem outro significado.

A matéria foi dada a duas discussões.

Talvez não tenha havido falação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - Evidentemente, que se falasse em discussão não precisava ter este item. Já passou em duas discussões...

O que fala o artigo 156, é em debatido em duas vezes.

Não é o caso aqui.

O caso foi debatido numa só vez, numa sessão e não em duas sessões.

O SR. IVO THOMAZONI - (PELA ORDEM) - Sr. Presidente, quero citar o artigo 145, do Regimento Interno: "A primeira discussão de um projeto de lei ou de resolução, versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e utilidade e será feita em globo".

Não houve discussão da matéria.

Veio à discussão e, à luz de fatos novos, V. Exa. entenda que é a primeira vez que este Plenário debate matéria estranha ao projeto original, e tanto que a polêmica que aqui se fere é justamente porque se inseriu modificação da lei.

Então, é preciso que se diga, sem medo de errar, que a primeira discussão que se fere no projeto de lei, é esta.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) - É exatamente

isso que a Mesa está dizendo. O que fala o artigo 156 é que quando da terceira discussão, desde que a matéria tenha sido debatida em duas sessões.

Hoje está sendo debatida, mas não houve nenhum Deputado que a tenha debatida em primeira discussão.

A Mesa interrompe a sessão para ler e logo após, por em votação, o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. MUGGIATI FILHO — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, não tenho a pretensão e nunca tive e acredito que não terei.

A pretensão de ser um purista da língua brasileira. Mas não estou conformado que se faça distinção no Parlamento entre debater e discutir.

Discutir e debater são a mesma coisa, têm o mesmo significado e o Regimento não adotou outra coisa, que talvez um vocábulo sinônimo para não se repetir muito na sua linguagem expositiva.

Por isso recorro para o Plenário no deferimento de meu requerimento, com base no artigo 125.

A matéria foi trazida a debate e discussão, e se ninguém a discutiu, não significa que se repita nova discussão, mas por sinal, se não me falha a memória essa primeira discussão ainda sofreu um adiamento por uma sessão, em virtude de questões de ordem levantadas, quando a matéria se encontrava em discussão.

Por isso requero a V. Exa. que receba meu recurso para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa é a guardiã do Regimento Interno.

Mas antes vou por em votação o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, requerimento que será lido pelo Sr. Segundo Secretário.—

(Ê LIDO O REQUERIMENTO).

Em votação o requerimento.— APROVADO. Prolongada a sessão por mais 2 horas.

Artigo 156 do Regimento Interno.

Vê V. Exa. Deputado Muggiati Filho, que não podemos confundir discussão com debate, pois, então, não haveria necessidade disso aqui.

Toda a matéria que chegasse a terceira discussão estaria apenas em votação, sem que ninguém pudesse falar.

Se ela for discutida em primeira e segunda, automaticamente não cabe mais discussão em terceira.

Não cabe mais debate em terceira.

Então a Mesa entende, com convicção de que neste caso, só se a matéria tivesse sido debatida em 2 sessões.

Debate é uma coisa.

Discussão é uma forma regimental, é coisa completamente diferente de debate.

A matéria pode passar em terceira discussão sem nenhum debate.

Por esta razão é que a Mesa não pode receber o requerimento nessas condições, porque não casa com o que está expresso no art. 156, item 3 do nosso Regimento Interno.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela Ordem Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o artigo 156 § primeiro inciso primeiro tem a seguinte redação: (LÊ...)

Note, Sr. Presidente, que o legislador repetiu discussão, repetiu veto.

Apenas por uma questão redacional, apenas por uma questão de estilo, ao redigir o inciso terceiro, o legislador, ao invés de usar o "discutida", usou um sinônimo "debatida".

Entretanto, Sr. Presidente, esta Mesa, que é guardiã do Orçamento, como V. Exa. declarou, não pode desconhecer ou guardiã do Regimento - não pode desconhecer de nenhuma

forma o que dispõe o artigo 125 do mesmo Regimento: (LÊ):

Esse apresentado requerimento, a Mesa houve por bem não aceitá-lo porque deu a sua interpretação para o texto da lei.

Não desconhece que nesta Casa existem outros Deputados que têm outra interpretação, e se essa interpretação só, não prevalece, é porque são outros Deputados que a interpretam de maneira diversa, não sejam ou não estejam eventualmente na Presidência.

Portanto, Sr. Presidente, como guardião do Regimento, eu espero que a Mesa haja por bem cumprí-lo, sobretudo no que dispõe o artigo 125 e admita o recurso interposto, para que o Plenário ofereça soberanamente a decisão que lhe compete oferecer.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, este Poder faz história.

E para citar um fato ocorrido nesta Casa Legislativa no antigo Plenário.

Rememoro, Sr. Presidente, que numa madrugada em que os debates se faziam acalorados, quando se votava a Emenda número 3, da Constituição do Estado, o Deputado Paulo Poli requeria, como hoje requer o Deputado Muggiati Filho, o encerramento da discussão da matéria, porque entendia, o Plenário já estava satisfeito e conhecedor profundo da matéria, face às discussões que lá se feriram.

Lembro, Sr. Presidente, e tenho viva memória do que se disse, do comportamento do ex-Deputado Paulo Poli, dito exatamente contra a pretensão do Deputado Paulo Poli, pelo eminente Deputado José Muggiari Filho, que mais tarde, Sr. Presidente, usou na justiça a argumentação de que este Poder impediu a discussão da matéria...

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, isso é que estão de ordem...

O SR. IVO THOMAZONI — ... e vou citar o artigo do Regimento Interno que abrigou aquela medida e que hoje, quer se repetir aqui, com julgamento da Justiça, Sr. Presidente, invalidando como invalidou, através de um acórdão...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa...

O SR. IVO THOMAZONI — A prática Legislativa, na época...

O SR. PRESIDENTE — Srs. Deputados...

O SR. MUGGIATI FILHO — O Deputado Paulo Poli estava dormindo, dentro do Plenário e, V. exa., não está.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sr. Deputado Ivo Thomazoni, por favor.

O requerimento do Deputado Muggiati Filho entrará em fase de votação.

V. Exa. pode encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Quando V. Exa. o colocar em votação, peço que V. Exa. me defira o direito de encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (PELA ORDEM).

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. com a palavra.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nós entendemos que nosso requerimento, que é regimental, pediu o encerramento da discussão, principalmente, porque nós estamos diante de um projeto, Sr. Presidente, cujo prazo está fluindo, e nós vemos o prazo fluir, caso que não acontecia na emenda constitucional.

Nós tínhamos prazo à vontade para debater a matéria.

O que a maioria pretendia fazer, era amordaçar a minoria de 9 Deputados, na Casa, impedindo que ela falasse.

V. Exa. é testemunha deste fato porque V. Exa. nessa altura, não estava ao lado da Maioria que queria esmagar a Minoria.

V. Exa. lembra-se bem disto.

Portanto, não têm procedência as alegações do ilustre Líder do Governo.

Mas, quero apresentar desde já, para terminar com a discussão, o artigo 156, que declara o seguinte, no seu § primeiro:

“É permitido, porém, a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão observadas as seguintes regras:

II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretende encerrar;”

Bem, já falaram, hoje, sobre a matéria, os ilustres Deputados Accioly Neto, Ivo Thomazoni e este criado da Presidência.

Portanto, três Deputados.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Acontece que não estamos na segunda discussão; estamos, na terceira.

Mas, Srs. Deputados, eu vou aceitar o nosso recurso, contra a decisão da Mesa e vou colocar o requerimento seu, em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente apenas para uma questão de ordem.

V. Exa. entende que este requerimento não está sujeito à discussão?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Presidência vai colocar, primeiro, em votação, o recebimento do requerimento do Deputado Muggiati Filho, o qual será lido, novamente, pelo Sr. Segundo Secretário.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO — (LÊ O REQUERIMENTO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) Em votação, o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para que eu me aperceba bem, V. Exa. está pondo em votação, se deve receber, ou não?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Se deve acolher, ou não.

Os Srs. Deputados que aprovam que deve-se manter a decisão da Mesa, queiram conservar-se como estão.

(PAUSA) — REJEITADA a decisão da Mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. havia decidido, Sr. Presidente, receber?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Como recebido. Agora, vai colocar o requerimento, em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa. havia decidido receber o requerimento, V. Exa. dá o requerimento como recebido?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Vou pôr o requerimento em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa. não vai submeter o requerimento a discussão?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não, porque não existe discussão para requerimentos desta natureza.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, quantos minutos a Mesa dará aos Srs. Deputados para encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa dará 10 minutos, e fará a inscrição dos Deputados que desejarem falar para encaminhar a votação.

O SR. OSVALDO MACEDO (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, ao que me parece o presente requerimento se inclui dentro daqueles previstos pelo art. 132, do Regimento Interno que diz?

“ESTÃO SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE E INDEPENDEM DE APOIAMENTO PRELIMINAR, DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, OS REQUERIMENTOS QUE SOLICITAREM” - este não foi verbal foi por escrito - “A OBSERVÂNCIA DE ALGUM DISPOSITIVO REGIMENTAL”.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Este não é caso de observância de dispositivo regimental.

Em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (PARA ENCAMINHAR A VOTAÇÃO).

O SR. OSVALDO MACEDO (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, gostaria que a Mesa observasse no artigo 134, § terceiro, inciso IV:

“DEPENDERÃO DE DELIBERAÇÃO DO PLÊNARIO OS REQUERIMENTOS REFERIDOS NOS PARÁGRAFOS SEGUINTE:

§ TERCEIRO — Serão escritos, independentemente de apoio e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta de Deputados os requerimentos de:

IV — encerramento de discussão”.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Toda a matéria a ser votada pela Casa está sujeita a encaminhamento de votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pretendia fazer menção ao inciso IV, § segundo do art. 134, mas V. Exa. fez alusão ao mesmo.

O SR. MUGGIATI FILHO — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, recorro ao art. 172, § único que diz:

“AS PROPOSIÇÕES NÃO SUJEITAS À DISCUSSÃO NÃO ADMITIRÃO ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO”.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, no “caput” do art. 172, V. Exa. terá uma outra interpretação:

“AO SER ANUNCIADA UMA VOTAÇÃO, PODERÁ QUALQUER DEPUTADO SOLICITAR A PALAVRA PARA ENCAMINHÁ-LA, PARA O QUE TERÁ O PRAZO DE 10 MINUTOS”.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, agora, pela Ordem, gostaria de fazer referência ao art. 25, item 27, do Regimento Interno.

Nesta Casa, Sr. Presidente, a todo o instante se fere o Regimento Interno se recorrendo da decisão da Presidência, desprezando-se o mesmo o que o texto do Regimento Interno determina.

Vejamos, Sr. Presidente, o que diz o inciso 27, do art. 25:

“É DA COMPETÊNCIA DO SR. PRESIDENTE RESOLVER SOBRE OS REQUERIMENTOS QUE LHE FOREM PRESENTES DE ACORDO COM O REGIMENTO.

V. Exa. havia emitido uma decisão, numa questão de ordem.

Todavia, sempre que recorre a uma maioria eventual deste Plenário.

E queria falar, Sr. Presidente, não sei se estou com a palavra, ou V. Exa. está descontando o tempo que eu tenho para encaminhar à votação, quero, Sr. Presidente, fazer menção a uma decisão judicial de uma sentença protocolada pelo Poder Judiciário deste Estado.

Quando o recorrente, o Eminentíssimo Deputado Muggiati Filho, que contestou a validade de requerimentos desta ordem, desta natureza, e teve ganho de causa, Sr. Presidente, estranho, Sr. Presidente, que o mesmo Sr. Deputado hoje, valide a mesma prática.

Quando ele a contestou, e teve, Sr. Presidente, do Judiciário, acolhimento do mandato de segurança, interposto contra o encerramento da discussão de uma matéria.

Porque eventualmente nós estávamos em maioria eventual.

Eu peço que me deixem falar, há uma decisão da Justiça contra o que se pretende hoje, repetir nesta Assembléia, só que dar uma inversão, Sr. Presidente.

Que se naquela época, nós eventualmente constituímos maioria, hoje estamos aqui constituído minoria, mas “mutatis

mutantis", Sr. Presidente, a repetição histórica daquele comportamento.

Naquela oportunidade nós fomos acusados de assolamento, que usáramos um rolo compressor para evitar que se...
O SR. OSVALDO MACEDO (PELA ORDEM) — Sr. Presidente.

O Deputado Ivo Thomazoni não está levantando Questão de Ordem.

Não está votando em Questão de Ordem e não há possibilidade de encaminhamento da votação.

Eu já recorri à Mesa em Questão de Ordem, como recorreu o Deputado Muggiati Filho com base no art. 172, § único e acho que esta Mesa, como guardião do Regimento Interno, deve fazer prevalecer o que dispõe este artigo, este § único.
O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Perfeitamente, é uma praxe desta Casa.

Em todos os requerimentos se conceder encaminhamento da votação.

É uma praxe.

Todos os Srs. Deputados, principalmente os que apresentaram o requerimento, tem falado, encaminhando à votação.

É uma praxe, e, por esta razão, a Presidência concedeu a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, como sempre concedeu a qualquer outro Deputado que tenha pedido para encaminhar à votação, qualquer tipo de requerimento.

Entretanto, se a bancada do mdb é intransigente, e não quer permitir que o Deputado possa encaminhar à votação ...
O SR. GILBERTO CARVALHO — Não, Sr. Presidente, quero apenas que a Mesa seja guardião do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Neste momento, guardião do Regimento.

Eu vou dar ainda, dentro da sessão, amostra, de que sou "Guardião de Regimento".

Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sinto muito de ter necessidade de interromper o seu pronunciamento.

Mas, a Mesa, de ora em diante, vai nesta Casa, fazer cumprir o Regimento Interno, e será cumprido. (APLAUSOS).

O SR. GILBERTO CARVALHO — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Pela Ordem, tem a palavra o Deputado Gilberto Carvalho.

O GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, nos termos do art. 25, item 27, quer, Sr. Presidente, a bancada da Oposição, que sempre criticou, dizendo que nós pretendíamos o amordaçamento, estão dando uma demonstração nesta reunião, desta sessão, quando nós fomos à tribuna e fomos impedidos de falar, discutir o Orçamento.

Agora, no encaminhamento deste requerimento, em que cabe à Mesa resolver sobre o requerimento presente, e, de acordo com este Regimento, propuseram também a modificar e impedir até o encaminhamento deste Requerimento...

O SR. IVO THOMAZONI — Não é questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu me retiro, neste momento, do Plenário, e me recuso ao voto deste requerimento e de qualquer matéria a ser votada.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não há recusa de votação, no momento em que a Mesa puser o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem presentes, não podem evitar a sua votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) — Requeiro de V. Exa. que faça a votação nominal do requerimento do eminente Deputado Muggiati Filho.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa não vê necessidade de se fazer votação nominal.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando votação nominal para a matéria objeto de deliberação.

Em votação o requerimento.— REJEITADO.

O SR. IVO THOMAZONI (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa defere. (É FEITA A VERIFICAÇÃO)

4 Srs. Deputados aprovam;

22 Srs. Deputados rejeitam — REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, pedindo o encerramento da discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, V. Exa. definiu que não haverá encaminhamento de votação?

O SR. PRESIDENTE — O Regimento proíbe que se conceda encaminhamento de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Muggiati Filho, que requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei 112/76, queiram conservar-se como estão.— APROVADO.

Está encerrada a discussão do Projeto de Lei 112/76.

Existe sobre a Mesa outro requerimento do Deputado Muggiati Filho, que será lido pelo Sr. Segundo Secretário.
O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO — (LÊ):

"Sr. Presidente.

Tendo em vista o indeferimento de recurso ao Plenário, que não se conforma com a discussão e conseqüente obstrução da matéria ali tratada, requeiro a retirada de meu requerimento em que peço a suspensão da sessão e outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, a Casa deve tomar conhecimento.

O que é que vamos votar?

Se o parecer exarado pela Comissão de Orçamento, na forma com que foi encaminhado para a Mesa ou se vamos votar, matéria que parece que não existe como argumentação em contrário.

Quer me parecer que a suspensão desta sessão, em nada vai alterar a decisão da Mesa e do Plenário.

Sinceramente, Sr. Presidente, a suspensão desta sessão, não tem guardião regimental e não pode ter, porque seria pretender provocar uma decisão de uma Comissão Técnica de Orçamento, em 30 minutos, decisão que poderia modificar a essência do que nós estamos discutindo e pretendemos votar.

Então apelo a V. Exa. que não se suspenda a sessão e continuemos a que passemos a fase de votação da matéria, quando mesmo que a Oposição pretenda não validar, V. Exa., valide o Regimento Interno permitindo que cada um dos Deputados use da palavra no encaminhamento da votação.

E mais, Sr. Presidente, permita nos termos do Regimento Interno que façamos esse encaminhamento, com os pedidos de destaque que já encaminhamos à consideração de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sr. Deputado, não vou por em discussão o requerimento.

A Mesa vai examiná-lo.

E, por esta razão, vai suspender a sessão por 10 minutos para que possa estudar o requerimento do nobre Deputado. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Está reaberta a sessão.

Requerimento do nobre Deputado Muggiati Filho que depende de apoioamento.

Os Srs. Deputados que o apoiam, queiram conservar-se

como estão.

Em discussão o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento do nobre Deputado Muggiati Filho diz o seguinte: (Lê o requerimento até ... exercício do Poder Legislativo).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, em que amparo regimental a Mesa colocou o requerimento em discussão?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Com amparo no art. 134, § 4º, inciso VII.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, permita-me então uma Questão de Ordem.

Não acreditamos, Sr. Presidente, que este requerimento esteja enquadrado em “quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou das votações”.

O incidente de que trata o requerimento foi aquele verificado dentro da Comissão de Orçamento.

Por ito, “data venia”, da presença do ilustre Líder do Governo na tribuna, entendemos que este requerimento não está sujeito à discussão, porque ele pode se enquadrar muito bem, no art. 134, parágrafo 2º, inciso II, do Regimento Interno.

Ele pode se enquadrar também no § 3º — “Serão escritos, os requerimentos de pedido de remessa de uma Comissão a outra, de determinada matéria e votados sem discussão.

É um dos casos. A audiência de uma comissão sobre determinada matéria. Portanto, Sr. Presidente, com a devida vênica, e nós entendemos que a situação está exercendo até um direito de obstruir, e, por incrível que pareça, a própria situação é que está obstruindo o projeto orçamentário, que só para registrar, é completamente antagônico à citação feita pelo Líder Ivo Thomazoni. Não existe, em primeiro lugar, não existe a medida ou o mandado de segurança referido pelo Líder para sustentar sua tese; não existe, em vigor. A segurança esta dependência de recurso no Supremo Tribunal Federal.

Em segundo lugar, não recorremos da votação, na ocasião. Recorremos da designação de sessão sem decurso de 24 horas, uma da outra. As sessões eram marcadas com interstício de menos de 12 horas, até. Por isso, embora a gente compreenda que o Líder quer obstruir, nos parece que esta interpretação que a Mesa forneceu é elástica sobremodo, enquadrando o requerimento naquilo que não é seu teor, “data venia” de V. Exa., que tem agido, sempre, com descortino e sabedoria, na Presidência da Casa.

Peço que reveja a matéria, Sr. Presidente, para enquadrá-los nos dispositivos citados.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa está aplicando o Regimento, como foi exigido pelo próprio Movimento Democrático Brasileiro e, nestas condições, tudo que não está explícito, na secção dos requerimentos, passa a ser outra a matéria; e, sendo outra matéria, está sujeito à discussão e encaminhamento de votação. É a decisão da Mesa.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela Ordem). — Realmente é para cumprir o Regimento Interno; mas, cumprir como está no Regimento Interno e, esta matéria está prevista no Regimento Interno, especificamente, no artigo 134, § 3º, VIII, quando se pediu audiência de uma comissão sobre determinada matéria. É o que fez, com o pedido de suspensão dos trabalhos.

Mas, se este não for entendimento da Mesa, com base no artigo 125, recorre da decisão da Mesa para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A decisão da Mesa, é disposição final, a não ser que V. Exa. mostre o dispositivo que a Mesa está infringindo, a disposição da Mesa é final.

O SR. OSVALDO MACEDO — Artigo 125, peço a Mesa, que faça cumprir.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Para responder

sua questão de ordem, vou responder com artigo do Regimento: Todas as dúvidas sobre interpretação deste Regimento, todas as questões de ordem formuladas, serão resolvidos, definitivamente, pela Presidência da Assembléia. Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de 10 minutos etc. Portanto, a questão de ordem levantada e a decisão da Mesa, é definitiva. O artigo 125, trata de proposição; não é uma proposição; é uma questão de ordem. A Mesa decidiu, definitivamente. Continua com a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. MUGGIATI FILHO (Pela Ordem). — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra, pela Ordem.

O SR. MUGGIATI FILHO — Artigo 123 do Regimento Interno: “Proposição é toda a matéria que é sujeita a deliberação da Assembléia”. Conseqüentemente, a matéria encaminhada a V. Exa. não deixa de ser Proposição.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não é decisão da Assembléia, é decisão da Presidência.

É por isto que fala, no artigo 97 ...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. me concedeu a Questão de Ordem.

Se V. Exa. me permitir, eu termino a minha Questão de Ordem. Porque eu gostaria de ponderar a V. Exa. que o Regimento não exige que se apontem, especificamente, os artigos em que se baseiam, em que se fundam os requerimentos, da tribuna, nós apontamos toda a fundamentação regimental do nosso requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu estou com a palavra.

O SR. IVO THOMAZONI — Uma Questão de Ordem sobre a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Um instante, deixe o Sr. Deputado terminar sua Questão de Ordem.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. pode conceder a palavra, porque isto deve constar dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa pede que conclua sua Questão de Ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — Entre tantas coisas erradas que estão se fazendo no Plenário, mais uma, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, numa questão de ordem, este Regimento Interno é fruto de uma resolução, discutida regimentalmente, com pareceres das Comissões e, portanto, aprovada uma Resolução que deu origem ao Regimento Interno desta Casa. Sempre que a Oposição quer ferir o Regimento Interno, desta Casa, recorre da decisão do Plenário, como se numa votação simbólica, nós pudéssemos alterar o contido numa resolução, isto é, Sr. Presidente, nesta Questão de Ordem, válida, Sr. Presidente, a sábia decisão de V. Exa.

Interpretando o Regimento Interno, dá como definitiva a solução dada pela Presidência, às Questões de Ordem argüidas. Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa pede ao Deputado Muggiati Filho que conclua a sua Questão de Ordem, e, pede aos Deputados que não interfiram e deixem o Sr. Deputado concluir a sua Questão de Ordem, para que a Mesa possa responder.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu devo dizer que, de minha parte, não estou sofrendo interferência de quem quer que seja. Nem de meus colegas da Assembléia.

Concluindo a Questão de Ordem, V. Exa. se manifesta desde logo, intransigente, com relação à sua decisão. Nós requeremos então, de V. Exa. a retirada de nosso requerimento, Sr. Presidente, e peço a suspensão...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — V. Exa. pode retirá-lo. Mas, para retirá-lo, terá que fazê-lo por escrito, e a Mesa aguardará o seu requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu o farei por escrito e vou

encaminhar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Com base no artigo 99, eu requiro que V. Exa. determine à Assessoria da Mesa, o registro da decisão proferida por V. Exa. na Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO). — A Mesa deferiu várias Questões de Ordem. Não sei a qual delas que V. Exa. se refere.

O SR. NILSO SGUAREZI — A última, que V. Exa. não deu recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A. perfeito, não tem dúvida. Aliás, vai sair nos Anais da Casa, e será registrado no Livro das Decisões da Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado MUGGIATI FILHO, que requer a retirada do requerimento já lido pelo 2º Secretário.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu posso fazer uma indagação, se V. Exa. me permitir?

V. Exa. abrigará, questão de ordem da Oposição, em que proíbe os Deputados da ARENA falar no encaminhamento da votação?

O SR. PRESIDENTE — Acredito que não.

O SR. IVO THOMAZONI — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Deputado Muggiati Filho que será lido pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê): “Sr. Presidente, tendo em vista...”

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere o requerimento, que independe de votação.

Em votação, o Projeto de Lei número 112/76.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni:

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, a Constituição do Estado do Paraná, na Emenda Constitucional número 3, Seção 5ª, do Orçamento:

Artigo 1º — “O Estado e os Municípios, observarão as normas da Constituição da República e das Leis Federais, sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos, anuais, como plurianuais de investimento.

“Art. 32 — A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

§ 1º — Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

§ 2º — As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento.

§ 3º — É vedada:

a) — a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) — a concessão de créditos ilimitados;

c) — a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

d) — a realização, por qualquer dos Poderes, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

§ 4º — A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em caso de necessidade imprevista, como subversão interna ou calamidade pública.

Art. 33 — O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1º — A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta, será feita em dota-

ções globais, e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos.

§ 2º — Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução.

§ 3º — É vedada vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa, exceto disposição constitucional em contrário. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita de orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 4º — Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Art. 34 — A despesa de pessoal do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar da Constituição Federal.

Art. 35 — É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1º — Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.

§ 2º — Os projetos de lei referidos neste artigo somente receberão emendas nas comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se um terço dos membros da Assembléia Legislativa requerer a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada.

“3º — Ao Poder Executivo é facultado enviar mensagem à Assembléia Legislativa para propor a modificação dos projetos de lei de que trata este artigo, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta”.

“Art. 36 — O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Governador e pelos Prefeitos à Assembléia Legislativa e às Câmaras Municipais, respectivamente, até três meses antes do início de exercício financeiro seguinte, sendo promulgado como lei, se, até trinta dias antes do encerramento do exercício financeiro, a Assembléia Legislativa ou as Câmaras Municipais não o devolverem para sanção.

Parágrafo único — Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas à elaboração legislativa.

Art. 37 — As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder à quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até 30 dias após o encerramento deste.

Parágrafo único — Excetuadas as operações da dívida pública, a lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortizações e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 38 — O numerário correspondente às dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa e dos Tribunais estaduais será entregue no início de cada trimestre, em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda Estadual, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para seus próprios órgãos.

Art. 39 — A fiscalização financeira e orçamentária do Es-

tado será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituído por lei.

§ 1º — O controle externo da Assembléia Legislativa será exercido com auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação de contas do Governador, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º — O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Governador prestar anualmente: não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado à Assembléia Legislativa, para os fins de direito, devendo aquele Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3º — A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes do Estado, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções necessárias.

§ 4º — O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseada em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das autoridades das inspeções mencionadas no parágrafo anterior.

§ 5º — As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecida nesta seção, aplicar-se-ão às autarquias”.

Por isso que votamos, como disse, a favor do Parecer exarado pela douta Comissão de Orçamento.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhamento de votação). Sr. Presidente, felizmente conseguimos vir à tribuna e usar do direito que não é concedido pelo nosso mandato legislativo, direito concedido pelo povo. Nós que já ocupamos o mandato de Vereador — e na época éramos oposição ao Prefeito — sempre combatemos, procuramos fiscalizar, mas jamais faltamos com nosso dever de dar os meios para o Prefeito administrar, dando condições para executar suas obras.

Não poderia, Sr. Presidente, depois desse mandato de 61 a 65, como Vereador da Oposição, tendo exercido o mandato de Prefeito Municipal, passamos a valorizar melhor as necessidades do Chefe do Poder Executivo para poder administrar.

Estamos discutindo hoje o Projeto número 112/76, de autoria do Poder Executivo, a Proposta Orçamentária, em que estima a Receita e fixa a Despesa para o ano de 1977. Surpreendemo-nos, Sr. Presidente, quando vimos a intenção de rejeitar o artigo 7º, em que fica o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 30 por cento, da despesa orçamentária, servindo como recurso o constante do artigo 43 da Lei Federal número 4320, de 17 de fevereiro de 1974.

Não é surpresa nenhuma a inclusão deste artigo. Quando nós Deputados trazemos os problemas de nossas regiões, quando um vendaval assola quase todo um município, quando se inicia uma estrada e faltam os recursos, podendo esta Assembléia estar em recesso, como poderá agir o Governo no momento de não ter meios de suplementar, se não tem recursos dentro do próprio Orçamento?

Quanto apoiamos o Orçamento enviado a esta Casa pelo Governo do Estado através de Mensagem, temos a certeza de que estamos votando pelo povo e com o povo porque estamos dando condições ao Governo, que é povo porque está administrando os bens do Estado, estamos dando condições a que este Orçamento entre em vigor como foi remetido a esta Casa.

Votando o Orçamento como ele se encontra não estaremos votando contra o povo, porque este Orçamento será executado da maneira como foi elaborado e a sua aplicação será

fiscalizada por esta Casa.

Aquilo que diz respeito ao artigo 7º está perfeitamente amparado pela Lei 4320 de 1964. Em nosso Estado esta medida já vem sendo adotada desde 1964. Não sei se somente nós Deputados desta Assembléia e deste período legislativo é que estamos certos ou se todos os demais Deputados de outras legislaturas estavam errados.

A administração estadual se estruturou para operar a execução do Orçamento de acordo com a Lei 4320. Isto tornou-se tradição não só no nosso Estado, como no Governo Federal, nos demais Estados da Federação e em muitos municípios brasileiros.

No Estado do Paraná as autorizações foram concedidas através das seguintes leis:

Em 1964 pela lei 4770 de 18 de novembro de 1963, artigo sexto; em 1965 pela lei 4961; em 1966 pela lei 4961; em 1967 pela lei 5420; em 1968 pela lei 5709; em 1969 pela lei 5880; em 1970 pela lei 6042; em 1971 pela lei 6175; em 1972 pela lei 6253; em 1973 pela lei 6357; em 1974 pela lei 6494; em 1975 pela lei 6640, artigo nono; em 1976 pela lei 6743, aprovada em 4 de dezembro de 1975 pelos mesmos Deputados que se encontram nesta Casa.

Mas não bastasse isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verificamos que o mesmo ocorre no Estado do Amazonas que em 1976, em seu artigo oitavo, dá o limite de 20 por cento; do Maranhão, com 20 por cento; Paraíba, 40 por cento; Piauí, com 30 por cento; São Paulo, um Estado em que tem a bancada majoritária da Oposição, aprovaram este mesmo artigo que hoje pretendem derrubar.

Espírito Santo, com 20 por cento; Sergipe, 20 por cento; Mato Grosso, 20 por cento; Rio Grande do Norte, 20 por cento; Rio de Janeiro, 30 por cento.

Atendendo à ponderação do eminente Deputado Enéas Faria, vamos deixar de citar os demais Estados, para com um pouco mais de rapidez e nos sobrar mais tempo para comentar sobre o Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não bastasse esta atitude tomada pelos demais Estados, tenho certeza que não existe em um município, sequer, de nosso Estado, mesmo nos municípios que têm prefeitos da Oposição, como Londrina, duvido que não exista esta condição — suplementação de verba.

Mas, o que se pretende, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o seu tempo e concede mais um minuto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas o que se pretende, sr. presidente, é impedir que um Governo dinâmico como este, com frente de trabalho em todos os setores de nosso Estado, se procura impedir que este Governo continue neste trabalho dinâmico em todo o Estado do Paraná; admirado por todos os paranaenses em todos os setores e nós pudemos assistir, Sr. Presidente, a atenção do povo de nosso Estado para com este Governo, dado em 15 de novembro. Este Governo que vem administrando pensando no povo, procurando trazer o progresso, colocando o Paraná na posição que merece e é por isso, Srs. Presidente e Srs. Deputados, que estamos nesta Casa, não para apoiar o Governo, mas para apoiar o Paraná, para apoiar o povo que quer o bem, quer o progresso deste Estado. Apoiar o povo, é apoiar este Governo, este Governo que está dinamizando, este Governo que está construindo escolas, este Governo que na hora que precisa de suplementação de verba, para não paralisar uma estrada, uma escola, nós haveremos de dar, nesta noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).
O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Até que horas vai a votação desta matéria?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Enquanto houver oradores inscritos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — No momento, a sessão está prorrogada até 22,30 horas.

O SR. GABRIEL MANOEL — E, após?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Se houver nova prorrogação, ela avançará pela noite.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu perguntaria se pode ultrapassar às zero horas.

O SR. PRESIDENTE — Pode.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para encaminhar a votação, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós queríamos lembrar, talvez Ford, talvez Newton, vamos dizer apenas, o princípio da atração universal, que a matéria atrai matéria na razão direta das massas e, na razão inversa do quadrado das distâncias.

Assim, nós encaramos o crédito de um governo que já aplicando o Orçamento, no ano passado fez com que a aproximação do povo com o Governo, se tornasse eloquente nas urnas, em 15 de novembro.

Nós poderíamos dizer, no que preconiza o Orçamento do Estado para 1977. Tão somente no que concerne ao Programa de Transportes, ou no que se refere ao Programa do Bem Estar Social.

Para justificarmos todo o crédito que este Poder fiscalizar, deverá dar nesta noite, a Mensagem Governamental ora em discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, analisando, por exemplo, municípios como Campina Grande do Sul que é tido como um dos municípios da Unidade Federativa que dispõe de maior número de quilômetros de estrada asfaltada, porém, com a BR-116, que é uma rodovia federal, que necessita de um plano a exemplo do que tem feito o Governo atual de pavimentos de baixo custo, que tem dado, neste programa, a possibilidade de, mesmo com revestimento asfáltico já praticamente a duplicação do que tínhamos até então executado em nosso Estado e, a possibilidade, dentro do programa aqui previsto, de termos, a curto prazo, e, o que é mais importante, a baixo custo, executadas estradas estaduais três vezes mais do que até então tinha sido feito em nosso Estado.

Nós não diríamos nas palavras textuais do nobre Deputado Enéas Faria, de que os outros Governadores foram piores do que este.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Eu quero consultar a Mesa se o Regimento foi modificado e eu posso conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — A Mesa informa, respondendo a Questão de Ordem do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que não são permitidos apartes.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Eu sinto muito.

Como estávamos dizendo, o Programa do Governo, com relação somente à Secretaria de Transportes, nós poderemos justificar todo o grande esforço que este Poder tem dado tão somente, na análise e no estudo desse programa que ora nós analisamos. A Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, se incumbe na proteção de medidas para implantação da política estadual de Viação, e controle operacional e a forma de aplicação de recursos federais no setor de transportes.

A integração da programação setorial, com as demais iniciativas de fortalecimento de expansão da infra-estrutura do Estado, o controle e fiscalização dos transportes, a perfeita articulação com entidades federais neste setor, o controle de fiscalização da concessão de serviços dos padrões de segurança na qualidade do setor e a execução de outras atividades correlatas".

É essa a atribuição que se preconiza com relação à Secretaria dos Transportes, neste Estado. Nós poderíamos dizer de que este programa que, aparentemente audacioso, do Governo do Estado do Paraná, somente em relação às Secretarias dos

Transportes, é viável, é exequível, porque ao lembrarmos de um grande sonho do povo por exemplo de Colorado e Nova Esperança que era a execução daquela rodovia, que muitos governos anunciaram, mas nenhum deles, teve a coragem de, em tempo hábil, na qualidade da obra que está sendo executada, quando nós recentemente; tivemos a satisfação e o prazer, de em passagem por aquela região, verificarmos a velocidade com que esta obra vem sendo executada. E a previsão do Orçamento de obras também aquela região, da Maringá a Santo Inácio, onde já o Orçamento e o projeto já pronto, há muito tempo, e o orçamento não permitir a execução da obra, porque a agente financiadora que seria o Banco Mundial...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa terá que suspender o seu pronunciamento, porque faltam 30 segundos para o encerramento do seu discurso.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado.

Srs. Deputados, isto posto, nós concluiremos dizendo ainda mais da necessidade da aprovação imediata deste plano de governo, porque é grande o crédito, em função do trabalho já executado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumimos a tribuna após o pronunciamento de tantos nobres senhores Deputados, onde estamos debatendo já na noite de hoje uma matéria de suma importância e, porque não dizer, a matéria mais importante para o Governo e para esta Assembléia Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, nós respeitamos a opinião e o posicionamento de todos os Senhores Deputados. Cada um tem sua opinião e nós, como os demais membros desta Casa, votamos com a nossa consciência e queremos, nesta mesma oportunidade, apoiar os pronunciamentos feitos pelo nosso nobre líder, o Deputado Ivo Thomazoni que, para nós tão bem definiu a nossa posição, a posição de nossa bancada.

E dizemos que votamos com a nossa consciência, votamos com o pensamento voltado, como bem diz o nobre Deputado Nelson Buffara, para Deus e para o povo.

Votando desta maneira, não quer dizer que somos única e exclusivamente governista porque, já na nossa terceira legislatura nesta Casa de Leis representando o povo de nosso Estado, já fomos nesta mesma Casa oposição ao Governo.

Votamos com este Orçamento enviado pelo Executivo, porque acreditamos, em sua consciência, neste Governo, que muito tem feito pelo engrandecimento e desenvolvimento de nosso Estado, que é o Governo Jayme Canet Júnior.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos, no Orçamento, as necessidades ali expostas para que o Governo de nosso Estado prossiga no seu trabalho; prossiga no seu desenvolvimento a favor de toda uma coletividade, a favor do Estado do Paraná, onde nascemos e vivemos.

No encaminhamento desta votação, queremos deixar registrado o nosso pensamento com relação a essa matéria de tão grande importância para nosso Estado.

Diz a Constituição, em seu Artigo 35, em seu § 1º:

"Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.

§ 2º — Os projetos de lei referidos neste artigo somente receberão emendas nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se um terço dos membros da Assembléia Legislativa requerer a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada.

§ 3º — Ao Poder Executivo é facultado enviar mensagem à Assembléia Legislativa para propor a modificação dos projetos

de lei de que trata este artigo, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta”.

Sr. Presidente, como o nosso tempo está esgotado, não podíamos deixar de passar, hoje, nesta tribuna, sem nos pronunciar a respeito dessa matéria que é de vital importância para o Governo Jayme Canet Júnior, a fim de que S. Exa. continue trabalhando em favor do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos com atenção as palavras de todos os Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede excusas, mas sobre à Mesa existe requerimento do Deputado Enéas Faria, que será lido pelo Sr. 2º Secretário: (É lido o requerimento):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a prorrogação da presente sessão pelo espaço de quatro (4) horas.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

Em votação. — APROVADO. — A sessão fica prorrogada por mais 4 horas.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, continuando, dizia que nós todos ouvimos com atenção as palavras e o pronunciamento de todos os Deputados que estiveram na tribuna desta Casa, discorrendo sobre o assunto constante da Ordem do Dia.

Na parte técnica nós aprendemos muito, através do Deputado Ivo Thomazoni e também não podia deixar de dizer, nos pronunciamentos dos Deputados Accioly Neto e Muggiati Filho e outros, que se ativeram à parte técnica da proposta orçamentária.

A mim, Sr. Presidente, no meu entendimento pessoal, mesmo que já tivesse esta Casa votado o Orçamento nesta noite, estaríamos votando matéria cujo prazo teria sido expirado. E se estamos todos aqui, é tendo em vista a importância desta matéria. Obviamente, o MDB procura extirpar, tirar da mensagem o artigo 7º que nela se contém. Diz o artigo 7º: “Fica o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 30 por cento da despesa orçamentária, servindo com recursos constante da lei federal número 4320, de 07 de março de 1974. Perguntaria, como ficariam os Prefeitos do MDB do Paraná sem esses recursos legais consignados em sua lei orçamentária, lei básica da administração municipal? Será que Londrina, Maringá, Guarapuava, será que no Orçamento daqueles municípios e tantos outros não constam recursos da mesma natureza? É imprescindível que eles existam e sejam consignados no corpo desta lei maior. Estou informado que quase a totalidade dos municípios paranaenses têm este recurso. O Poder Legislativo, os órgãos locais legisladores deram aos Prefeitos este recurso.

O Deputado Ivo Thomazoni falou reiteradas vezes que o Paraná não é a primeira vez que faz isto e a exemplo dele os demais Estados brasileiros.

Aqui estamos, como já disseram vários oradores, para que o Paraná veja a sua proposta orçamentária transformada em lei e promulgada pelo Sr. Governador do Estado.

Desta maneira não ficaria o Paraná em 77 na dependência desta Casa para todas as vezes em que o Governo necessitasse suplementar qualquer verba. Desta maneira o Sr. Governador não teria que encaminhar a esta Casa solicitação pedindo autorização legislativa para tal.

Ouvimos nesta Casa de outros Srs. Deputados que em 1974 o Governo do Estado assinou mais de 800 Decretos, que em 1975 assinou mais de 600 decretos e que em 1976 assinou

mais de 300 decretos de suplementação de verbas.

Como poderia o Governo do Estado depender desta Casa essencialmente política, se estamos inclusive, com uma bancada que ora é maioria e ora é minoria? A bancada da ARENA, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode permitir que se tire da Proposta Orçamentária o artigo sétimo. Vários Srs. Deputados falaram das obras que o Governo do Estado vem executando nos quatro cantos do território paranaense. E por falar em obras não há necessidade de se falar em rodovias e se particularizar.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum porque me parece no plenário não há número suficiente para deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Comunico ao Sr. Deputado Basílio Zanusso que após a chamada nominal dos Srs. Deputados, terá ainda um minuto para terminar a sua oração.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem). Sr. Presidente, eu gostaria que fizesse novamente a chamada, porque o Deputado Adalberto Daros não se encontra no recinto.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET). Não foi anotada a presença do Deputado Adalberto Daros.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Prossegue com a chamada dos Srs. Deputados). Já responderam 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Há quorum para votação.

Com a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso, restando-lhe apenas um minuto para o encerramento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que as Câmaras Municipais de Nova Esperança e Guarapuava, não votando mensagem dos respectivos Prefeitos municipais, tiveram também o dissabor de verem os Prefeitos promulgarem as suas propostas orçamentárias.

Vexame, que esta Casa não deveria sentir e provar.

Mas, encerrando, não podia deixar de fazer alusão a um corte pretendido pela bancada do MDB da participação do Governo do Estado, de 17 milhões e 360 mil, no cumprimento do convênio celebrado entre o Estado e a União, objetivando o combate à erosão no Noroeste do Paraná, recursos que pleiteávamos, que o Paraná pleiteava, esperava com ansiedade...

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Infelizmente está encerrado seu horário e a Presidência providenciou sua inscrição para explicação pessoal.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Assembléia discute hoje uma matéria de grande importância e ficamos bastante satisfeitos em perceber o alto interesse de todos os Deputados, pois até esta hora da noite todos estão atentos e dispostos a discutir a matéria que, como já dissemos, é de grande importância para nosso Estado.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Governo Jayme Canet Júnior, que tem dado ao Paraná um progresso extraordinário, vem merecendo o apoio e a confiança da maioria do povo paranaense, porque vê em S. Exa. o Governador do Estado o homem que realmente tem se preocupado em resolver os problemas governamental tem sido efetiva e tem realmente trazido ao nosso Estado e à nossa gente o progresso a que todos aspiramos.

No setor da agricultura, por exemplo, que tem principalmente na região Norte as melhores terras, as terras mais férteis do mundo, tem dado o Governo Estadual, através dos órgãos de financiamento do Estado, o amparo necessário para o seu bom desenvolvimento.

Este setor da agricultura é muito importante para o nosso

Estado, eis que a produção que jorra ano a ano, cresce e tem adquirido maiores e melhores pelos para os produtos agrícolas.

E o Governo tem se preocupado, principalmente no que se refere ao grande e grave problema que a nossa agricultura vem atravessando, qual seja o da erosão que vem devastando estas terras tão férteis e tão produtivas.

Sr. Presidente, nós que conhecemos de perto a agricultura, vemos com tristeza que realmente o problema da erosão tem causado prejuízos incalculáveis, não notados por muitos presentemente, mas, em futuro não muito distante, vamos sentir os efeitos danosos causados pelo excesso de chuvas e pelas enxurradas que vêm aniquilando nossas terras.

E tem o Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura, tomado essas providências.

Mas, Sr. Presidente, todas as providências ainda tomadas, no nosso entendimento, não são suficientes para combater esse terrível mal.

E é em razão disso que, nesta Casa, temos dado apoio incondicional ao Governo para que ele possa corrigir todas essas falhas.

É triste, é lamentável, vemos nossas terras férteis, serem exauridas pelas enxurradas.

É preciso que fique bem claro, que todos os problemas, especialmente os da agricultura, estão sendo solucionados, embora ainda não tenhamos chegado àquele ideal necessário, muito se tem feito. E, se Deus quiser, todas as providências serão tomadas para o bem do Estado e de todo o Brasil, para incremento da produção paranaense, para que tenhamos condições ideais de produzir para o Brasil.

No setor assistencial, temos sentido a ação benéfica de nosso Governo, que procura, por todas as formas, levar um pouco de assistência a todos os municípios.

Vale ressaltar aqui, que a presença do Governo tem sido efetiva em todo o Interior do Estado.

A assistência governamental vai às cidades grandes e pequenas.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos sentimos hoje, com o coração vibrante e com vontade de continuar aqui lutando pelos interesses de nosso povo; pelos interesses de nosso Estado, que tem, realmente, o Governo que bem merece.

Hoje, como sempre, temos procurado dar o melhor dos nossos esforços para o bem de nossa gente.

Tenho aqui, uma revista elaborada pela Associação Brasileira de Orçamento Público e vale a pena citar aqui talvez alguns trechos para melhor colocar a posição desta Casa, quando procuram com tranquilidade, trazer melhores e maiores esclarecimentos para a solução do nosso Orçamento.

Esta revista emite conceitos sobre Orçamento, o seu programa, o seu papel e o seu planejamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (MAURÍCIO FRUET) Deferido o requerimento. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É FEITA A CHAMADA)

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há quorum.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Para concluir, já que o tempo que nos resta é curto, apenas citarei aqui um trecho desta revista, onde já alerta, que “desde a década de 60, a América Latina foi palco de uma verdadeira revolução no estilo de administrar, com conseqüências decisivas na arte de governar.

Foi neste período histórico que o Planejamento se incorporou às práticas da administração, já não como atividade isolada, mas como processo intencional, encaminhado a racionalizar o uso de recursos escassos e acelerar o processo de obtenção de resultados, em busca de objetivos de desenvolvimento

econômico-social.

Todo processo, ao iniciar-se, principalmente quando implica em mudanças de estilo, sofre em seu caminho resistências, e esforços muito grandes devem ser despendidos para conseguir sua aceitação. As práticas enraizadas, os processos já aceitos, as formas vigentes, em muitos casos, atuam como elementos inibidores de qualquer inovação.

Os esforços necessitam ser apoiados em amplos programas de capacitação que vão desde a criação de nova mentalidade até o manejo das técnicas necessárias ao seu funcionamento.

Neste período alguns fatores atuaram como elementos de pressão no sentido de fazer com que os Governos latino-americanos procedessem a uma modernização, eficientização dos aparatos administrativos para fazer face às novas atuações sócio-econômicas.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) O seu tempo está esgotado e pede a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Muito obrigado.

Deixo então, por terminada a minha presença nesta tribuna, agradecendo a compreensão e a tolerância de todos, na certeza de que após a presença nesta tribuna de todo todos os Srs. Deputados presentes, teremos, enfim, alcançado o grande objetivo que é o bem estar de nosso Estado e de nossa gente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando viemos para esta Casa, solenemente passamos a integrar uma estrutura que juntamente com o Poder Executivo se propunha, como se propõe, a desenvolver atividades públicas, visando o bem estar geral.

Nestas relações as desconfianças devem dar lugar a convicções de que os integrantes dos Poderes procuram acertar em suas decisões.

É certo que cabe ao Poder Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo. Isto dispõe a própria Constituição. Mas não se diga que em nome da fiscalização que se criam entraves para o desenvolvimento dinâmico da administração pública, tal como a burocratização dos processos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é inoportuna e inconveniente a exclusão do artigo sétimo do Projeto de Lei 112/76, que permite ao Governador do Estado suplementar verbas quando necessários os recursos para atender despesas até o limite de 30 por cento da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes do artigo 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

A propósito, este artigo estabelece quais são os recursos que poderão servir para o fim proposto na Mensagem do Sr. Governador. Temos no parágrafo primeiro daquela Lei mencionada, artigo 43. (Lê):

“Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos os superávits provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei. E, o produto de operações de crédito autorizadas em formas que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las”.

O Parágrafo segundo do artigo 43, estabelece que:

“entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda os saldos de créditos adicionais transferidos e as operações de créditos a ele vinculados. Entende-se por excesso de arrecadação para os fins deste artigo o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada. Consideram-se ainda a tendência do exercício”.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permanecendo o texto como no original da Mensagem do Sr. Governador, legítimo gestor dos negócios públicos no Paraná, poderá melhor atender o mandatário os encargos financeiros do Estado que dirige.

Se eventualmente algum reparo merecer, ato de suplementação, nada impede ao Poder Legislativo executá-la. O próprio Congresso Nacional, Parlamento Magno do nosso País, ao aprovar a Lei que fixa a despesa da União para o exercício de 1977, aprovou o artigo oitavo do projeto que lhe foi submetido, com a seguinte redação. (Lê):

“É o Poder Executivo autorizado a suplementar os projetos e atividades financeiras à conta de receitas com destinação específica, utilizando como recurso o definido no artigo 43, parágrafo terceiro da Lei 4.220, de 17 de março de 1964, ficando dispensados os Decretos de abertura de crédito nos casos em que a Lei determina a entrega em forma automática dos produtos destas receitas aos órgãos, Entidades ou Fundos a que estiverem vinculados, observados os limites da efetiva arrecadação em caixa, no exercício”.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manutenção do artigo sétimo na Lei Orçamentária Estadual, viria articular-se ao ordenamento orientado por dispositivos federais, e acompanhado seria o princípio da hierarquia das Leis.

Por isso, não vejo razões plausíveis para a prosperidade do entendimento esposado por alguns dos nobres Deputados com assento nesta augusta Assembléia Legislativa, que pretendem alterar a Proposta Orçamentária, inclusive o quadro de dotações, suprimindo dentre outras rubricas a que atribui recursos à Sucepar.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Sucepar tem inegavelmente apresentado um excelente trabalho, notadamente no noroeste do Estado do Paraná, no combate à erosão. Não somente à economia dos municípios beneficiados, está sendo devidamente protegida, mas também a própria economia estadual, e porque não dizer, os próprios interesses nacionais. Pois é graças à união de esforços de municípios, de Estados, que a Nação Brasileira, progride mais e mais, graças a este esforço, que este País vai para frente. Retirar os recursos da Sucepar, portanto, significa atravancar o progresso que tanto almejamos.

Porisso, meus nobres Pares, grande é a nossa responsabilidade perante a coletividade paranaense neste sentido. Destacamos a propósito, o município de Tuneiras do Oeste, que temos a honra de representar nesta Casa Legislativa.

Bem próximo da cidade, encontrava-se até pouco tempo atrás, uma respeitável e ameaçadora vossoroca, que está merecendo atenções especiais, por parte dos órgãos técnicos, por parte da Sucepar. São recursos oriundos do Estado do Paraná, assim como do Governo da União e do Município também.

Se retirarem os recursos do Orçamento de 1977, quantas obras deixarão de ser executadas, prejudicando sensivelmente, municípios carentes deste atendimento.

Por sua vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outros propósitos, o Governo Estadual está perseguindo na luta pelo progresso do nosso Estado. Na área de Educação, centenas de salas de aulas estão sendo construídas.

E para o próximo ano, outras centenas, pretende o Governo entregar, para que mais crianças possam estudar, para que o analfabetismo, este grande mal que está perturbando o nosso progresso, desapareça.

A não aprovação do artigo sétimo, como poderá prejudicar também obras viárias, tão necessárias para que a nossa produção seja escoada, poderá prejudicar também, obras necessárias para manutenção da segurança Pública.

Projetos que visam atendimento à criança que se encontra abandonada; projetos que visam o tratamento de enfermos espalhados pelo interior do Paraná, e quantos vêm a Curitiba diariamente, porque não existem hospitais suficientes, para

atender às necessidades regionais. Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderá sofrer sensível prejuízo, se o Governo estadual não tiver condições para dinamizar sua administração. Seria justo portanto, que esta Assembléia Legislativa rejeitasse um artigo que visa dinamizar a administração pública, creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na realidade, isto seria um desperdício para o próprio Estado do Paraná.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica que V. Exa. tem mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa responsabilidade perante a coletividade do Estado do Paraná, é bastante grande na discussão, nos projetos que são submetidos a este Parlamento, especialmente estes que visam o progresso do nosso Estado, que visam o desenvolvimento tão almejado de regiões do Paraná que se encontram carentes.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós desta tribuna, queremos manifestar a nossa confiança no Governo Jayme Canet Junior, na sua equipe de auxiliares, que têm feito o melhor para o Estado do Paraná, e estão sintonizados com este Governo, no sentido de procurar as melhores soluções para o desenvolvimento e o progresso do nosso “torrão natal”. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra para o encaminhamento de votação ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pensamos que a sessão desta tarde e noite, fosse e tivesse, como matéria principal, a votação do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 1977.

Entendemos, Sr. Presidente, que viemos a esta Casa de Leis, para votar o Projeto número 112/76, na sua forma, como ele está.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que a sessão, além de se prolongar por altas horas da noite, ela também, poderíamos dizer, tumultou-se.

E nós não poderíamos fugir à regra para, também, usar desta tribuna pelo espaço que nos é permitido, pelo Regimento Interno desta Casa, porque entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Orçamento do Estado é o que dá toda a estrutura para uma administração eficiente, e também, não é menos verdade que em 1976, quando esta Casa, quando os Srs. Deputados da Arena e os eminentes Deputados do MDB, que aqui compareceram, maciçamente, naquela memorável sessão, quando os líderes daquelas duas bancadas no diálogo aberto, no diálogo franco, entenderam que o Orçamento deveria ser votado, integralmente, conforme vinha a Mensagem do Governo do Estado.

E hoje, parece-me que não é aquela mesma intenção da bancada oposicionista nesta Casa, e estranhamos, Sr. Presidente, porque também entendemos que o Governo do Estado que hoje para nossa sorte, ele pertence às fileiras do nosso Partido, mas, poderá também, Sr. Presidente, no dia de amanhã, estar na governança deste Estado, um governador pertencente ao glorioso Movimento Democrático Brasileiro.

E eu, tenho certeza, que se nós um dia chegarmos a esta Casa na condição de oposição, saberemos, por certo, que, quando se trata de alguma coisa em benefício de alguém, de alguma coisa em benefício do povo, principalmente, do povo do Estado do Paraná, haveremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de entender e compreender que devemos e temos a obrigação mesmo sendo representantes do povo, do Partido da Oposição, porque nós vivemos, nós que temos famílias e que constituímos famílias neste Estado, deveremos pensar mais alto, deveremos entender que amanhã nós todos sairemos daqui e que

para cá, talvez, venha um dos nossos filhos e que eles ao chegarem a esta Casa, tenham dos seus pais, daqueles que irão substituir, a melhor das impressões.

Porque, Sr. Presidente, o artigo 35 em seus parágrafos 1 e 2, somente será obedecido se o Orçamento for aprovado com o parecer da Comissão de Orçamento.

Falou-se muito nesta Casa que a Comissão de Orçamento não tinha autonomia para mudar a redação e nós concordamos em parte, Sr. Presidente, mas não concordamos de maneira nenhuma que o Orçamento não seja votado ou não seja aprovado na sua íntegra.

E nós que viemos do Interior do Estado do Paraná, nós que fomos eleitos pela região Centro Oeste, cuja região jamais teve tantos representantes como tem agora, pois, para felicidade daquela gente contamos com o eminente Deputado Aragão de Mattos Leão, contamos com o eminente Deputado Trajano Bastos e com este modesto Deputado, nós que acompanhamos a dedicação e o empenho destes nossos colegas, podemos dizer que o Centro Oeste do Estado do Paraná está sendo bem atendido, está tendo todas as reivindicações acolhidas por parte destes brilhantes parlamentares.

É por isso que pedimos a nossos colegas do Centro Oeste do Paraná, que dêem mais este atendimento à sua gente, que atendam a nossa região, ou seja, o Centro Oeste do Paraná.

Invoco aqui desta tribuna, Sr. Presidente, o testemunho dos Deputados do Centro Oeste que tão bem conhecem aquela região. O que tínhamos há dois anos atrás? O que era aquela região há dois anos passados?

E hoje, como se desenvolve dia a dia . . .

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Presidência informa que está terminado o horário que lhe é reservado e concede trinta segundos para que conclua.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Como dizia, se aquele Orçamento de 1976 nos deu amplas e totais condições para que nossa região tivesse o atendimento, porque nós, que somos Deputados daquela região, vamos tirar de nós mesmos aquele progresso e talvez o Governador amanhã, quando lá chegar, a Guarapuava, a Pitanga, ele não tenha desculpas de dizer à nossa gente que os seus Deputados, que são Deputados daquela região não tiveram qualquer possibilidade de trabalho para Pitanga e Guarapuava. E é confiando no alto espírito de progresso, na alta inteligência desses dois parlamentares, é que deixo a tribuna, convicto que eles, por certo, pensarão mais alto na sua gente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, que dão mais uma vez prova de seu ascendido amor às coisas do Paraná, com a presença ainda neste fim de noite de luta, cada um por sua posição pessoal, mas sempre tendo em vista homens das duas bancadas, arenista e emedebista, o interesse maior do Estado do Paraná.

A presença de elevado número de Deputados nesta noite após uma longa e cansativa campanha política, nos reúne aqui, com um objetivo que sobrepassa as divergências e seqüelas, pois os interesses que cada um tem, a seu modo e no seu entendimento, de servir ao Paraná através da votação de um plano de leis, que na verdade, é o programa de um governo, que não há que negar, vem fazendo expressivas obras em diversos setores do Estado do Paraná, para atender ao povo paranaense, que nos delegou o poder de, neste instante, estarmos na presença de tantos e tão ilustres Deputados que passaram por esta tribuna e que, provavelmente, recordaram os melhores tempos de oratória parlamentar.

Quando via, com muito prazer, o eminente Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, falar nesta tribuna,

por certo me recordava dos tempos em que seu eminente pai, o Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Presidente da Egrégia Comissão de Constituição e Justiça, do Senado Federal. Participava também da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E se os ambientes eram diferentes, se o eminente Senador Accioly Filho tinha oportunidade de proferir brilhantes discursos, tanto na Oposição como no Governo, como líder da bancada de um dos extintos partidos a que ele pertencia no antigo Palácio que sediava a Assembléia Legislativa, a presença de seu filho, o nobre Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto provavelmente atingiu um dos pontos altos da oratória parlamentar desta Assembléia Legislativa.

Aqui se decidiu e se está decidindo a posição dos Deputados com relação a um mesmo assunto.

Eu me recordo que um dos líderes de maior destaque da política nacional, ex-Líder do Governo Kubitschek, dizia quando da votação de um projeto de lei que possibilitava ao saudoso e eminente Presidente Juscelino Kubitschek a construir a tão decantada Brasília, um dos líderes políticos de maior destaque de Minas Gerais, Alkimim, dizia que na votação do Orçamento o Congresso Nacional atingia o seu ponto alto. Alkimim citava também uma frase do ex-Presidente norte-americano Wilson, que o Congresso Nacional no trabalho, muitas vezes, silencioso das Comissões, era o trabalho em atuação, era o Congresso em atuação e o Congresso no calor dos debates do plenário era, muitas vezes, o Congresso em exibição.

Este assunto hoje trazido a Plenário, o Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício financeiro teve a oportunidade de ser debatido, de ser analisado nos seus mais variados aspectos pela Comissão de Orçamento desta Casa.

Quando vejo o estímulo e o calor dos eminentes Deputados que compõem esta Casa, sinto a vontade de fazer um apelo, apelo de que todos nós possamos nos dedicar, no próximo ano de 1977, com mais afinco e com mais dedicação ao trabalho das Comissões, onde poderemos analisar com profundidade, com carinho, os temas de destaque para a vida estadual.

As Comissões desta Casa devem ser agilizadas para que possamos em Plenário, referendar as decisões acertadas que, nas diversas Comissões Técnicas, venham a ser tomadas à semelhança desta que hoje se discute, que teve o seu tempo, e o seu prazo para ser estudada e discutida na Comissão de Orçamento.

Hoje, em plenário, o que se toma é uma decisão de caráter partidário. Sei que é desejo dos Deputados dos dois Partidos, acima de nossas divergências político-partidárias, deliberar a favor do interesse maior do Estado do Paraná. Mas, também, há a valorização deste Poder que se há de fazer não somente pelo trabalho de plenário, mas, sobretudo, através do trabalho, muitas vezes anônimo, mas de real valia e destaque, das Comissões Técnicas desta Casa.

Neste sentido gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que possuo em mãos trabalho editado pela Diretoria Legislativa da Câmara dos Deputados, onde . . .

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) V. Exa. tem mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

. . . Onde um ex-Chefe de Gabinete do Ministro Clovis Pestana, no Governo Jânio Quadros, Assessor de alto nível da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, faz uma palestra, um ciclo de estudos proferidos pelo Congresso Nacional, e ele chega à conclusão de que se houvesse uma agilização da Comissão de Orçamento e da Comissão de Finanças do Senado Federal, seria possível, aí sim, os políticos exercerem a plenitude dos seus mandatos, através de um assessoramento de alto nível e através da discussão do assunto na Comissão na sua mais inteireza e na sua profundidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, deixo aqui o meu apelo e que no próximo ano, como não teremos em 77 as eleições municipais, nós possamos analisar o próximo Orçamento com mais acuidade na Comissão Técnica que é a Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. IVO THOMAZONI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, observo que o relógio do plenário está praticamente dez minutos atrasado em relação aos relógios dos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, telefonamos à Telepar, ajustamos nossos relógios, e verifico que aquele, infelizmente, está atrasado.

Para uma questão de ordem, apenas para saber qual o relógio que será obedecido.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Presidência anuncia que a Sessão iniciou-se pelo relógio do Plenário e portanto será essa a hora a ser terminada a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Cioni Neto.

O SR. JOÃO CIONI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde a hora crepuscular da tarde de hoje, até este impressionante momento, faltando poucos minutos para o segundo dia do mês de dezembro, aqui estamos reunidos, aqui estamos fazendo aquilo que todos os homens que sabem o que querem e que compreendem as situações de um Governo, aqui estamos em calorosas discussões para chegarmos a um bom termo, para chegarmos a um denominador comum, que é a aprovação daquele livro chamado Orçamento; aquele livro, que enquanto a Bíblia é a direção de todos os cristãos, ele rege os trabalhos de um Governo.

É por isso que deve ser bem discutido; é por isso que o Orçamento deve ser analisado item por item. E neste momento quero dizer ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, que sinto muito em não poder, em não ter tempo para estudar este Orçamento, porque não me encontrava nesta Casa de Leis, como V. Exas. sabem.

Estávamos nós empenhados em uma campanha política.

Mas, confiando nas bancadas do MDB e da Arena, é que juntos estamos para votar.

Estávamos há pouco estranhando a bancada da Oposição, que com seus atos deixava transparecer que queria terminar a discussão deste Orçamento quanto antes, mas que não é feito desta bancada maravilhosa, desses nossos amigos e colegas, Deputados do MDB. Aqueles que prezam e zelam pela democracia estão demonstrando e aqui estão conosco até esta hora.

E quero dizer a V. Exas., que de 69 a 72, fomos Prefeito da cidade de Umuarama, e entramos naquele Poder, com cinco Vereadores apenas, quando o seu total era de nove. Quando a Câmara era composta de nove Srs. Vereadores, estávamos nós entrando com cinco.

Eu não quero dizer com isso que os Srs. Deputados, ou nós, devemos aprovar este Orçamento, para tirar o Governador de uma fria.

Nada disso, é que como já disse, iniciamos com cinco e terminamos com nove. E agora estamos prestes a iniciar um novo mandato. Com seu início em 31 de janeiro próximo, e seu término em 31 de janeiro de 1981. Este, vamos iniciar com nove vereadores ao nosso lado, enquanto que a Câmara naquela comuna é composta de 13 Srs. Vereadores.

De forma que, sempre administramos junto com os fiscais dos fiscais e juntos queremos administrar. Mas não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vamos tirar os meios, vamos tirar as condições de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, deixando de aprovar o Orçamento, não é necessário.

É necessário sim, que acompanhemos a administração, é necessário sim, que somos os legítimos e autênticos fiscais da sua administração. E queremos dizer ao Sr. Presidente e aos demais Deputados, que ruim seria para o Governo do Estado, para mim, e para o Deputado Zuk, que nos despedimos desta Casa Legislativa, o Governo se encontrava truncado, poderia, se não houvesse a compreensão, se encontrar truncado com sua administração. E nós se não houver a compreensão dos Srs. Vereadores, eu e o Deputado Zuk, a partir do ano que vem, teremos a nossa administração truncada. Mas não acredito, não acredito que isto aconteça hoje aqui neste Plenário. E não acredito que acontecerá a mim e ao meu colega, o amiscíssimo Deputado Luiz Carlos Zuk, nestes quatro anos que temos a trilhar nas administrações municipais.

Cremos mesmo, que somos verdadeiros fiscais e representantes do povo, repito, e cremos na votação unânime desta Casa, de seus membros, a favor do Orçamento que ora está em discussão.

Votação esta, na íntegra, e como o Orçamento saiu das Comissões, nós esperamos isto dos Srs. Deputados. Talvez seja este o último pedido nesta jornada, nesta Legislatura em que estamos.

Talvez seja o nosso último voto aqui, nesta Casa de Leis.

Mas, o nosso voto é sincero, o nosso voto é a descoberta a favor a este Orçamento deste dinâmico Governador, Dr. Jayme Canet Junior, que tirou este Paraná, da "paradeira" em que estava. E dinamizou este Estado.

Dizia ele, ao entrar no Governo:

"Entro neste Poder por um Ato Presidencial. E saio dele, se Deus quiser, um Líder no Estado do Paraná".

E a sua demonstração foi dada através do seu trabalho. Nós confiamos e acreditamos em S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e para isto, é que damos o nosso voto a favor, a descoberta do seu Orçamento, no livro que norteará a pessoa do Sr. Governador do Estado.

É por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fazemos uso da palavra nesta oportunidade.

Nós vamos percorrer um pouquinho sobre a Constituição do Estado do Paraná.

No seu artigo 31, o Estado, os Municípios, observarão as normas da Constituição da República e das Leis...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que lhe é reservado e concede mais trinta segundos para conclusão de sua oração.

O SR. JOÃO CIONI NETO — Nós agradecemos V. Exa., Sr. Presidente, e concluiremos — e das leis federais sobre o exercício financeiro e a elaboração e organização dos orçamentos públicos, assim anuais, como plurianuais de investimento.

Gostaria de prosseguir nesta leitura, mas, como não me é possível, agradecemos a V. Exa., Sr. Presidente e aos demais Srs. Deputados. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o eminente Deputado João Cioni Netto foi, hoje, algo de merecidas homenagens quando encerra sua passagem por esta Casa para atuar em outra área da vida pública. E, se o foi, e se assim mereceu, foi em razão de uma atuação nesta Casa, honesta...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) V. Exa. pediu a palavra para questão de ordem. A Mesa espera a questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Estou fundamentando, Sr. Presidente, se me permite, tenho 10 minutos para fundamentar, colaborando, inclusive, com a briosa bancada da Arena.

Sr. Presidente, se recebeu merecidamente tais homenagens foi em razão de uma atuação digna, leal e honesta, e, agora, Sr.

Presidente, logo no início de sua oração, mais uma vez, o Deputado Cioni dá demonstração de ser um homem verdadeiro e autêntico, porque aqui veio e aqui declarou que não assistiu debates, que não conhece a matéria. Por isso e conhecendo o constrangimento em que se encontra S. Exa. . . .

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa indaga o nobre orador, em que artigo V. Exa. está se baseando para levantar questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Com base, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) V. Exa., a Mesa sente muito mas cassa a palavra de V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — No artigo 158, que estabelece que nenhum Deputado presente poderá se abster de votar, salvo na letra A, se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ou acompanhado os debates sobre a matéria. Com base neste artigo regimental, e considerando as declarações do eminente Deputado Cioni Netto, pela sua autenticidade. É a sua maneira verdadeira de proceder, que a Mesa anote a impossibilidade de S. Exa. de votar. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Denegada a questão de ordem do Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Discute-se hoje, Sr. Presidente, a peça vital, a peça importante para o desenvolvimento de nossa terra e para o bem estar de nossa gente.

Damos razão, muitas vezes, à douta bancada da Oposição quando procura cercear um Governador de Estado, tolhendo para que o mesmo não possa continuar a dinamizar este grande Estado que é nosso querido Paraná.

Para que nosso Governo não se projete, talvez, com intenções políticas de nossos queridos adversários, porque saímos de uma eleição, onde o Governo foi consagrado pelo povo paranaense, negar o Orçamento excluindo o artigo VII, seria o mesmo que procurar emperrar a máquina administrativa, seria o mesmo que tolher o nosso povo de ver o seu sonho, principalmente o povo do Norte Pioneiro, de ver concluído as obras viárias deste grande Governo, Sr. Presidente.

Vemos a Rodovia Parigot de Souza, de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina.

Estamos vendo, Sr. Presidente, a Rodovia do Cerne que se acha asfaltada até Assaí-São Jerônimo, e veremos logo Assaí-Piraí do Sul.

Vemos na malha viária, no setor das estradas vicinais, o corredor de exportação para o grande porto de Paranaguá.

Vemos, em começo, a estrada que há de ser asfaltada em minha região, que é Joaquim Távora, e que há de ser asfaltada até Carlópolis.

Vemos, Sr. Presidente, a estrada Ribeirão Claro a Jacarezinho.

Vemos, Sr. Presidente, a estrada Santo Antônio da Platina a São Sebastião da Amoreira.

Vemos o grande sonho daquela gente que vive no sertão de cima, povo sofrido que puxando o rabicho do arado e o cabo da enxada, procurar erguer a Nação com o seu suor e com o seu trabalho.

Como pode uma ilustrada bancada querer tolher todas estas obras e mais as obras da grande reforma que é o objetivo da EMOPAR?

Como pode, nesta inflação galopante, o Governo do Estado ter o direito de remanejar, o direito de acompanhar a inflação que neste ano foi de 38 por cento?

Como pode a ilustrada bancada da Oposição querer tolher este direito que todos os Governadores de outros Estados tiveram?

Por que, Senhores? Não é ante-véspera de eleições. Deixem o Governador trabalhar. Dêem o Orçamento necessário

para este homem que é um grande líder paranaense.

Congratulo-me com o nosso Líder, com a nossa bancada, com os nossos companheiros, pela habilidade que tiveram de obstruir esta sessão. Obstruindo neste momento esta votação, estamos obstruindo quem quer fazer o mal para o Paraná.

Estamos deixando que o Governador trabalhe. Nosso poder é o de fiscalizar, Sr. Presidente, muito maior será se dermos ao Governador a oportunidade de trabalhar, porque este homem não fez outra coisa a não ser aplicar o dinheiro do povo em benefício deste mesmo povo.

Vejam as grandes obras que tem em mente S. Exa. para o biênio 77-78.

Vejam, Srs. Deputados, que esta é uma Casa séria.

Deixamos nossos agradecimentos e estendendo as nossas mãos para que, unidos, vamos construir o Paraná, vamos ajudar Jayme Canet Junior para dar ao nosso povo, às nossas crianças, mais escolas.

Enquanto na Tailândia põem-se armas nas mãos das crianças, no Brasil estamos pondo livros e medicamentos para suas famílias.

Neste instante, quero congratular-me com a liderança de nossa bancada, com este homem que é Ivo Thomazoni, este homem que é o grande líder e que, com sua habilidade, está dando, neste crepúsculo de primeiro de dezembro dando ao Paraná o direito que o Paraná tem. Está dando ao Paraná, o direito de continuar nesta senda de progresso. Está dando a este Governador, a este líder incontestado que demonstrou nas eleições últimas de 15 de novembro, uma liderança absoluta, uma liderança total, uma inovação administrativa, no Paraná. É o Governador que está sendo o espelho dos governadores da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se bastasse isso, notamos que, no Orçamento, muitas escolas serão construídas; Delegacias, tão necessárias para o interior paranaense, também serão construídas. O problema de água e esgoto será sanado... O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Cascavel ainda não tem esgoto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas, com este Orçamento que vamos aprovar, Cascavel terá esgoto. E S. Exa. o Sr. Governador há de convidar V. Exa., Deputado Fidelcino Tolentino, para juntos, inaugurarem este serviço tão importante, em sua cidade.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa pede ao Plenário que não se manifeste.

O SR. GABRIEL MANOEL — Srs. Deputados, demos esse Orçamento ao homem que foi iluminado por Deus para gerir os destinos de nosso Estado, porque esse homem notável nem sequer recebe seus vencimentos, dando-os para instituições de caridade do Estado. É esse homem que dedica todo seu tempo em benefício do Estado.

E nós nos orgulhamos de pertencer a essa equipe governamental, de sermos liderados pelo eminente Deputado Ivo Thomazoni. O Paraná muito deve a esse ilustre Governador e a todos os Srs. Deputados da Arena e da Oposição.

Agradecemos a todos os Srs. Deputados pelo muito que têm feito pelo Paraná e convidamos todos, para uma confraternização das duas bancadas, porque, dentro do concerto das nações, o Brasil é um grande País; e dentro do concerto dos Estados, o Paraná é um grande Estado.

O Paraná se agiganta, dia a dia, e Situação e Oposição, devemos, unidos, trabalhar para a grandeza deste Estado e para o bem de nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Governador, pelo que V. Exa. faz em benefício deste Estado porque V. Exa. está aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

(PALMAS)

Sr. Presidente, agradecemos os aplausos da douta bancada da Oposição que, apesar de derrotada, não se convence.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Lei que estamos discutindo, hoje, é uma das principais votadas por esta Casa Legislativa.

Isso, realmente, justifica que estejamos aqui, ainda, altas horas da noite, para que possamos unir o Governador do Estado com a Lei que lhe permitirá continuar sua dinâmica administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que, realmente, se aprove esta Lei para que o Sr. Governador possa manusear as verbas nas horas necessárias em benefício do povo.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, realmente, ele possa manusear as verbas que estão destinadas para um setor onde não são necessárias e poder transferi-la e usá-la, dentro de um curto prazo, para qualquer outra destinação necessária em benefício do povo e do Estado.

No meu modo de entender acredito que este Estado nunca teve um Governo completo como é o do eminente Governador Jayme Canet Júnior.

Digo completo porque ele ataca em todos os setores de interesse do Estado, de interesse do povo, de interesse coletivo ao mesmo tempo.

Temos visto muitos Governos administrarem este Estado: quando aplicavam, vamos dizer, no setor de construção de estrada, esqueciam, ou por falta de verba ou de planejamento, outros setores importantes.

Vemos que o Governador Jayme Canet Júnior ataca, realmente, todos os setores ao mesmo tempo.

Vejam, por exemplo, o setor da educação. Durante o ano de 1976, foram construídas, nada menos do que três mil salas de aula para o nosso Estado.

Isto representa a construção de 10 salas de aula por dia.

Pergunto aos Srs. Deputados: Se o Governador não tivesse verba destinada para concluir certas unidades escolares em lugares onde há urgência de serem construídas, para dar salas de aula à idade escolar de nossos filhos e o Orçamento lhe impedisse de poder naquela hora realmente, manusear as verbas para poder dar continuidade a construção daquelas salas de aula, isto não representaria um prejuízo para as crianças, para os nossos filhos, para os filhos de nossos filhos?

Entendemos que, no setor da educação, é indispensável preparar a criança para o progresso e para o desenvolvimento do Estado.

Atrasar a matrícula de uma criança por falta de sala de aula, seria praticamente atrasar um ano de vida para aquela criança.

Dá a impressão que este ano de vida para uma criança não representa muito, mas irá representar um atraso na sua maturidade.

E quando adulto ela deverá estar preparada para, realmente, se integrar aos demais brasileiros no trabalho, no progresso e no desenvolvimento do Estado.

É quando adulto, Srs. Deputados, que ela, muitas vezes, ainda cedo ela contrai o matrimônio e há necessidade que esta criança, que ela tenha realmente uma sala de aula na idade escolar, para que ela quando adulta, quando chega à idade de contrair matrimônio ela esteja preparada para assumir esta responsabilidade e que tenha realmente recebido a parte da educação intelectual.

E se ela não seguir a carreira na vida intelectual, se ela seguir a carreira na vida profissional, é necessário que ela esteja preparada com um ofício para que ela vá aplicar na sua vida.

E, naquela idade do matrimônio, exercendo uma função onde perceba um ordenado que lhe permita constituir a família e poder realmente criar e educar seus filhos.

Eis aí, meus Senhores, a necessidade de que realmente

se faz necessário de darmos ao Governo um Orçamento com os dispositivos capazes de aplicar as verbas nas horas oportunas, nas horas que se fazem necessárias para o bem do povo, para o bem do Estado, para o bem da Nação.

E se nós, meus Senhores para o setor rodoviário, para o setor de construção de estradas, ocorre também um fato igual.

Vamos admitir que o Governo do Estado esteja para concluir determinada estrada e de capital importância, ou então que não seja uma estrada asfaltada mas que precisam ser atendidas com rapidez para poder deixá-las prontas para dar vazão à produção agrícola.

E se o Sr. Governador do Estado, com o dinheiro disponível meus Senhores, estivesse impedido de manusear as verbas para passá-la para aquela Pasta, que seria a do Transporte, e dependesse de leis que muitas vezes poderiam atrasar esse empreendimento, representaria isso, meus Senhores, um prejuízo para aquele setor de produção.

Um prejuízo, muitas vezes, para dar vazão à produção agrícola, o que viria causar um prejuízo ao nosso agricultor que luta, que trabalha para o progresso do Paraná e do nosso querido Brasil.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica a V. Exa. que está esgotado o tempo que lhe é concedido e lhe concede mais trinta segundos para a conclusão de sua oração.

O SR. ALFREDO GULIN — Por isso meus Senhores é que nós temos que munir o Governo do Estado com um Orçamento que lhe permita tudo isso.

Por isso nós votaremos pela Mensagem que veio do Governo do Estado, para que lhe permita manusear as verbas.

Porque manuseando as verbas ele terá oportunidade de dar maior impulso ao progresso e ao desenvolvimento do Estado, que o Governo Jayme Canet deu ao Paraná.

A este progresso e desenvolvimento da Nação que os governos da Revolução, especialmente o Presidente Geisel deu à nossa Nação.

Através deste progresso e desenvolvimento meus Senhores, nós haveremos de alcançar a independência política e econômica desta Nação, bem como a solução de todos os problemas sociais de nosso povo.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a Mesa requerimento de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, líder da Arena, nos seguintes termos que será lido pelo Sr. Segundo Secretário.

“Sr. Presidente.

Vencido o prazo de que dispunha esta Assembléia Legislativa para encaminhar à sanção governamental o Projeto de Lei Orçamentária, requeiro de Vossa Excelência, que suste a apreciação do Projeto de Lei 112/76, determinando seu arquivamento por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em consequência da Assembléia Legislativa ter tido o prazo que lhe era concedido para apreciar o Projeto da Lei Orçamentária...

O SR. OSVALDO MACEDO — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, tendo em vista

que o artigo 36, da Constituição do Estado diz que o prazo para esta Assembléia encaminhar o Orçamento à sanção, vence 30 dias antes do encerramento do exercício financeiro.

E tendo em vista, que os prazos judiciais, contam-se no caso, dia a dia, incluindo o dia do início e o dia do final, pergunto à Mesa, qual a interpretação que será dada a este prazo estabelecido pelo artigo 36 em se contando dia a dia, no nosso entendimento, este prazo vencer-se-á no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa entende que o prazo fatal para a Assembléia apreciar o projeto de Orçamento seria no dia primeiro de dezembro, 30 dias antes do término do exercício.

Nestas condições, defere o requerimento do Deputado Ivo Thomazoni, mandando retirar da pauta da sessão de hoje, o Projeto de Resolução 112/76.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente.

Se me permite os Srs. Deputados, discordar desta decisão e do requerimento ex-offício pela Mesa.

E desta decisão, recorreremos ao Plenário com base no art. 125 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni pede deferimento da Mesa.

É ex-offício da Assembléia dado ao Plenário.

Por que é uma questão de matemática.

Se um projeto deve ser entregue, 30 dias, até 30 dias antes do fim do exercício, no nosso caso sendo 30 dias no dia primeiro, no dia dois pode-se contar 29 dias.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, se nós contarmos do dia dois a 31, teremos exatamente 30 dias, no trigésimo dia antes do dia 31 é dia dois de dezembro.

O SR. PRESIDENTE — Novamente V. Exa. levantou um argumento do art. 125.

O art. 125, é uma proposição.

O requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni não é uma Proposição, é uma decisão de uma proposição.

O requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni não é uma proposição.

Mostra apenas uma evidência.

O SR. OSVALDO MACEDO — Artigo 123.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Será lido o art. 123.

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

Esta não é sujeita à deliberação da Assembléia; é uma deliberação da Mesa, do Presidente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, me parece que a Mesa ainda não se pronunciou sobre a divergência do cálculo aritmético que surgiu em relação à contagem de prazo.

No nosso entendimento, o trigésimo dia antes do encerramento do exercício financeiro, é o dia 2 de dezembro, já que temos prazos iniciais, conta-se o dia do início e o dia do final.

O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) — Sem ser bom matemático, estamos a exatamente, 29 dias, 23 horas e 37 minutos do prazo fatal, do primeiro dia do novo ano, e, portanto, a menos de 30 dias invocados pelo eminente líder da bancada da Oposição.

Mas, acredito, invocando o nosso Regimento Interno que esta matéria é tempestiva e deve merecer, tão somente, o

despacho judicioso da Presidência, acolhendo o requerimento, a solicitação nele contida, porque regimental, porque constitucional.

E, Sr. Presidente, está na hora de nós passarmos à discussão de outra matéria da Ordem do Dia, sem que com isto, Sr. Presidente, se pretenda encerrar um episódio.

Mas, tão somente, para cumprindo o que determina a Constituição, o Regimento Interno, se cumpram as normas deste Poder Legislativo contido na Constituição e no Regimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Pela Ordem, tem a palavra o nobre Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, a questão de ordem diz respeito ao enquadramento do requerimento sobre o qual se questiona.

Entende a Mesa que é atribuição da Mesa deferir-lo, ou não.

Mas, de conformidade com o § segundo, ou melhor, o inciso IV, do § segundo, do art. 134, o requerimento para retirada de proposição, substituição, emenda ou sub-emenda com parecer favorável, é de competência, a sua aprovação ou rejeição, do Plenário.

Dependerão de deliberação de Plenário, os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

PARÁGRAFO SEGUNDO — retirada de proposição, substituição, emenda ou sub-emenda com parecer favorável. No caso, trata-se de proposição com parecer favorável. Estou me referindo ao parecer, anteriormente, proferida pela Comissão. Não me refiro a este último; a última aberração praticada pela Comissão do Orçamento. Nesta condição, está em votação o requerimento. Só o Plenário pode autorizar sua retirada, "data vênica" da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa insiste que, faltando menos de 30 dias para o término do exercício, considerando que a matéria está prejudicada.

Senhores Deputados, a Mesa poderia até concordar em passar mais um dia aqui, mas não pode, não tem condições de fazer voltar e apreciar uma proposição cujo prazo está esgotado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Entendo o que diz V. Exa., mas, "data vênica", V. Exa. não está abordando a matéria como deve ser abordada.

Posso até concordar com V. Exa. que o prazo esteja esgotado.

E vou dizer francamente a V. Exa. que na minha opinião pessoal, acho que está esgotado.

Mas, V. Exa. não pode deliberar sobre a matéria; cabe ao Plenário decidir.

V. Exa. estará infringindo o Regimento Interno, se se mantiver neste ponto de vista.

A retirada pode ser admitida, com a aprovação do Plenário.

Este é o ponto crucial.

V. Exa. deve reconsiderar, em benefício do grande lastro de administração e de passagem pela Mesa, que V. Exa. tem a seu favor.

Deve reconsiderar o despacho anterior por ser anti-regimental e colocar o requerimento em votação, ignorando até, no caso, o requerimento de recurso.

Não estou defendendo o recurso.

Estou entendendo que V. Exa. não possa deferir o requerimento de retirada da proposição.

V. Exa. examinando o Regimento, se convencerá disto.

SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Vou responder a questão de ordem, com um exemplo. Muitas vezes aconteceu, em outras épocas na Assembléia, vetos cujo prazo já estava esgotado e, portanto, não havia mais objeto nenhum a ser apreciado e foram, naquela ocasião, retirados por decisão da Mesa. A Presidência da Assembléia não pode permitir que a Casa aprecie um assunto sem objetivo, porque, na hora que perdeu o prazo, perdeu o objetivo.

Se a Assembléia vai fazer isto, vai incorrer em erro e já chega o erro que tivemos de não poder apreciar o Orçamento no prazo. O pior seria enviar ao Executivo fora de prazo para ser devolvido e o Governo sancionar a proposição original, como é do seu direito.

Nestas condições, mesmo que a Casa me forçasse a mudar de opinião, eu não teria nem condições de fazê-lo.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, é normal nesta Casa, que se perca votação. Não é normal, mas acaba de ocorrer, que se perca prazo. O que esta Casa não pode perder é o bom senso, o respeito à lei e ao direito.

Não queremos também, dada a gravidade da questão, que V. Exa. sozinho assuma a responsabilidade, que deve ser repartida com a Casa.

Porisso encaminhei à Mesa requerimento para que, com calma, para que através do tempo e ao longo das próximas horas, se possa, com critério, definir esta matéria.

Já tem até o parecer do Deputado Muggiati Filho, que entende de prazo. Posso até entender assim. Mas, é para que aquela corrente que entende diferente possa, com tranqüilidade e com bom senso, decidir. Porque agora não é possível. Ouço os Deputados pedirem para dormir. Talvez não haja clima para se analisar, para se deliberar.

Pediria, Sr. Presidente, que o requerimento que encaminhei à Mesa, fosse apreciado, para que, inclusive, com tranqüilidade, com tempo, se decida essa questão.

Sabemos todos que ela será decidida dentro do tempo regimental.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, não é fato novo, nesta Casa, a inclusão, na Ordem do Dia, de matéria com prazo fatal, denunciados verbalmente por este Plenário, no caso de inclusão de veto governamental. E V. Exa., Sr. Presidente, sempre determinou a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Presidência sempre decidiu a favor de ofícios, ou requerimentos verbais.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, nessa questão V. Exa. não está sozinho, a decisão de V. Exa. é sábia. E com V. Exa. estão todos os homens de bom senso desta Casa.

V. Exa., nessa atitude, está respaldado pelo Regimento Interno.

Conte V. Exa. com todo o apoio da ARENA, que viu hoje, V. Exa., como viu também o eminente Deputado Del Ciel, quando presidiu a sessão, todos os atos, todas as atitudes, todas as decisões, quantas elas contrárias aos interesses de nossa bancada, mas todas elas respeitosamente decididas, na observância do Regimento Interno.

V. Exa., tanto quanto os dois Vice-Presidentes, Del Ciel, e Gabriel Sampaio, se houveram com uma dignidade que nos enobrece a todos.

Por essa razão, cumprimento V. Exa. neste final de sessão, madrugada à dentro, sabiamente, e com autoridade, soube aplicar a pretensão contida no meu requerimento, porque regimental, porque constitucional.

Queria, Sr. Presidente, fazer justiça àqueles que presidiram esta sessão e que nos possibilitaram que todas as discussões transcorressem neste clima respeitoso que soubemos manter

durante as longas horas. E tenho certeza, se necessário for, assim continuaremos reunidos para discussão das matérias, embora esta já tenha perdido duas oportunidades. — (Sem revisão do orador).

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem). Sr. Presidente, tenho em mãos o jornal "O Estado do Paraná", de hoje, dia 02 de dezembro, milagre da "tecnologia moderna", consta do jornal, e gostaria que a Mesa confirmasse: "O Sr. Governador concordou em aguardar até às 23 horas". Correto?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Correto. Posso dizer ainda o seguinte: o Sr. Governador não só aguardou até às 23 horas, como, às 23,15 horas, esteve junto a esta Presidência, o enviado do Sr. Governador, Fabiano Campelo, perguntando se já estava votado o Orçamento.

E eu comuniquei que ainda não tinha sido apreciado pelo Plenário.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. confirma que, em uma de suas intervenções, teria dito que, mesmo com essa concessão, julgava impossível de ser o Orçamento remetido ao Governador, porque o prazo já estava esgotado?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — O prazo seria às 18,00 horas de hoje. Entretanto, em vista de um requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, entrei em contato pessoal com o Sr. Governador, pedindo se ele nos daria mais algumas horas para ser entregue o Orçamento e ele nos concedeu, verbalmente, um maior prazo, até às 23 horas.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, para evitar cenas que lamentamos e que agora, mais serenamente, inclusive, apresento em plenário minhas desculpas, gostaria de saber se V. Exa. afirmou há pouco que a matéria já está vencida. Se essa afirmativa é verdadeira, gostaria de saber qual a razão de termos ficado ouvindo encaminhamento de votação até agora.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não posso terminar uma sessão e estávamos ainda dentro do dia 01. O Governador que tinha nos dado um prazo até às 23 horas, possivelmente teria esperado até às 24 horas. Não vejo no que fez mal a Mesa, deixando os Deputados encaminharem votação, inclusive votação de um requerimento do Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, inicialmente gostaria de registrar que no requerimento que apresentamos à Mesa e ao qual V. Exa. fez referência, não se tratou de nenhum pedido de favor, de nenhuma gentileza.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de favor, foi do Presidente ao Governador.

O SR. OSVALDO MACEDO — Fizemos um requerimento e assinamos o requerimento, para que esta Presidência, em nome do Poder Legislativo, comunicasse ao Poder Executivo, que mantivesse alguém em condições de receber o Orçamento.

Não vejo porque devesse, ou com que autoridade o Sr. Governador concederia favor a esta Assembléia para discutir o Orçamento até esta hora. Ou se cumpre, ou não o Regimento Interno, o que está na lei.

Permita-me V. Exa. dizer que tenho interpretação divergente da Mesa, e entendo que o 30º dia antes do exercício financeiro é dia 2 de dezembro de 1976. Sei que neste sentido há um requerimento do Deputado Enéas Faria; para que acabe com essa dúvida de uma vez por todas, solicitaria que V. Exa. pusesse em discussão o requerimento formulado por aquele eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — V. Exa. fez um requerimento pedindo ao Executivo que aguardasse até mais tarde o Projeto Orçamentário. Entrei em contato direto com o Governador de forma que a Mesa, a única coisa que fez, foi de ofício, concordar de despachar seu requerimento e entrar em comunicação direta com o Governador. Ele atendeu o pedido da Assembléia Legislativa.

Quanto ao requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, será lido pelo Sr. 2º Secretário.

(É lido o requerimento).

“Senhor Presidente.

A Constituição Estadual dispõe, em seu artigo 36, no disciplinar tramitação da Lei Orçamentária, que será “Promulgado como Lei se, até trinta dias antes do encerramento do exercício financeiro, a Assembléia Legislativa ou as Câmaras Municipais não o devolverem para sanção”.

Ocorre que, segundo norma, a contagem de tal prazo que se encerrará, no presente caso, em data de 31 do corrente, deve iniciar no dia 2 de dezembro, quando então se atingiria o prazo constitucionalmente estabelecido de trinta dias.

Todavia, se estabeleceu alguma dúvida entre os próprios integrantes desta Assembléia quanto ao derradeiro prazo para a devolução da matéria à sanção. Alguns entendem seja o dia 01 do corrente, enquanto outros pretendem que a data fatal se fixa em 02 de dezembro.

Sendo assim, e para que as eventuais dúvidas sejam dirimidas, e mais, tratando-se de matéria de órbita constitucional, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no inciso VIII, do § 3º, do artigo 134, do Regimento Interno da Casa, requer a audiência da Comissão de Constituição e Justiça para que, convocada e imediatamente reunida, se pronuncie sobre a questão.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — O requerimento do ilustre Deputado Enéas Faria, em minha opinião é matéria já vencida pela decisão da Mesa.

E mesmo que fosse posto em votação, aprovado por esta Casa, não teria a Presidência, condições de colocar em votação o projeto, depois do dia 01, e não teria condições de assinar um autógrafo de uma matéria cujo prazo já foi vencido. Tem a palavra, pela ordem, Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, ao receber o meu requerimento, se ouvi bem, V. Exa., Sr. Presidente, despachou de ofício, mandando arquivar por perder o objeto, o Projeto de Lei número 112/76.

Quero acreditar, a não ser que V. Exa. tenha voltado atrás na decisão sábia, adotada e anunciada no Plenário, que perde objeto o requerimento do eminente Deputado Enéas Faria, porquanto já existe uma decisão de V. Exa. sobre o meu requerimento.

Era esta a minha Questão de Ordem, que queria levantar, para, respeitosamente, invalidar a pretensão do eminente Deputado Enéas Faria.

O SR. MUGGIATI FILHO — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra para Questão de Ordem.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente.

A Casa estava discutindo o despacho de V. Exa., fruto da opinião de V. Exa., da opinião desarrazoada de V. Exa., e podem me apartear, que eu permito o aparte, de opinião anti-regimental de V. Exa., porque a Presidência feriu violentamente o Regimento, e, não é a primeira vez que faz isto hoje, nesta Casa.

Onde está V. Exa. baseado, Sr. Presidente, para deferir de plano a matéria que é atribuição do Plenário?

Permita V. Exa. que eu leia, para aqueles que não lêem o Regimento, o inciso 4º, § 2º do art. 134:

“Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

IV — § 2º — retirada de proposição, substituição, emenda ou subemenda com parecer favorável”.

Como V. Exa. pode retirar de Plenário uma matéria

“ex officio” ou a requerimento de quem quer que seja, sem ouvir o Plenário? V. Exa. está se atribuindo um poder que não tem, o poder julgador. V. Exa. está agora se encarnando no Poder Judiciário. Ao Judiciário é que compete decidir um caso de dúvida da Casa, se existe prazo ou não. V. Exa. está entrando num terreno perigoso para V. Exa. e para toda a Casa. Nós não podemos nos conformar com isto, Sr. Presidente, de V. Exa. tomar uma decisão em nome da Casa em matéria que é discutível. Posso ter opinião até favorável à de V. Exa., mas não me arvorar no direito de decidir isto. Se existe dúvida, a dúvida deve ser decidida. Não se condena ninguém em caso de dúvida, e V. Exa. está condenando, está arquivando um processo, está extinguindo a vida de um processo, quando todos levantam arrazoadamente dúvidas neste Plenário. A obstrução levou todo este tempo pensando ou imaginando que o projeto estaria extinto. Mas, um projeto não se extingue desta forma. Estamos discutindo este projeto praticamente há dez horas. E V. Exa. nesta altura, na transposição de um dia para o outro, a Presidência se arvora em poder julgador para decidir que a matéria está extinta.

Perguntaria a V. Exa.: Se amanhã ou depois se verificar que o prazo, realmente, se extingue amanhã, no dia 02, porque estamos numa sessão iniciada no dia 01, como ficaria a Presidência, a responsabilidade do Presidente da Casa, a responsabilidade do Poder Legislativo?

Esta Questão de Ordem é para dizer da validade do requerimento do Deputado Enéas Faria. V. Exa., realmente, não tem poderes para tanto, e o Regimento Interno não autoriza a Presidência a “ex-officio” retirar projetos que estejam em discussão e votação, desde que tenham parecer favorável.

Conseqüentemente V. Exa. deve reformular, data venia, todas as decisões de V. Exa. para que se acate e venha a ser decidido pelo Plenário o requerimento do Deputado Enéas Faria. Assim como V. Exa. argumenta de que nenhum valor teria, nenhum valor terá, nesta altura, qualquer decisão que a Casa tome, na interpretação de V. Exa., para o Governador do Estado. Para nós, há valor, há validade neste requerimento porque representa respeito ao Regimento Interno.

Era o que tínhamos a dizer, no sentido de que mantido e seja dada a votação o requerimento do Deputado Enéas Faria, que é pautado estritamente no Regimento Interno, uma vez que nós não podemos considerar válido o deferimento de V. Exa. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa não quer de forma nenhuma violentar. Se a Mesa deu uma decisão quanto à questão prazo, é porque está convencida que o prazo está esgotado e que a matéria não tinha mais objeto.

O SR. NILSO SUGAREZI — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra V. Exa..

O SR. NILSO SUGAREZI — V. Exa. respondendo ao eminente Deputado Deni Schwartz, argumentou que não poderia terminar a sessão, ou retirar uma matéria “ex-officio”, sem que se esperasse o pronunciamento de um Deputado.

O Deputado Ivo Thomazoni tomou essa providência porque entendia e entende que perdeu o objeto a matéria. Foi o requerimento à V. Exa. Diz o Regimento Interno. Os requerimentos são de duas espécies. — Art. 131, § único. 1º — os sujeitos a despacho do Presidente. II — os sujeitos a deliberação da Assembléia.

Diz o artigo 132 — Estão sujeitos a despacho do Presidente. Item 8º — a retirada de proposição ou parecer contrário.

Artigo 134, § 2º, item 4º citado pelo eminente Deputado Muggiati Filho — serão verbais e sujeitos à decisão do Plenário retirada de proposição, substituição, emenda ou subemenda com parecer favorável.

Entendo, Sr. Presidente, de que o Regimento deixa bem claro de que a retirada de uma proposição caberá a V. Exa.

decidir quando exista Parecer contrário. Porque V. Exa. se escoraria aí então num Parecer de uma Comissão Técnica, mas jamais poderá V. Exa. dar despacho em um requerimento de matéria que tenha parecer favorável, que é o caso da matéria em estudo.

Assim eu requeiro a V. Exa. em caráter de recurso ao Plenário, que o despacho por V. Exa. dando acolhimento ao Deputado Ivo Thomazoni, seja apreciado pelo Plenário em caráter de recurso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra V. Exa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, acompanhando a leitura feita pelo Deputado Nilso Sguarezi, do artigo 132, inciso 8º, nós verificamos a seguinte redação: Que cabe ao Presidente despachar sem discussão e votação os requerimentos verbais que solicitem a retirada de proposição ou Parecer contrário. Não diz de Parecer contrário; de Proposição ou Parecer contrário. Portanto, a Presidência tem condições de despachar a retirada de proposição ou Parecer contrário.

É esse o entendimento de nossa parte.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na forma de uma questão de ordem, eu desejava expressar meu entendimento pessoal e ao mesmo tempo fazer uma indagação à Mesa. A sessão plenária de que participamos, neste instante, é na verdade uma prorrogação da Sessão Plenária, ordinária, que teve início às 14,30 horas. Eu perguntaria então a V. Exa., Sr. Presidente, a que dia corresponde a Sessão Plenária de agora. Se é uma prorrogação da Sessão Plenária iniciada às 14 e trinta horas.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — É evidente que a Sessão Plenária de agora é correspondente ao dia 01 de dezembro, à hora Plenária.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu queria, Sr. Presidente, me permitir afirmar, que a Constituição não fala em hora e nós estamos apreciando o Projeto de Lei número 112/76, dentro da Sessão do dia 01, e portanto dentro do prazo.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sr. Deputado, a Constituição não fala em sessão. Ela fala só que a Assembléia deve devolver até trinta dias que vence normalmente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, o meu raciocínio se V. Exa. me permite, é só em função da dúvida natural com relação à decisão do nobre Deputado Ivo Thomazoni. Nós desta Assembléia, estamos no dia 01, ainda que isso pareça um contra-senso, porque a sessão que nós estamos participando é de 01 de dezembro, e não do dia dois.

O SR. PRESIDENTE — Se nós tivéssemos terminado a votação do Orçamento, por hipótese, no dia 25 e não enviássemos até o Governador, dia 01, teríamos também um prazo.

A questão, é que teríamos que chegar dentro do prazo, ao Poder Executivo.

Eu tenho vontade, vou fazer isso agora, de suspender a sessão por 10 minutos, para ter a oportunidade de conversar com os Deputados, que estão mais interessados na matéria. Não quero de forma nenhuma, me orientar, que esteja certo.

Dei uma decisão, porque achava que a decisão minha, é exata.

Nestas condições eu vou levantar a sessão por dez minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem). Sr. Presidente.

Se o bom senso manda, e se trata de matéria vencida, não vejo porque, nós continuarmos discutindo. O que se pretende Sr. Presidente, é a aprovação de uma matéria vencida, simplesmente pela vaidade de se votar uma matéria vencida.

(É interrompido).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — É exatamente isso, que eu quero conversar com a Casa.

E nestas condições, é que eu vou levantar a sessão por

dez minutos.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Reaberta a sessão.

A Mesa responderá às questões de ordem, todas elas numa vez.

A Assembléia do Paraná, assim como, todas as Assembléias Brasileiras, entendiam e entenderam até hoje que o prazo último para encaminhamento pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, da Mensagem, da apreciação da Mensagem do Orçamento, seria dia 30. Nenhum Deputado desta Casa tinha posto dúvida quanto ao dia 30. Mas, eu estudando melhor a Constituição e os prazos, achei e comuniquei a esta Casa, que o prazo final nosso, seria, como é o dia 01, às 18 horas, para entregar o autógrafo da mensagem do Orçamento ao Poder Executivo.

A Presidência tem tido, nestes 2 anos, a maior das liberalidades com o Plenário, sempre e em qualquer condição, jamais perturbei, jamais interrompi o pronunciamento de um Deputado sobre qualquer matéria. Hoje, pela votação, na votação da apreciação de um veto, o Plenário já pôs, inclusive, dúvida sobre um cálculo aritmético e, muitas dúvidas. Novamente, agora, uma parte do Plenário se insurge contra a decisão da Mesa que retira, a requerimento, uma proposição que não tem mais objeto, nenhum objeto, porque está terminado, já terminou o prazo que nós tínhamos para enviarmos ao Poder Executivo, mesmo tendo conseguido a prorrogação por mais algumas horas, nós tornamos a perder. Nestas condições é uma prerrogativa do Presidente, prerrogativa de que não abro mão, de que se aprecie, nesta Casa, matéria sem objeto e a decisão minha ao requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni, é mantido por esta Casa.

Suspendi a Sessão pro 10 minutos para, com mais calma refazermos os cálculos e estudarmos as ponderações e, estou convencido, convencido com absoluta certeza de que o Projeto Orçamentário não tem mais condições.

Nestas condições a Mesa mantém a decisão e não recebe o requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, "data venia" ter sido apresentado com justificativa, mas que não pode vencer a ninguém, muito menos ao Presidente.

Voltar atrás uma decisão, seria sair do que eu acho e tenho certeza de que é certo, para aquilo que tenho certeza de que seria errado. Não teria esta Presidência nem condições de continuar presidindo a sessão se tivesse — convencido como está de uma decisão — que revogá-la.

Nestas condições a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná determina que o Projeto de Resolução número 112/76, seja retirado da pauta da sessão de hoje.

Quero também dizer que assumo, nesta oportunidade, sozinho, a responsabilidade desta decisão. Seja a Casa testemunha de que a Mesa atual e a Presidência, durante todo este tempo em que esteve na condução dos trabalhos da Casa, se alguma vez feriu os direitos de qualquer Deputado e se faz o que está fazendo hoje, o faz com convicção porque não seriam alguns companheiros da ARENA que disseram que podia ser voltado e que seria obstruído novamente. Não é este o problema, de obstruir, de voltar ou não voltar, mas é a convicção que tem a Mesa de que está agindo certo. Não interessa mesmo que o Governador vá dizer que está fora do prazo e sancione o que foi feito. A Assembléia não pode mandar ao Poder Executivo, a sua lei mais importante, fora do prazo.

Se não tivemos a capacidade — evidentemente por causa das eleições que nos atrapalharam — se não tivemos a capacidade de mandar no prazo certo, no prazo legal este autógrafo ao Governador, não resta à Presidência senão extirpá-lo da votação, esteja em que posição estiver, esteja como está em votação, quando o Regimento Interno diz que não pode ser retirado da Ordem do Dia. Não pode ser retirado, evidentemente, mas, desde que não tem objeto, a Assembléia não deve

mais apreciá-lo.

Esta é a decisão da Mesa, nas várias questões de ordem apresentadas. Escutei, pensei, ponderei e, quando sai daqui, sai inclusive com a pré-disposição de que, se me convencesse do contrário, estaria disposto inclusive a voltar atrás na minha decisão.

Mas estou convencido e muito mais neste momento do que quando decidi o requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni.

Nestas condições, fica extirpado da Ordem do Dia, da sessão de hoje, o Projeto de Resolução número 112/76.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, a bancada do MDB não concorda. E não pode concordar com a decisão tomada unilateralmente pela Presidência. Não é a Presidência quem decide pelo Plenário; não é o Presidente a Assembléia.

Sabe o Presidente, ele que se declarou guardião do Regimento Interno, que o processo de votação não pode ser interrompido. O Projeto número 112/76, que trata do Orçamento, estava em regime de votação. Muitos Deputados falaram para encaminhar a votação. Não se pode admitir, portanto, qualquer interrupção nesse processo. Não houve fundamento legal, convincente ou nenhum para a decisão da Mesa. Porque, não podemos com ela concordar, porque estamos estribados no que diz o Regimento Interno. Queremos, solenemente, formalmente, recorrer da decisão da Presidência para o Plenário desta Casa que é soberano. Não pretenderá o Sr. Presidente assumir sozinho, as funções que nos compete.

Nenhum dos Deputados presentes delegou, ao Presidente, o poder de decidir em seu nome. Todos somos Deputados, por isso, todos exercemos o direito de decidir em nome do Poder Legislativo.

Com fundamento, portanto, no Artigo 125, do Regimento Interno, recorremos da decisão dessa Presidência para o Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Presidência da Assembléia considera o seu recurso intempestivo.

Não vejo, Sr. Deputado, sua razão, ou uma dúvida que tenha a Presidência na decisão dessa questão. Esgotado o prazo não existe mais o objeto da proposição.

Nessas condições, e nesta oportunidade, considero que não há mais objetivo para a Proposição 112/76.

Eu sei, V. Exa. sabe, todos sabem, que o Projeto de Resolução 112/76 não tem mais objetivo.

De modo que não veja como o Presidente possa voltar atrás de uma decisão.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, não peço a V. Exa. que volte atrás.

Peço ao Sr. Presidente que não pretenda tomar a si as funções de 53 Deputados. E a este Plenário, a estes 53 Deputados que compõem o Plenário desta Casa, já que V. Exa. exerce a Presidência, esses 53 Deputados é que recorreremos. V. Exa. pode manter a sua posição, mas não pode, de forma alguma, desconhecer o Regimento Interno.

Não nos tire o nosso poder de deliberação. Não tive a nossa competência. Nós não podemos outorgar o direito de decidir em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, quando uma Casa de Lei, quando uma Assembléia que não seja política se reúne e indica e escolhe uma Mesa diretora, está evidentemente transferindo a essa Mesa as prerrogativas a que uma chefia tem direito, dentro do Estatuto, ou no nosso caso, o Regimento Interno.

É um poder decisório que me foi outorgado pela Assembléia Legislativa e esse tipo de requerimento é de decisão única do Presidente da Casa, da Presidência da Casa.

Não há argumento que me convença e do dia 2 ao dia 31 são 29 dias, logo, o projeto está sem objeto e como está sem objeto, a Presidência tendo recebido um requerimento,

decidiu de ofício, que essa é sua obrigação, decidiu de ofício mandar retirar da pauta da Ordem do Dia a Proposição 112/76.

Caso houvesse comigo uma única dúvida, uma nesga de dúvida, sobre o acerto da decisão tenha V. Exa. certeza absoluta que eu a reformaria.

Acho e tenho convicção de que procedi com lisura e correção, sem invadir seara de quem quer que seja, quando decidi o requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Se algum dos Srs. Deputados, se alguém souber que tenha sido mandado para sanção, um Orçamento que tenha sido votado depois de ultrapassado o prazo de 30 dias, voltarei atrás na minha decisão. Mas os Srs. sabem que isso não existe. Que o prazo está, de fato, vencido.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, quero apenas lembrar a V. Exa. de que houve nesta Casa um processo que já tinha perdido seu objeto e que foi para a Comissão de Constituição e Justiça, quando este prazo já estava perdido. A Comissão de Constituição e Justiça, está aqui o Sr. Presidente, estão aqui os demais membros, que são testemunhas e o Sr. tem conhecimento.

E eu protocolei, inclusive nesta Casa, pedido de abertura de uma sindicância, ao nobre Deputado que até hoje não foi concluída para ver quem são os responsáveis, pelo esgotamento do prazo de um processo que veio do Tribunal de Contas. E que esta Assembléia tinha o prazo constitucional de 30 dias para apresentar esta matéria. Quero lembrar a V. Exa. que aquele projeto já tinha perdido o objeto quando foi à Comissão de Constituição e Justiça. Portanto o caso ocorreu, a exceção anterior ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — V. Exa. vê, como se perdem prazos. Tínhamos perdido o prazo daquela Proposição como também perdemos o prazo desta Proposição. Porque os Deputados preocupados com as suas campanhas eleitorais, se ausentaram da Assembléia e, o nosso Orçamento, que, inclusive, os elaboradores do Orçamento, a Secretaria de Planejamento se propuseram a vir à Assembléia discutir o Orçamento como no ano passado, eu só pude responder que não teria condições de discutir com ninguém porque, na Assembléia, raramente, encontravam-se cinco Deputados. Todos nós estávamos preocupados com as eleições.

O SR. IVO THOMAZONI — Requeiro Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra para Questão de Ordem, Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para depois de cumprimentar V. Exa. pela sábia decisão, ler o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 97, do Regimento Interno.

“Todas as Questões de Ordem, claramente formuladas, serão resolvidas, definitivamente, pelo Presidente da Assembléia.”

Sr. Presidente, quero também fazer menção ao artigo 125 do Regimento Interno. O artigo 125, Sr. Presidente, também confere a V. Exa. o poder de recusar recurso ao plenário, porquanto está assim expresso:

“Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição cabe recurso ao Plenário”.

E V. Exa. não deixou de aceitar qualquer proposição. V. Exa. aceitou a Proposição de minha lavra, solicitando o arquivamento da matéria por ter perdido o objetivo, e, portanto, não é o caso de recurso ao Plenário da decisão de V. Exa. porque este artigo, erroneamente citado, deste Plenário, não é o objeto de se pretender recurso ao Plenário, porque V. Exa. não indeferiu a pretensão, V. Exa. a deferiu, e, repito, sabiamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra, pela Ordem, nobre Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente.

Para usar do argumento que o ilustre Líder do Governo acaba de utilizar, quero mostrar a V. Exa., Sr. Presidente, respeitosamente, que o argumento empregado por V. Exa. para indeferir recursos ao Plenário, sob a alegação de que se tratava de matéria de decisão, de matéria referente ao Regimento, matéria puramente regimental, está sendo usado pelo ilustre Líder do Governo, ao contrário.

Porque, para nós, de requerimento, de matéria regimental, não cabe recurso. Mas, para o Líder do Governo, se trata de Proposição e não de requerimento. Quer dizer, o requerimento do Líder do Governo é recebido pela Mesa como Proposição e as nossas proposições são recebidas pela Mesa como requerimentos. Proposição, Sr. Presidente, foi a que se indicou e sempre defendemos este ponto de vista de que o Plenário deve deliberar sobre matéria relativa a proposição.

Veja V. Exa. que o deferimento de V. Exa., retirando proposição em discussão e votação pelo Plenário, coloca-se acima de qualquer argumento. V. Exa. está retirando proposição das mais importantes, como é o projeto orçamentário.

Não quero discutir com V. Exa., e nem é o momento oportuno para se discutir neste decurso, se o prazo se esgotou ou não. O que estamos tentando fazer é que V. Exa. nos ouça que a matéria não é de atribuição da Presidência da Mesa.

O artigo 134, § 2º, inciso IV diz claramente que está sujeito à votação o requerimento que se refere a "retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável".

Já o artigo 132, inciso VIII diz que pode ser deferido pelo Presidente da Casa "a retirada de proposição ou parecer contrário".

Entende-se que a proposição, nesta altura, deva ser uma proposição que não passou pela Comissão ou trata-se de parecer contrário que tenha sido encaminhado em relação a uma proposição ou a qualquer outra matéria que esteja em tramitação pela Casa, se V. Exa. quiser tecnicamente definir proposição ou requerimento.

Vamos deixar bem claro este assunto para que não fique dúvida, também, que não foi a nossa bancada que impediu a aprovação do Orçamento ou que não fez a obstrução. Não foi. Nós não permanecemos durante seis horas obstruindo o andamento do projeto. A nossa obstrução foi com relação a não se respeitar uma decisão do Plenário. V. Exa. não respeitou, no caso usando o mesmo argumento de V. Exa. V. Exa. considera matéria vencida ou matéria sem objeto o Orçamento Geral do Estado. Porém, V. Exa. recebeu e encaminhou para o Plenário matéria vencida, que foi o artigo sétimo do projeto e três destaques aprovados pela Casa em sessão plenária.

Desta forma esses atos, permita V. Exa. revigorando a nossa Questão de Ordem, deve ser a decisão de V. Exa. em grau de recurso passada para apreciação do Plenário pelos motivos expostos. E mais ainda: V. Exa. não citou sequer um artigo do Regimento Interno que amparasse toda a brilhante exposição de V. Exa.

V. Exa. sabe, muito bem, que sempre respeitamos as decisões de V. Exa. como Presidente desta Casa, e nunca negamos o mérito de que V. Exa. é possuidor como um dos mais antigos e brilhantes legisladores que têm passado por esta Casa. Mas, neste episódio V. Exa. há de convir está até, permita que diga isto, sem ofensa à pessoa de V. Exa., desmerecendo este inatável passado de V. Exa. na Presidência da Casa.

Por isso peço a V. Exa. que reconsidere, que repense a matéria, Sr. Presidente, deixando, esquecendo as agruras que a Presidência está enfrentando, deixando de lado as queixas, as ameaças do próprio Líder do Governo a que eu assisti, feitas no Gabinete de V. Exa., de que renuncia a seu cargo se a matéria for reconsiderada. Não fui só eu, eminentes colegas viram, ouviram, assistiram à coação feita a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — V. Exa. está

levantando uma questão de ordem, está invadindo, eu não recebo coação, Sr. Deputado. V. Exa. está muito enganado. Eu não recebo coação de ninguém.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas V. Exa. foi alvo de coação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não recebo coação de ninguém.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não estou dizendo que V. Exa.

recebeu, foi alvo de coação. Foi alvo de coação moral e qualquer um entende, Sr. Presidente, qualquer um de nós entende. E é argumento para pedir a V. Exa. que devolva a matéria ao Plenário, porque não é atribuição de V. Exa. É o que nós entendemos, com o devido respeito que a figura de V. Exa. sempre inspirou a todos os membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sr. Deputado

Muggiati Filho, tem decisões que têm que ser tomadas pela Mesa e que não precisa se consultar mais Comissão. Hoje eu tomei uma decisão, aliás, à toda a hora tomamos uma decisão. A decisão, por exemplo, de dizer que vinte e oito não é dois terços de quarenta e três. São decisões que são decisões aritméticas, como é esta que tomei, é uma decisão aritmética. É uma decisão em que a Constituição não só a Federal como a Estadual diz o prazo final para apresentarmos ao Poder Executivo o Projeto Orçamentário.

Então a Mesa tomou a decisão correta, eu acho correta e continuo achando correta. Contrariei quando diziam que terminava dia 30 e estava convicto que terminaria no dia 01. Mas contrario hoje quando querem me impingir que seria dia dois. Porque não posso compreender que a matemática possa falhar. É tão certa, que possa falhar muitas vezes. Entre trinta e um e dois, sobram vinte e nove dias. O projeto não tem objeto e não tendo objeto não pode ser apreciado pela Mesa. Eu recebi a proposição e o requerimento do nobre Deputado Enéas Faria. Não deixei de receber. Eu só o considerei prejudicado.

Já que tinha uma decisão a Mesa, de que a matéria deveria ser expurgada da Ordem do Dia, passou também a ser uma outra coisa sem objeto. Esta a diferença que eu fiz entre um requerimento e outro, é evidente. Não vejo aonde a Mesa deu tratamento diferente. Eu recebi todas as Proposições dos eminentes Deputados da Oposição. Recebi as emendas que foram apresentadas em segunda discussão, porque eu julgava que não eram emendas, que eram votações preferenciais.

Vai à Comissão e esta Comissão dá o Parecer, um Parecer que não foi votado ainda. Diz V. Exa. que não podia receber o Parecer da Comissão. Mas é evidente que eu tenho que receber o Parecer da Comissão, para o Plenário olhar. Teremos que votar e se fosse possível daria à Comissão novamente, daria nessa votação novamente o destaque, quer dizer, a preferência de votação para os itens que o Plenário achasse conveniente.

O Parecer da Comissão não foi nem sequer apreciado. A Mesa não pode devolver à Comissão mandando que ela reforme o seu Parecer, porque não tem nem autoridade para isso. A Mesa recebe o Parecer e traz a Mesa para ser apreciado o Parecer pelo Plenário.

Eu queria, nesta oportunidade, responder e não sei se respondi duas questões de ordem de V. Exa. Mas, de qualquer forma é a decisão firme, definitiva que a Presidência da Assembleia dá, mais uma vez.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, para uma questão de ordem, para objetivar a matéria.

Inicialmente, indagaria da Mesa, se ela poderia esclarecer o Plenário, especialmente, este Deputado, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, se o processo de votação pode ser interrompido ou pode ser suspenso.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — É evidente que

o processo de votação não pode ser interrompido num projeto de lei ou de resolução que esteja em andamento, nesta Casa, válido. Na hora em que ele deixou de ter objetivo, pode e deve ser expurgado do Plenário e da votação, em que fase for,

da discussão e votação, desde que não é mais válido, não tem mais valor, desde que não tem mais objeto nenhum, não vejo razão porque não pode ser, e, deve ser.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, tendo V. Exa. dado esta interpretação, que não é correta, não quero ser desrespeitoso com V. Exa., mas, me parece que a Mesa da Assembléia dirige a Assembléia, não decide pela Assembléia.

Não é atribuição de V. Exa. decidir quando na direção da Mesa, se a matéria perdeu ou não perdeu o objeto. Este Plenário é que tem competência para decidir, ou alguém, posteriormente, para arguir a intempestividade da decisão. Mas não caberá, de forma nenhuma, e se V. Exa. manter a decisão que é uma violência, uma manifesta violência, o fará mediante o protesto de nossa bancada e, para, inclusive, deslustrar este Poder.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sr. Deputado Osvaldo Macedo, eu já disse e repito mais uma vez, quando tomei a decisão e, agora mais ainda, estou convencido do acerto da decisão e assumo, sozinho, só, a responsabilidade pela decisão que tive.

O SR. ALFREDO GULIN — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Tem a palavra para Questão de Ordem.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, parece que quem decidiu da validade da continuação da discussão do projeto, foi a lei; não foi outra coisa. Expirou o prazo da lei, perdeu o objeto. Está corretamente certo.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa tem na sua frente, requerimento assinado pelos Srs. Deputados Osvaldo Macedo, Accioly Neto e outros Deputados que vai ser lido pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, tendo em vista o grande número de convênios celebrados pelo Sr. Governador do Estado com os municípios, constantes da Ordem do Dia desta sessão, todos eles com a omissão de serem encaminhados à Comissão competente de cada uma das respectivas matérias ali tratadas, requerem a V. Exa. sejam os mesmos encaminhados à Comissão respectiva, que cabe examinar a matéria de cada um, adiando-se, destarte, a votação dos mesmos em sua programada discussão.

Ampara o presente requerimento o disposto no art. 134, parágrafo terceiro, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1976.

(aa) Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Accioly Neto, Lineu Turra, Aragão de Mattos Leão, Adalberto Daros e Nilso Sguarezzi”.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Compete à Assembléia Legislativa referendar os termos dos convênios celebrados pelos diversos órgãos do Executivo, com as Prefeituras Municipais. Como fica claro, em todos os projetos de resolução votados, esta Casa aprova os termos dos convênios realizados entre as partes interessadas, não cabendo o exame do mérito e sim sua constitucionalidade, sua forma legal.

Por este motivo, não se pode arguir da Mesa que tenha sido omissa em não enviar a outras Comissões.

É o Departamento Legislativo — e a Mesa também assume a responsabilidade — que vem fazendo isto, mandando à Comissão de Constituição e Justiça, porque são só os termos do projeto. É evidente que a Assembléia pode pedir anuência de qualquer outra Comissão, mas queria alertar a Assembléia que isto vai constituir um prejuízo enorme ao Estado. As obras vão ter que parar. Se não pudermos votar este ano, só seria votado após a nova instalação, em março. E as obras, em convênio com os municípios — que são aproximadamente cem — teriam que

ser interrompidas.

Só quero alertar à Assembléia de que pode vir à votação a matéria que foi mandada, encaminhada pelo nobre Deputado Osvaldo Macedo. Fizemos um esforço no final para ver se podíamos vencer, mas, se não pudermos vencer, ficará para a próxima sessão legislativa.

O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, o requerimento do Deputado é tempestivo, e tem abrigo regimental. Mas, Sr. Presidente, ao final desta questão de ordem vou requerer a V. Exa. que determine a votação nominal desta matéria.

Vou dar as razões. Resolução emanada do Tribunal de Contas do Estado não aprova contas municipais da aplicação dos recursos objeto...

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa quer alertar ao nobre Deputado que matéria deste teor não pode ser discutida nem encaminhada a sua votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, não estou encaminhando nem discutindo. Estou solicitando em requerimento, votação nominal e justificando o meu pedido.

Quero que V. Exa. compreenda as razões.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) V. Exa. não pode colocar, no seu pedido, por escrito, as razões?

O SR. IVO THOMAZONI — Mas, estaria, mais uma vez, emperando o andamento da sessão.

Sr. Presidente, requeiro votação nominal para esse projeto. As razões darei, por escrito, na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aguarda o requerimento de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa. está retirando da Ordem do Dia todas as proposições que tratam de convênios entre o Governo do Estado e municípios, até que os mesmos tenham audiência de outras Comissões. Pois que contém parecer apenas da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sim.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo e outros, já lido pelo Sr. Secretário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni que requer votação nominal para as votações dos requerimentos do Deputado Enéas Faria e outros.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. — REJEITADO.

Em votação o requerimento do Sr. Osvaldo Macedo, e outros, que requer audiência das Comissões para as votações dos projetos que tratam de convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. — APROVADO O REQUERIMENTO. O SR. IVO THOMAZONI — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, apenas para que se registre o voto contrário à pretensão do Sr. Deputado Osvaldo Macedo e outros, com respeito à devolução dessa matéria, para audiência das Comissões.

As razões, eu as darei amanhã.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Com a aprovação do requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, serão encaminhados à Comissão competente todos os projetos de resolução que estão na Ordem do Dia, e que tratam de convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 101/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO “DESAFIO JOVEM BETEL”, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 118/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a

FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", com sede e foro na cidade de Iporã, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/76, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública o "CAMPING CLUB DO BRASIL", Secretaria Regional do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 123/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 130/76, que objetiva denominar "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA IZABEL LOPES SANTOS SOUZA", o Grupo Escolar de Pinheirinho, bairro desta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 124/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, através sua Delegacia Regional do Paraná, a ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 133/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de Utilidade Pública o LAR MARILIANA BARBOSA, da cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 134/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE, com sede na cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de pauta, para diversos Projetos de Lei e de Resolução. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (PARA DISCUTIR)

O SR. PRESIDENTE — O requerimento independe de discussão e apoio.

O SR. ENÉAS FARIA — Então faço uma declaração de voto, contrário ao requerimento, por desconhecer o conteúdo dos projetos a que se refere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Em votação o requerimento. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 136/76. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, o quanto sei, ao que me parece, esse projeto de lei ainda está na Comissão de Constituição e Justiça, em fase de diligência. Portanto, não há condição da Assembléia apreciá-lo, muito menos em regime de urgência. Como o autor do requerimento está presente, talvez possa elucidar melhor.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, retiro meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Deferido o pedido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos

Transportes, reivindicando e enfatizando a necessidade do asfaltamento da estrada que liga a cidade de Terra Rica ao Porto Euclides da Cunha. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças, no sentido de que seja antecipado, até o dia 20 do mês em curso, o pagamento da Segunda Parcela do ICM aos Municípios. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da CIBRAZEM, em seu escritório em Brasília, no sentido de que seja determinada a construção de Graneleiros junto à CIBRAZEM da cidade de Goioerê. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 02, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 101/76, 118/76, 122/76, 123/76, 124/76, 133/76, 134/76.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 232/76, 233/76, 234/76, 235/76, 236/76, 237/76, 238/76, 239/76.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 144/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 621/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10290, de 29 de novembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula número 082, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 26 de novembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral em 01 de dezembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 613/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10297, de 29 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV, matrícula número 212, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976,

a partir de 30 de novembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de dezembro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 614/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10298, de 29 de novembro de 1976,

deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARILU FANCHER BECKER, matrícula número 438, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 03 de janeiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de dezembro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral